

PROTECÇÃO SOCIAL NOS LIVROS *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE*: REFLEXÃO INSPIRADA NOS 12 ANOS DE PESQUISA DO IESE¹

António Alberto da Silva Francisco

INTRODUÇÃO

Dez anos após o início da publicação anual da série intitulada *Desafios para Moçambique*, aproveito a oportunidade para reflectir sobre o papel analítico nestes livros do tema conhecido por protecção social. Admitindo que nem todo o leitor esteja familiarizado com a série de livros sobre *Desafios para Moçambique* que o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) vem publicando anualmente desde 2010, convém referir que foram publicados nove livros em formato impresso e electrónico.² A identificação dos desafios (temas, assuntos e questões) abordados nos livros tem reflectido escolhas individuais ou em co-autoria entre investigadores, a partir da multiplicidade de preocupações, interesses, aspirações, debates, discrepâncias e conflitos sociais, económicos, políticos e culturais. Cada livro é composto por uma colectânea de artigos (em média 16 artigos por edição) cobrindo as esferas política, económica, social e internacional.

De um total de 151 artigos incluídos nos nove livros do *Desafios para Moçambique* (daqui em diante também designado por *Desafios*), pelo menos 48 dos artigos abordaram subtemas e assuntos relevantes para o entendimento da protecção social moçambicana. Isto significa que a pesquisa sobre protecção social ocupou cerca de um terço do conteúdo dos nove *Desafios* publicados entre 2010 e 2018. Tais artigos foram produzidos individualmente ou em co-autoria, envolvendo um total de 78 autores, incluindo investigadores permanentes, associados e ocasionais do IESE.

A maior parte dos artigos (42 %) sobre protecção social aparece na secção Sociedade, uma das quatro partes em que os livros são organizados: Política, Economia, Sociedade e Moçambique no Mundo. Os restantes artigos sobre protecção social aparecem distribuídos de forma desigual,

¹ Artigo para capítulo no livro *Desafios para Moçambique 2019*. Se bem que as opiniões expressas neste artigo e sobretudo qualquer imprecisão ou incorrecção sejam da responsabilidade unicamente do seu autor, não posso deixar de reconhecer que boa parte das melhorias e clarificações que introduzi nesta versão resultaram dos valiosos comentários, críticas e questionamentos de um conjunto de pessoas que tiveram a gentileza de ler a primeira versão deste texto: Ivan Semedo, Ivette Fernandes, Gustavo Sugahara, João Mosca, Moisés Siúta e Rosimina Ali.

² Todos livros estão disponíveis em versão electrónica no site do IESE, www.iese.ac.mz.

na secção de Economia (35 %), Política (19 %) e na quarta secção Moçambique e o Mundo (4 %). A maior concentração dos artigos reconhecíveis como fazendo parte da protecção social na secção Sociedade deveu-se principalmente a razões lógicas, relacionadas com o facto de o conteúdo dos artigos ser interdisciplinar e conjugar abordagens e métodos de disciplinas como demografia, economia, política e estatística. Uma interdisciplinaridade consistente com a abordagem ampla e estruturante que se tornou marcante em grande parte dos artigos, em contraste com a abordagem restrita, intervencionista, discriminatória e assistencialista que tem caracterizado a maioria das políticas governamentais e de várias agências internacionais (por exemplo, FMI, UNICEF, DFID, várias ONG),³ como também investigadores adeptos de uma cidadania subordinada à tutela do Estado.

No quadro institucional problemático que tem caracterizado a sociedade moçambicana contemporânea, acredito que só uma perspectiva ampla e estruturante da protecção social poderá fazer justiça à complexa configuração dos mecanismos a que os cidadãos recorrem quando lidam com situações previsíveis, muitas vezes inadequadamente acauteladas, bem como eventos imprevisíveis e susceptíveis de provocarem danos fatais a nível individual e comunitário. Dois exemplos recentes foram os ciclones Idai de 14 de Março do presente ano (2019), que devastou a cidade da Beira e uma extensa região das províncias de Sofala e Manica, estendendo-se além-fronteiras, para o Zimbabwe e Malawi. No mês seguinte, surgiu o ciclone Kenneth, a 25 de Abril, que fustigou vários distritos da província nortenha de Cabo Delgado. Estes acontecimentos naturais, que muito sensibilizaram a comunidade internacional, não são o foco principal deste artigo, entre outras razões, por coerência com o espírito da perspectiva de protecção social que defende que o melhor é prevenir em vez de remediar. Os ciclones Idai e Kenneth, tal como outras calamidades naturais que têm ocorrido em Moçambique, não são mais do que eventos naturais, que põem a nu a enorme vulnerabilidade a que a maioria da população moçambicana se encontra exposta. A vulnerabilidade e a precariedade dos moçambicanos não se devem à elevada exposição do País a calamidades naturais, como os supersticiosos e políticos inescrupulosos alegam. Derivam da atávica cultura de improviso, arbitrariedade e desenrasque, dos que usam o Estado para subordinar as liberdades individuais dos cidadãos aos seus projectos políticos.⁴

Convém adiantar, desde já, que a referência a uma perspectiva ampla e estruturante da protecção social em sentido genérico, esconde uma característica mais distintiva na actividade

³ FMI – Fundo Monetário Internacional; UNICEF – The United Nations Children’s Fund; DFID – Department for International Development, Gov.UK; ONG – Organização Não-Governamental.

⁴ Reagindo aos efeitos devastadores do novo ciclone (Kenneth) que mais recentemente assolou a zona costeira da província de Cabo Delgado, a directora do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), declarou o seguinte à TVM: «Nós, depois do Idai, ficamos convencidos [de] que nos próximos dez anos ou mais não voltaríamos a ter um ciclone como o que sofremos em finais de Março, na Beira. Mas pronto. São fenómenos da natureza. Temos que aceitar.» Enquanto esta for a mentalidade prevalecente na maneira como os gestores das calamidades naturais lidam com as incertezas e os riscos de fenómenos naturais imprevisíveis, não podemos esperar progressos satisfatórios em termos de preparação adequada para futuros fenómenos imprevisíveis e improváveis.

de investigação do IESE, em termos de compromisso com o pluralismo, que será um dos principais focos desta reflexão. Referir-me-ei à diferenciação que se tornou evidente entre as correntes analíticas e filosóficas, das diferentes edições dos *Desafios*. Uma das correntes defende uma perspectiva ampla e estruturante da protecção social, geralmente de forma mais implícita do que explícita, e alinhada com um activo e crescente intervencionismo do Estado. Um intervencionismo mais ou menos antiliberal, dependendo de se o seu autor é mais ou menos alinhado com a economia política marxista ou outras teorias económicas e políticas (e. g., keynesianismo, institucionalismo, neoclássico e outras), por vezes sem explicitar que teoria usou. A outra corrente é a que, para surpresa de vários observadores externos (Cahen, 2017; Fernandes, 2018), introduziu uma abordagem alternativa aos vários intervencionismos decorrentes de outras investigações, alinhada com uma perspectiva ampla e estruturante, mas aberta às alternativas apontadas pela filosofia liberal.

Seria uma grosseira subestimação da importância que a protecção social conquistou nos *Desafios* se esta reflexão se limitasse a destacar os artigos que explicitamente se declaram interessados em assuntos ou subtemas do domínio da protecção social. Por isso, além do conjunto de 48 artigos que abordaram assuntos do domínio da protecção social, um conjunto substancial de outros artigos no *Desafios* também fornecem *inputs* importantes, nem que seja de forma indirecta e implícita. O simples facto de a maioria dos artigos publicados nos *Desafios* não fazer qualquer menção explícita à protecção social, por si só, não os desqualifica para a compreensão da configuração, características e substância das políticas de segurança e assistência social. Muito pelo contrário.

Como bem defendeu Michel Cahen (2017), na sua apresentação inaugural na 5.^a Conferência Internacional do IESE em Setembro de 2017, o sucesso da investigação do IESE deve-se ao abandono da anterior «veleidade de conseguir fazer convergir *toda a gente* num megapensamento paradigmático». Cahen (2017, p. 6) ficou intrigado pelo facto de o *Relatório de Actividade do IESE em 2009* considerar um fracasso a tentativa de criação de um projecto comum, sobre os padrões de acumulação económica, que deveria unificar a análise económica, de pobreza e de instituições políticas. Na sua opinião, a «reorientação» desde 2010, terá sido o «... que permitiu um grande *sucesso*». O IESE conseguiu uma razoável coexistência entre distintas abordagens teóricas, políticas e ideológicas, ou mesmo antagónicas, como as três que Cahen identificou: uma «nitidamente (mas não exclusivamente) marxista»; outra «nitidamente não marxista, talvez hayekiano(a)»; e ainda uma outra «mais indefinida em termos teóricos, mas de qualquer maneira próxima do neo-institucionalismo e de análise bourdieusianas» (Cahen, 2017, pp. 6-7).

O IESE acabaria por desenvolver uma operacionalização diversificada e pluralista, consistente com a sua Missão. Na verdade, como procuro mostrar nas páginas seguintes, acredito termos alcançado uma diversificação e pluralismo notáveis na forma como conseguimos agregar

e conjugar investigadores tão díspares numa pequena associação sem fins lucrativos: um heterodoxo ressentido, por ter visto a sua ortodoxia ser destronada por uma nova ortodoxia; um herege inconformado com o elevado ambiente social iliberal e Estado antipluralista prevalecente; e um neo-institucionalista descrente e niílista.⁵

Se é verdade que a motivação inicial desta reflexão correspondeu ao foco mencionado no início desta introdução, não é menos verdade que depressa começou a extravasar o domínio específico do tema da protecção social para aspectos mais gerais sobre a investigação do IESE, o contexto da pesquisa realizada em Moçambique e, em particular, os encontros e desencontros (teóricos, metodológicos e ideológicos) entre os próprios investigadores do Instituto, ou entre investigadores externos e outros intervenientes no debate público moçambicano. Em certo momento tive de decidir entre restringir ou ampliar a reflexão. A restrição teria a vantagem de evitar alongar o texto; mas como um dos comentadores de uma versão anterior observou, ainda que seja sempre possível restringir e reduzir as considerações, a opção por uma reflexão mais reduzida abriria campo para outro tipo de críticas, nomeadamente: 1) que os investigadores do IESE continuam a fazer vista grossa às críticas sobre a falta de debate interno (Cahen, 2017; Fernandes, 2018); 2) que o IESE é muito expedito em apelos a debates abertos, tolerantes e pluralistas fora das suas próprias portas, mas pouco esforço faz para praticar internamente o que recomenda para os outros e a sociedade em geral; e 3) após uma década de concepção e implementação de linhas de investigação relevantes, o IESE arrisca-se a desperdiçar a oportunidade de aprofundar e consolidar o seu próprio *corpus* teórico e de boas práticas intelectuais e investigativas.

Se o tipo de reflexão ampla e frontal, apresentado neste texto, fizesse parte das boas práticas de trabalho que o IESE implementou na década passada, teria o maior sentido que este artigo se circunscrevesse ao domínio unicamente da protecção social. Não sendo o caso, a reflexão sobre a investigação da protecção social no IESE acabou por servir de inspiração para inserir o tema no contexto mais amplo da investigação interna do IESE e da afirmação deste na sociedade em que nasceu e se converteu numa voz activa no debate público na década passada. Neste sentido, este artigo visa alcançar os seguintes objectivos específicos:

- 1) Fundamentar a pertinência, analítica e metodológica, da linha de investigação sobre protecção social seguida pelo Grupo de Investigação Pobreza e Protecção Social (GdI-PPS) *vis-à-vis* outras abordagens veiculadas em Moçambique, com destaque para as que se manifestam nas entidades públicas e no próprio IESE;
- 2) Avaliar o contributo da linha de investigação sobre protecção social para o propósito da

⁵ Lembro-me de Luís de Brito, em 2010, ao perceber o ambiente claustrofóbico que estava a emergir no projecto comum, ter-me dito que a melhor alternativa seria criar um espaço de investigação confortável para cada e aconselhou-me a esboçar o meu. O resultado foi a criação de três grupos de investigação: Economia e Desenvolvimento, coordenado por Carlos Nuno Castel-Branco; Cidadania e Governação, coordenado por Luís de Brito; e Pobreza e Protecção Social, coordenado por António Francisco (Head & Darch, 2010).

Missão do IESE: «...promoção de investigação de alta qualidade, interdisciplinar, pluralista, heterodoxa e relevante sobre questões e problemáticas do desenvolvimento social, político e económico de Moçambique e África Austral» (IESE, 2015, p. 15, 2011, p. 14).

- 3) Identificar e entender a forma como os principais encontros e desencontros analíticos, metodológicos, filosóficos e ideológicos influenciaram não só a investigação sobre protecção social, mas também o ambiente interno de competição entre pluralismo e antipluralismo, tolerância e intolerância, intervencionismo e liberalismo;
- 4) Inferir lições sobre os méritos e deméritos da experiência de investigação do IESE, visando identificar opções eficazes para que os destinatários ou beneficiários da investigação do Instituto, em geral, e da protecção social em particular, encontrem motivos para apreciarem positivamente e valorizarem os nossos produtos e serviços.

Para a prossecução dos objectivos específicos acima enunciados, em vez de optar por uma das metodologias convencionais sobre revisão da literatura bibliográfica ou outras formas de exploração de evidências qualitativas e quantitativas, optei por um método mais informal, interpretativo, analítico e crítico. Um método que procura tomar em consideração não só o contexto social e político, mas também a influência de aspectos como o perfil e formação dos próprios investigadores, bem como a forma como os mesmos têm interpretado e reagido às mudanças que Moçambique viveu nas décadas passadas. Afinal de contas, trata-se de uma primeira reflexão crítica e autocrítica, de certo modo introspectiva, de um dos mais de 70 autores dos artigos produzidos e simultaneamente coordenador do GdI-PPS.

O método usado na preparação deste texto envolveu, em primeiro lugar, a identificação dos assuntos e subtemas com evidências explícitas (propósito, objectivos e comunalidades analíticas e metodológicas) suficientes para serem considerados parte do tema protecção social. Para a selecção dos 48 artigos identificados recorri a um conjunto de palavras-chave, num sentido lato, incluindo conceitos, temas e palavras que explicitamente reflectem ou incorporam aspectos do domínio da protecção social no sentido amplo e não apenas restrito: aposentadoria, assistência social, capitalização, cidadania, centralização e descentralização, despoupança, direitos de propriedade, distribuição social, emprego, estratégia de crescimento, fundo de pensão, liberdade individual, pensões, prestação monetária, previdência, programa de transferências monetárias, políticas públicas, protecção social, poupança, reforma social, repartição social, segurança social, segurança humana, emprego, transição demográfica, urbanização e valor da criança.

Em segundo lugar, considere a forma como as análises, descritivas ou críticas, tratam as ambiguidades, contradições e incertezas que se evidenciam nos processos reais e nas dinâmicas da protecção social, bem como manifestam a diversidade de concepções idealizadas ou concretizadas sobre protecção social, através de teorias, ideologias, políticas, modelos programáticos e programas de acção. Em terceiro lugar, tomei como referências principais as interessantes análises críticas à investigação do IESE, realizadas por Cahen (2017) e Fernandes

(2018), por dois motivos. Além do seu valor analítico e crítico, o facto de serem da autoria de investigadores externos ao IESE, proporciona um marco referencial independente. Elas permitem compensar o facto de o autor deste artigo ter contribuído com 13 dos 48 artigos, ao mesmo tempo que agiu como coordenador do GdI-PPS, tornando difícil garantir o tipo de distanciamento analítico e crítico que observadores independentes e externos ao IESE podem oferecer. Neste sentido, o artigo aproveita a sugestão de Cahen para que os investigadores do IESE procurem evitar restringir o seu compromisso com o pluralismo à «mera convivência e respeito mútuo», usando-o também «como método de avançar, como método heurístico» (Cahen, 2017, p. 7).

Antes de indicar a organização do artigo, vale a pena fazer uma breve advertência ao que o artigo não abordará e aos seus limites de abrangência. Primeiro, o artigo não tem qualquer pretensão de ser uma recensão crítica dos principais temas tratados nos nove livros da série *Desafios para Moçambique*. Segundo, nenhum exercício de natureza comparativa foi realizado entre as diferentes linhas de pesquisa implementadas pelo IESE. A referência ao número e à proporção de artigos sobre protecção social nas quatro secções do livro visa única e exclusivamente destacar o peso do tema no conjunto do livro. Terceiro, nenhum esforço foi feito para avaliar os méritos e deméritos alcançados noutros grupos de investigação e as abordagens aplicadas noutros artigos. A exclusão deste debate de modo algum significa qualquer desconsideração pela investigação sobre outros assuntos. Foi apenas a forma que encontrei de evitar que o texto se tornasse mais longo do que é e para me manter consistente com o foco enunciado no título. Quarto, em certas partes sobre o debate interno ao IESE, alguns leitores de versões anteriores notaram uma certa personalização e sugeriram que optasse por um enfoque mais impessoal das ideias e das ideologias subjacentes. Após ponderar sobre esta sugestão, continuo a pensar ser mais saudável manter as poucas referências pessoais existentes no texto do que refugiar-me no que poderia ser visto como recados indirectos ou insinuações evasivas. Estou confiante de que nenhum dos colegas identificáveis em algumas das referências tem qualquer motivo para dizer que a alegada personalização derive de problemas pessoais mal resolvidos.

O artigo está organizado em cinco secções, além desta Introdução e das Referências (estas últimas incluem, entre outras referências relevantes, os 48 artigos identificados nos nove *Desafios*). A primeira secção enumera um conjunto de 12 subtemas identificáveis na investigação sobre protecção social, partilhada nos nove livros da série *Desafios para Moçambique* (2010-2018). A segunda secção aborda as diferenças em relação aos quadros conceptuais e definições operacionais sobre protecção social, destacando tanto diferenças em relação às abordagens governamentais como divergências analíticas dentro do próprio IESE. A terceira secção centra-se nos encontros e desencontros em torno de categorias estruturantes, como é o caso da cidadania. A partir da questão da cidadania *versus* estadia é possível mostrar as tensões e a busca de equilíbrios entre antipluralismo e pluralismo, ortodoxia e heterodoxia, e iliberalismo,

antiliberalismo e liberalismo no debate sobre protecção social. A quarta secção aborda alguns temas fracturantes na investigação do IESE, ou seja, aqueles que evidenciam fracturas, rupturas e motivos substanciais para os investigadores divergirem. Por uma questão de escassez de espaço apenas três subtemas fracturantes são abordados: 1) direitos de propriedade privada *versus* monopólio fundiário do Estado; 2) capital, poupança e antipoupança; 3) que tipo de Estado para Moçambique? A quinta secção compreende algumas considerações gerais sobre os méritos e deméritos da experiência de criação de um instituto pluralista, num ambiente social iliberal e com um Estado geneticamente antiliberal. O artigo conclui com possíveis lições para o futuro da série *Desafios para Moçambique*, incertezas e perspectivas futuras a curto prazo, porque a longo prazo, parafraseando Keynes (2012, p. 65), todos estaremos mortos.

PRINCIPAIS SUBTEMAS NOS *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE*: 2010-2018

O tema da protecção social tem atraído crescente atenção pública a nível internacional e em Moçambique, reflectindo-se de forma directa e indirecta nas prioridades e opções da investigação do IESE. Desde a fundação deste Instituto, procurámos sempre acompanhar e participar nos debates nacionais e internacionais relacionados com o objecto do nosso estudo e investigação (Barrientos *et al.*, 2010; Barrientos & Hulme, 2008; Drolet (aut.), 2014; Ellis *et al.*, 2009; Handa *et al.*, 2010; OCDE, 2017; Zielinski *et al.*, 2018).

Independentemente das motivações que originam o interesse na problemática da protecção social – nuns casos substantivas e genuínas, noutros casos meramente retóricas, circunstanciais ou oportunistas – para um Instituto com a Visão e Missão do IESE (2015, 2011) não foi difícil convencer os investigadores da pertinência do tema da protecção social entre as suas principais linhas prioritárias de investigação. Mas as facilidades ficaram-se por aí: no consenso que o tema da protecção social devia integrar a investigação e o debate público. Como se pode perceber de uma revisão da literatura internacional, minimamente equilibrada, existe uma grande diversidade de concepções, interpretações e opções analíticas e operacionais na forma como as questões de segurança e assistência social são concebidas, implementadas e geridas. Isto é particularmente notório em países subdesenvolvidos como Moçambique, com instituições económicas, sociais e políticas (des)articuladas, tanto internamente como a nível internacional, de forma muito contraditória e frequentemente desfavorável para a economia moçambicana.

DOZE ASSUNTOS RELEVANTES SOBRE PROTECÇÃO SOCIAL NOS *DESAFIOS*

Não é propósito desta reflexão fazer um balanço exaustivo e aprofundado dos debates teóricos realizados, à escala internacional e nacional, no domínio da protecção social e da forma como

a investigação do IESE logrou trazer o tema para o debate público moçambicano. Existe uma vasta diversidade de matrizes conceptuais e modelos operacionais sobre as questões de sustentabilidade, princípios e opções de cobertura da população, instrumentos programáticos e operacionais, indicadores de medida e meios de monitoria e avaliação.⁶

Sabendo disto, o prioritário no imediato é responder à seguinte questão: como é que os livros da série *Desafios para Moçambique*, nos quase 10 anos de existência, captaram e reflectiram as principais concepções e resultados das pesquisas sobre protecção social?

Para responder a esta pergunta e simultaneamente fornecer ao leitor uma ideia da diversidade de assuntos e subtemas tratados nos nove livros *Desafios*, selecionei artigos que, de forma directa e explícita, lidam com as abordagens sobre protecção social e permitem percebê-las. Os subtemas estão organizados em 12 assuntos, independentemente dos seus quadros conceptuais e disciplinares, e dos seus alinhamentos teóricos e filosóficos, o que por si só, permitirá mostrar o apreciável pluralismo de ideias, abordagens e métodos:

- 1) Desafios da protecção social financeira e protecção social demográfica, no contexto das economias subdesenvolvidas (Amarcy & Massingue, 2011; Cunha & Orton, 2011; Francisco, 2011b, 2010; Francisco *et al.*, 2011);
- 2) Características, tendências e desafios da transição demográfica incipiente em Moçambique e noutros países da África Subsariana (Arnaldo & Hansine, 2015; Francisco, 2016, 2011b, 2011a);
- 3) Cidadania, cultura política e impacto das políticas públicas: intervencionismo, centralização e descentralização (Brito, 2016; Forquilha, 2016; Francisco, 2009a, 2012a; Macamo, 2014; Macuane, 2012; Monteiro, 2011; Noronha & Brito, 2009; Pereira, 2012);
- 4) Evolução da pobreza e do bem-estar em Moçambique (Arndt *et al.*, 2018);
- 5) Direitos de propriedade privada *versus* direito de propriedade do Estado (Cambaza, 2009; Francisco, 2012a; Muianga, 2018);
- 6) Papel da poupança na configuração da protecção social e da estratégia de crescimento económico (Ali *et al.*, 2014; Castel-Branco, 2015a; Francisco & Siúta, 2015a, 2015b, 2014; Osman, 2009; Siúta, 2014a)
- 7) Lógicas e modelos de poupança, despoupança e antipoupança (Castel-Branco, 2016, 2017a; Francisco & Siúta, 2014; Wuyts, 2016);
- 8) Oportunidades e constrangimentos orçamentais para a ampliação do espaço fiscal da assistência social pública – banca islâmica, o problema da desorçamentação, entre outros (Francisco, 2012a; Francisco *et al.*, 2016a; Francisco & Semedo, 2018, 2017);

⁶ A título de exemplo, para benefício dos leitores pouco familiarizados com a literatura sobre protecção social, basta referir a tese de doutoramento de Camila Pereira (2013), onde a autora identificou oito concepções específicas, enquadradas em três matrizes teóricas e ideologias conflituantes sobre protecção social no capitalismo: matriz residual (funcionalismo, teoria da convergência, nova direita), matriz social-democrata (teoria da cidadania, via média, administração social) e matriz socialista (socialismo democrático, teoria e ideologia marxista).

- 9) Gerontocrescimento, envelhecimento da população, dividendo demográfico e viabilidade e sustentabilidade de uma pensão universal para idosos em África e, em particular, em Moçambique (Amarcy & Massingue, 2011; Cunha & Orton, 2011; Francisco, 2011a, 2010; Francisco *et al.*, 2011);
- 10) Desafio da saúde rural e dinâmicas socioculturais do HIV-SIDA (Manuel, 2011; O’Laughlin, 2012);
- 11) Mercado de trabalho, emprego, salário e «acção social produtiva» (Ali, 2013, 2013, 2018; Ali & Muianga, 2016, 2017; Castel-Branco & Isaacs, 2013; Castel-Brancos & Isaacs, 2017; Francisco, 2013; Ibraimo, 2012; Mandamule, 2018; Sande, 2011; Stevano, 2013);
- 12) Migrações e urbanização (Feijó & Agy, 2015; Feijó & Ibraimo, 2016; Ilal & Weimer, 2018; Rodrigues, 2018; Sambo, 2016).

ALÉM DOS ASSUNTOS EXPLÍCITOS

Além dos artigos acima referidos, existem outros, embora não directamente ligados à protecção social, que permitem inferir ideias e entendimentos sobre a natureza e o papel do Estado; as opções de crescimento e os modelos de desenvolvimento económico; o quadro constitucional e o conjunto de instrumentos jurídicos, políticos e administrativos configuradores da cidadania; as questões éticas e morais na actual sociedade moçambicana. Mesmo sem mencionarem o tema da protecção social, é possível inferir desses textos as suas abordagens e modelos, mais ou menos diferentes da maioria dos artigos que abordam o assunto de forma explícita. Por isso, esta reflexão sobre os livros da série *Desafios* permite discutir os encontros e desencontros, a concordância e discordância, entre as principais correntes evidenciadas nas investigações do IESE e no seu diálogo com investigações e estudos de outras entidades.

A intertextualidade adoptada neste trabalho inspira-se na perspectiva ampla e estruturante de protecção social, adoptada pelo GdI-PPS, pois permite perceber as tensões, equilíbrios e desequilíbrios, bem como os compromissos entre as principais percepções e abordagens veiculadas de forma explícita e implícita. Como refiro acima, na década passada acompanhámos e, sempre que possível, participámos nos debates nacionais e internacionais relevantes para o objecto de estudo da nossa investigação. Por exemplo, acompanhámos com atenção o processo que conduziu ao consenso político internacional, em meados da presente década, sobre os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015.

Existe, todavia, uma ironia na forma aparentemente distraída ou desinteressada como temos lidado com os 17 ODS, comparativamente à recorrente evocação e aos repetidos apelos de certos políticos e burocratas ao lema dos ODS – «Não deixar ninguém para trás». A ironia é que os investigadores do IESE, como deverá transparecer ao longo da presente reflexão, enfrentam mais dificuldades por levarem demasiado a sério o referido lema dos ODS, sem o

mencionarem nem proclamarem repetidamente a sua defesa, do que se o convertessem numa «palavra-doninha»; ⁷ ou seja, em mais um *slogan* que, uma vez esvaziado de conteúdo, enquanto estiver na moda, apenas serve para disfarçar e encobrir que as opções e acções políticas implementadas vão, na prática, deixar a maioria das pessoas para trás.

As três secções que se seguem constituem o corpo principal do artigo, onde se identificam e discutem alguns dos encontros e desencontros teóricos, filosóficos e ideológicos, primeiro que tudo, em relação à conceptualização e definição de protecção social. Na secção seguinte, procura-se especificar os encontros e desencontros, concordâncias e divergências nas diferentes conceptualizações de protecção social veiculadas em Moçambique e reflectidas nos artigos dos *Desafios*.

CONCEPTUALIZAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL: ENCONTROS E DESENCONTROS

Em vez de começar por apresentar a definição operacional de protecção social adoptada na investigação realizada pelo GdI-PPS, é melhor começar pelo quadro conceptual oficial ou officiosamente utilizado a nível público, quer pelo Governo, como executor público do sistema legal instituído, quer por diversas entidades públicas e organizações não governamentais, nacionais e internacionais. A partir deste enquadramento será mais fácil perceber as opções alternativas possíveis e adoptadas, quer explicitamente, por alguns dos investigadores directamente envolvidos na investigação conduzida pelo GdI-PPS, quer implicitamente, em artigos sobre outros assuntos de onde podemos inferir ideias úteis para o entendimento dos mecanismos e sistemas de protecção social.

Neste sentido, ao rever a forma como as definições de protecção social são concebidas, operacionalizadas e implementadas, quer seja no GdI-PPS ou noutras entidades e ambientes investigativos, algumas questões emergem imediata e inevitavelmente, como por exemplo: porque divergimos? O que existe de comum e de diferenciador e distintivo entre as alternativas conceptuais, dentro e fora do IESE?

As razões das divergências são diversas: desde a influência do percurso formativo de cada investigador ou interveniente na formulação e implementação de políticas públicas e programas de acção à forma como cada um digeriu e lidou, melhor ou pior, com o tempo dos «milandos de um sonho» (Adamodjy, 2001) do período revolucionário e, depois, da transição, parafraseando Ungulani Ba Ka Khosa (2017, p. 112), do «País Proveta [para] um País Bordel»; aos

⁷ O termo é atribuído por Moreira a Friedrich Hayek, ao denunciar a perversão da linguagem, recorrendo ao que designou por «palavras-doninhas». Para tal, Hayek inspirou-se num velho mito nórdico, que atribui à doninha a capacidade de sugar o conteúdo de um ovo sem quebrar a casca, sustentando que existiam palavras capazes de sugar a por completo o significado a outras (Moreira, 2009, p. 116).

entusiasmos e desilusões ou decepções; às crenças e frustrações; às simpatias e antipatias, bem como novas influências intelectuais recebidas ao longo da vida; às interpretações que cada um faz das motivações e declarações dos que se voluntariam ou se fazem impor como zeladores altruístas da vida das pessoas, em nome de um ser superior ou de uma ideia transcendental. Dependem também das expectativas individuais sobre o futuro e do que cada um procura alcançar na vida, entre outros motivos.

QUADROS CONCEPTUAIS: «O QUE SE VÊ E O QUE NÃO SE VÊ»

Como escreveu o economista francês Frédéric Bastiat (1801-1850), notável defensor do liberalismo: «Na esfera económica, um acto, um hábito, uma instituição, uma lei não geram somente um efeito, mas uma série de efeitos. Dentre esses, só o primeiro é imediato. Manifesta-se simultaneamente com a sua causa. É visível. Os outros só aparecem depois e *não são visíveis*. Podemos-nos dar por felizes se conseguirmos prevê-los» (Bastiat, 1989, p. 11). Bastiat usou esta distinção entre o que se vê e o que não se vê para diferenciar o mau do bom economista: o primeiro detém-se no efeito que se vê; o último leva em conta tanto o efeito que se vê como aqueles que se devem prever (Bastiat, 1989, p. 11).

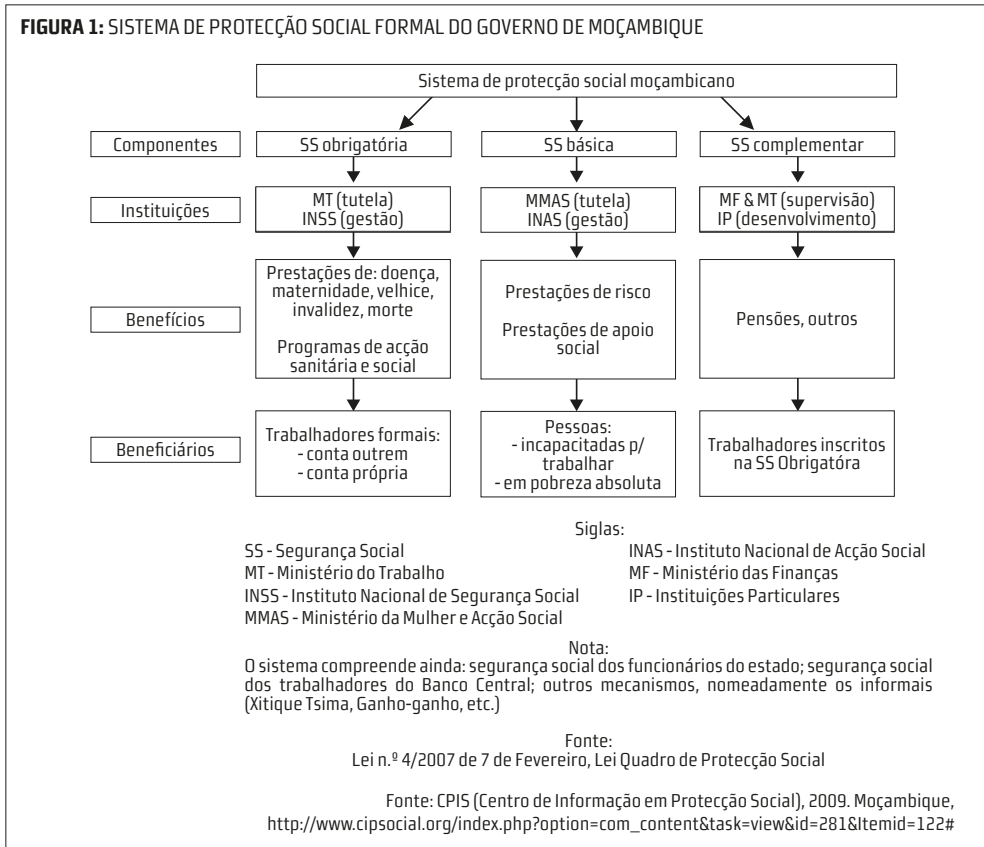
Admitindo que a distinção de Bastiat entre bom e mau economista possa ser aplicada a outros profissionais, o mesmo critério poderá ser aplicado em relação às profissões directamente relevantes para o tema em análise, com destaque para demógrafos, estatísticos e sociólogos. E sobre isto, no âmbito da pesquisa realizada pelo GdI-PPS, uma das opções analíticas e metodológicas que tenho procurado seguir, de forma mais ou menos consciente, é investigar as consequências dos fenómenos demográficos, económicos, entre outros, «opondo às que são visíveis àquelas que não se vêem» (Bastiat, 1989, p. 11).

A abordagem adoptada no GdI-PPS e reflectida nos *Desafios* inspirou-se em anteriores trabalhos de pesquisa, como mostra o artigo publicado no livro *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências* (Francisco, 2010). Os organogramas nas figuras 1 e 2 são extraídos deste livro e têm servido de referência a diferentes trabalhos (Francisco, 2009b). Cada um deles reflecte perspectivas diferentes dos sistemas de protecção social em Moçambique. A figura 1 ilustra o quadro lógico predominante nos documentos programáticos do Governo, inspirado no quadro legal estabelecido na Lei n.º 4/2007 (AR, 2007) e no Decreto 85/2009 (CM, 2009), centrado em três agregados: protecção social básica, complementar e obrigatória.

Sobre a definição de protecção social, o glossário que acompanha o texto da Lei n.º 4/2007 define protecção social como: «... um sistema dotado de meios aptos à satisfação de necessidades sociais, obedecendo à repartição dos rendimentos no quadro da solidariedade entre os membros da sociedade» (AR, 2007, p. 81). Quanto à figura 2, sobre o quadro lógico e conceptual adoptado na investigação do IESE, comentá-la-ei depois das considerações que se seguem em torno da figura 1.

SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIFERENÇAS DE ABRANGÊNCIA

Em princípio, não há nada de mal na definição operacional anterior, ou seja, a definição que é geralmente tomada como referência nos documentos programáticos oficiais, desde que ela não seja usada para extrapolar de forma enganadora para um universo excluído dos mecanismos formais de segurança social e de assistência social.



Em rigor, é amplamente conhecido que os três níveis de protecção social formal – básica, obrigatória e complementar – abrangem proporções extremamente reduzidas da população supostamente elegível. Por outro lado, é importante sublinhar que a definição operacional na Lei n.º 4/2007 circunscreve-se ao sistema assente num regime de «repartição dos rendimentos no quadro da solidariedade entre os membros da sociedade». Ou seja, um sistema de repartição social, de feição mais socialista do que de mercado capitalista, em que os moçambicanos que contribuem para ele pensam que contribuem para a sua própria aposentadoria, quando, na verdade, as suas contribuições servem para pagar os actuais reformados. Nenhuma referência é feita na Lei n.º 4/2007 à possibilidade ou pertinência de outros regimes de pensões, como

o de provisão solidária, ou regime de capitalização, em que os subscritores depositam as suas contribuições numa espécie de conta-poupança, que vai acumulando juros até ao momento de passagem à reforma – altura em que os activos acumulados são convertidos numa pensão (Izerrougene, 2009; Moreira *et al.*, 2019, p. 22).

Como mostram dois capítulos no *Desafios* de 2011, de acordo com os dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística (INE), a base laboral formal, potencialmente disponível para contribuir financeiramente para a segurança social, na altura da realização da análise, representava cerca de 8 %, contra 17 % de desempregados e 75 % de pessoas em actividades informais ou extralegais. Na prática, menos de 10 % dos mais de 10,6 milhões de pessoas na população economicamente activa encontravam-se abrangidas pela protecção social formal, incluindo a previdência social do Estado para trabalhadores da Administração Pública e o sistema de segurança social do sector privado, o chamado Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). E como o efectivo do INSS incluía trabalhadores registados, tanto os que contribuía activamente como os não contribuintes ou inactivos, na verdade, no início desta década, a percentagem de beneficiários da segurança social formal cobria apenas 5 % da população em idade economicamente activa (Francisco *et al.*, 2011, p. 307).

Enquanto os dados desagregados do último Censo Populacional de 2017 não forem disponibilizados e devidamente compatibilizados com a evolução da cobertura efectiva dos sistemas de segurança social será difícil aferir de forma realista os progressos ou retrocessos ao longo da presente década. O mesmo se pode dizer quanto à cobertura do sistema de assistência social (não-contributivo ou caritativo) que representa módicas percentagens da população supostamente elegível.

ESTRATÉGIA PARA... «NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS»?

A mais recente Estratégia Nacional de Protecção Social Básica (ENSSB), para o período 2016- -2024, indica que a estratégia precedente, referente ao período 2010-2014, logrou um aumento do número de beneficiários de 254 para 427 mil, enquanto a despesa pública com os programas de acção social terá aumentado de 0,22 % do PIB em 2010, para 0,51 % em 2014 (MGCAS, 2016, p. 8). Este documento, à semelhança de vários outros, confunde optimismo realista com ilusão ou *wishful thinking*, quando recorre a adjectivações como a seguinte: «Aumento substancial da despesa pública, com os programas de acção social, que passou de 0,22 % do PIB em 2010 para 0,51 % em 2014» (MGCAS, 2016, p. 14). Quão substancial é o substancial? Se a nova ENSSB conseguir aumentar o total das transferências em dinheiro para os 2,2 % do PIB que prevê atingir em 2024 (MGCAS, 2016, p. 25), como será classificado o novo aumento substancial? Substancialíssimo?

A nova estratégia de assistência social básica limita-se a inovar na actualização da retórica terminológica e dos objectivos principais. Identifica mais de uma dúzia de princípios orienta-

dores da implementação da estratégia, alguns dos quais, tal como na estratégia anterior, não passam de retórica irrealista e demagógica: solidariedade, universalidade, equidade, inclusão, adequação, multi-sectoriedade, eficácia, eficiência, sustentabilidade financeira, proximidade ao cidadão, respeito pelos direitos e pela dignidade dos beneficiários e participação, transparência e prestação de contas. Além destes princípios bonitos, mas que na prática são contrariados ou violados de forma mais ou menos grosseira, estabelece como principal objectivo da estratégia «reforçar o nível de consumo e a resiliência das camadas da população vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade» (MGCAS, 2016, p. 18).

Os números (absolutos e relativos) fornecidos pelo documento da ENSSB sobre a abrangência da população potencialmente ilegível e a capacidade financeira do sector público não deixam dúvida alguma de que estamos perante uma estratégia que está longe de aspirar à concretização do lema «não deixar ninguém para trás» dos 17 ODS. Num *workshop* recente (20 de Junho de 2019), promovido pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), destinado a debater um Estudo sobre Estimativas de Investimento de Protecção Social para o alcance dos ODS, financiado pela Comissão Económica para África (ECA), defendi que a pior e mais grosseira forma de deixar as pessoas para trás é ignorar que aquilo que elas fazem pela sua protecção social não é menos importante do que os programas de assistência prestada pelo Estado. Alertei também para o facto de um dos principais ODS, o ODS 16 – «Paz, Justiça e Instituições Eficientes» – ser ignorado ou desvirtuado por uma perspectiva incorrecta e limitada do papel das instituições. Isto é preocupante na situação de Moçambique, carente de paz efectiva, relações pacíficas e inclusivas, acesso a justiça adequada para todos e com instituições ineficientes e más. Infelizmente, a justificação que recebi para a insistência em se circunscrever a protecção social ao sistema burocrático e financeiro formal, além de violar o espírito institucionalista dos ODS, indicia que a aposta para, alegadamente, alcançar os ODS acabará por deixar a maioria da população para trás e excluída.

Além do limitado número de pessoas em situação de vulnerabilidade que são abrangidas, basta reparar no valor irrisório da esmola que a nova Estratégia se propõe dar. Porque será que a ENSSB não dá visibilidade ao valor da prestação prometida: de 310 meticais (5 dólares americanos) para pessoas individuais até 620 meticais (10 dólares americanos) por mês para pessoas idosas com quatro dependentes? Em 2017, 300 meticais correspondiam a menos de 10 % do salário mínimo mensal indicado para o sector agrícola. E ainda há quem designe este valor por «mínimo». Sobre isto, importa questionar, como já tive oportunidade de o fazer a uma parlamentar europeia que tecia elogios a este ajustamento monetário, considerando-o um grande avanço: será que a vontade de serem ridiculamente positivas torna as pessoas incapazes de distinguir mínimo de minúsculo? Que tipo de empoderamento, auto-estima e dignidade acreditam que podem conferir aos beneficiários desta caridade estatal, no âmbito da nova Estratégia de Protecção Básica?

Provavelmente, por causa deste tipo de indagações e críticas, a investigação sobre protecção social do IESE tornou-se desconfortante e incomodativa para os políticos e burocratas que estão mais preocupados em criar uma imagem enganadora do que realista da sua acção assistencialista. A implicação disso, mais importante do que a desvalorização e indiferença para com a investigação do IESE, é o desprezo revelado para com os sistemas e mecanismos de protecção social não formais, como se fossem mais precários e conferissem menor dignidade e legitimidade do que o sistema legal ou formal. Na prática, o que se observa nas declarações dos políticos, governantes e burocratas é uma grande soberba paternalista sempre que apelam à maioria dos cidadãos para que aguardem com paciência, porque os zeladores da coisa pública tudo farão para um dia os incluir como beneficiários do sistema de «repartição dos rendimentos no quadro da solidariedade entre os membros da sociedade» (AR, 2007, p. 81).

Enquanto a maioria da população é deixada à sua sorte, o sistema de protecção social formal é operacionalizado de forma fragmentada e discriminatória (Marques *et al.*, 2012). O sistema de segurança social, baseado num sistema contributivo a partir de deduções salariais, cobre uma parte dos trabalhadores assalariados, que, na realidade, representa uma ínfima percentagem da população economicamente activa. Por seu turno, o chamado sistema não contributivo concebe programas assistencialistas ou caritativos, em torno de uma enorme gama de programas com uma fingida elasticidade altruísta sem limites. Apesar da exiguidade dos recursos orçamentais disponíveis, os formuladores de programas de assistência social declaram estar empenhados em apoiar uma população alvo muito além do razoável e realisticamente possível. Imagine-se! Pretender cobrir a população em situação de pobreza absoluta implicaria, segundo o Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) 2014/15, cobrir cerca de 12 milhões de pobres (números absolutos, segundo o IOF 2014/15; Arndt *et al.* (2018, p. 314), incluindo: crianças em situação difícil, pessoas idosas desamparadas e pessoas com deficiências. Como se não bastasse, o Ministério que tutela a assistência social, adiciona pessoas repatriadas, vítimas de violência e/ou tráfico, população vivendo na rua (em processo de reintegração) e ainda pessoas com capacidades físicas para trabalhar, mas consideradas em situação de elevada vulnerabilidade para encontrarem um emprego, ou realizarem actividades por conta própria, sobretudo quando são afectadas por choques e riscos estruturais e impactos das mudanças ambientais e/ou choques económicos.

Este último grupo (pessoas com capacidade para trabalhar) ilustra o espírito magnânimo e fantasioso dos burocratas assistencialistas, por recomendação do Banco Mundial, assunto tratado no *Desafios 2013* (Francisco, 2013). O chamado Programa de Acção Social Produtiva apresenta como grupo alvo os agregados familiares em situação de pobreza que possuam, pelo menos, um membro com capacidade para trabalhar, priorizando agregados familiares múltiplos: chefiados por mulheres, com pessoas com deficiência e doença, com crianças em situação de desnutrição ou com alto nível de dependência e famílias de acolhimento (MGCAS, 2016; MMAS, 2014).

Como entender que o Ministério da Acção Social, com tão poucos recursos, tenha o desplante de estabelecer aspirações e metas tão irrealistas como as acima referidas? Admito quatro possibilidades: 1) Os funcionários não sabem do que estão a tratar, o que em parte poderia explicar a sua opção em ignorar recorrentemente as questões e os resultados da extensiva pesquisa do IESE. Porque será que não existe um único estudo governamental – um apenas! – que mencione ou simplesmente cite um dos diversos trabalhos que o IESE publicou, em mais de uma década, sobre as mesmas matérias? 2) Os funcionários percebem o alcance das diferentes abordagens e alternativas em jogo, mas preferem ignorar de forma ostensiva tudo o que, porventura, obrigue a explicar certas escolhas questionáveis. Porque será que preferem recrutar assessorias externas e consultores estrangeiros para prepararem os documentos programáticos que depois são exibidos em encadernações bonitas e vistosas (FDC & UNICEF, 2011; Hodges *et al.*, 2010; Lledó, 2012; MGCAS, 2016; MMAS, 2014; UNICEF & MMAS, 2006; Vicente *et al.*, 2015)? É verdade que a certo passo das consultorias, as organizações da sociedade civil locais, e até académicos como eu, são convidados para uma apresentação de PowerPoint para socialização, numa das salas de conferências de um dos hotéis de Maputo, com direito a *breakfast* e *lunch*. 3) Os políticos e burocratas que lideram os programas de protecção social sentem-se completamente confiantes de que a melhor forma de servir o regime estabelecido é fixarem metas extremamente irrealistas, para que, na prática, não possam ser responsabilizados pelos maus e exíguos serviços prestados aos cidadãos e contribuintes (Buur & Salimo, 2018). Com metas daquelas bem poderiam reivindicar o direito a uma espécie de prémio de «emulação socialista»; nem disfarçam o desprezo que dispensam às pessoas que deviam ser o foco da sua assistência vulnerabilista. 4) Em 2014, respondendo à pergunta, «porque Moçambique ainda não possui pensão universal para idosos?», a resposta que encontramos foi que «os benefícios para aqueles que já são abrangidos e os que estão a implementar o actual sistema de segurança social, são maiores do que os custos em não optarem por uma alternativa mais efectiva e inclusiva. Em outras palavras, não existem ainda suficientes incentivos para se substituir um sistema selectivo, fragmentado, discriminatório e caritativo, por um sistema universal, inclusivo e potencialmente estruturante de novas relações intergeracionais em prol de uma efectiva coesão social» (Francisco & Sugahara, 2015, 2014, p. 349).

PENA QUE MOÇAMBIQUE TENHA POUCOS BISMARKIANOS

Afinal, quem são as pessoas que deviam constituir o foco principal da assistência social pública no actual contexto moçambicano? São, antes de mais ninguém, as pessoas com deficiências, físicas e mentais, total ou parcialmente incapacitadas para garantir o seu sustento básico. Quem ache que fixar este efectivo como o principal, para não dizer único, na falta de recursos financeiros suficientes para outros grupos-alvo, se não é irresponsável gosta de viver na ignorância. Quantas pessoas do efectivo de mais de 700 mil pessoas com deficiências apurado

pelo Censo de 2017 (INE, 2019),⁸ apoia o Ministério de Acção Social, efectiva e regularmente, com uma pensão mínima, mas não humilhante? Mais adiante voltarei ao assunto do desprezo pela investigação considerada crítica, como a do IESE, pela sua importância para o entendimento do insidioso antipluralismo manifestado por diversos governantes e burocratas públicos, nacionais e estrangeiros.

Por enquanto, voltando ao ensaio de Bastiat, quando as pessoas ficam ofuscadas pelo efeito apenas do que se vê, mas não aprendem a discernir os efeitos do que não se vê, o mais provável é entregarem-se a hábitos maus, não somente por inclinação, mas por uma atitude deliberada (Bastiat, 1989, p. 11). Isto é particularmente notório na nova estratégia governamental de protecção social básica, em que se nota uma mudança de ênfase da família para o indivíduo e a alegada intenção de prestação de benefícios universais para a maioria das crianças com menos de dois anos de idade até 2024. À primeira vista, parece uma mudança de um foco mais caritativo para uma perspectiva de benefícios universais baseados em direitos. Porém, quando se considera o contexto institucional em que importantes direitos básicos individuais são extremamente precários, em termos de liberdade, segurança pessoal e de protecção da propriedade privada, as referidas mudanças de ênfase não passam de pura demagogia.

Perante o quadro formal adoptado pelas entidades públicas, acima descrito resumidamente, na pesquisa do GdI-PPS a opção recaiu num quadro lógico mais amplo e abrangente. Reconhecemos que o quadro formal restrito e assistencialista assume um papel fundamental (positivo ou negativo), no processo de formalização das instituições. Afinal de contas, ele alicerça-se numa estrutura administrativa com cobertura nacional, incluindo o Ministério do Trabalho, o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o Instituto Nacional da Acção Social (INAS) e o Ministério da Mulher e Acção Social. Estas entidades devem merecer a atenção, avaliação e escrutínio quanto à forma como desempenham a sua actividade; principalmente quando tais entidades se convertem em instrumentos apetecíveis de manipulação por parte dos zeladores da coisa pública, para fins pessoais ou partidários.⁹

Embora a figura 1 não confira visibilidade a outras entidades ministeriais e administrativas importantes para o sucesso ou fracasso do desempenho das entidades mencionadas, é sabido que a actividade governamental depende do sistema financeiro, fiscal e orçamental existente. Neste âmbito, apesar de o MEF não ser mencionado no organograma da figura 1, na prática

⁸ Os dados definitivos do Censo de 2017, recentemente divulgados, apuraram na altura do recenseamento: 727 620 pessoas com diversos tipos de deficiências, nomeadamente: cegos (58 021), mudos/surdos (68 326), braço(s) amputado(s) (55 670), perna(s) amputada(s) (115 918), dificuldade de andar (105 229), paralisia (44 875), mental (49 565) (INE, 2019).

⁹ Decorre, presentemente, um processo judicial contra a ex-Ministra do Trabalho, Helena Taipo, e pelo menos mais oito arguidos, acusados de crimes de corrupção que prejudicaram o Estado em mais de mil milhões de meticais. Segundo a informação anual da Procuradoria-geral da República, as autoridades conseguiram recuperar mais de 77 milhões de meticais, 34 viaturas e 22 casas (Beúla, 2019). Mas antes deste caso, muitos outros aconteceram, qual deles o mais rocamboloso, tais como: o mediático caso de um milhão de dólares americanos que não existia, alegadamente porque o então director exigia uma casa condigna; o negócio das aeronaves com o já falecido empresário Rogério Manuel (Notícias, 2017) e outros processos de gestão danosa, nunca devidamente esclarecidos publicamente (@Verdade, 2012).

desempenha a função central na fixação das dotações orçamentais e dos critérios de expansão ou restrição dos serviços burocráticos.¹⁰ Influencia também a eficiência e eficácia da segurança social (contributiva), por via dos fundos de pensões públicos e privadas como o INSS, bem como programas de assistência social não contributiva.

Para não alongar muito mais as considerações sobre os problemas de abrangência da protecção social, na perspectiva das entidades públicas e em particular do Governo, antes de passar à abordagem adoptada na pesquisa do IESE e às divergências que a mesma motivou internamente, adianto ainda quatro pontos importantes sobre a concepção formal ilustrada na figura 1:

- 1) A partir do organigrama na figura 1, percebe-se que, de forma indirecta, se pode inferir que o regime de segurança social adoptado pelo Estado moçambicano é uma importação de regimes de repartição social (*pay-as-you-go*) aplicados noutros países e até mesmo em Moçambique, antes da independência, mas que a revolução deitou fora com a água suja do Estado colonial. Um regime onde, como referido acima, as pessoas acreditam que estão a contribuir para a sua própria aposentadoria e, por isso, têm um direito adquirido de se reformar. Na verdade, esse não é o princípio subjacente neste regime, mas sim usar as contribuições mobilizadas pelo fundo de pensões públicas e pelo INSS para pagar aos actuais reformados, em vez de criar um fundo para a sua própria aposentadoria.
- 2) Existe uma curiosa ironia na substituição do sistema de protecção do regime marxista-leninista pelo sistema por repartição social. Precisamente quando o partido no poder aceitou conceder espaço de liberdade à economia de mercado capitalista, o Estado adoptou um sistema colectivista que segue o princípio socialista utópico, formulado nas primeiras décadas do século XIX, exaltado por Marx (2012, p. 6) na sua *Crítica do Programa de Gotha* e resgatado pela Frelimo, em 1977: «De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho» (Frelimo, 1977, p. 74). Uma leitura atenta dos *Desafios* permite perceber que a questão dos regimes de pensões é tratada de forma ainda muito superficial, por razões que poderão ficar mais claras adiante em referência à criação de espaço para uma abordagem liberal.
- 3) A este nível, é extemporâneo questionar a abordagem intervencionista e vulnerabilista, assumida, consciente ou inconscientemente, pelos políticos, governantes e burocratas envolvidos na formulação da política pública de assistência caritativa. Seria pedir demasiado de um Estado dominado por um partido político altamente antipluralista e liberal. Até porque se as políticas governamentais fossem mais assistencialistas e intervencionistas do que são, mais razões dariam aos que acusam o Governo de se ter deixado capturar pelo neoliberalismo a favor do grande capital internacional. E, nesse caso, a acusação esquerdista

¹⁰ Uma das últimas derivações na nossa pesquisa, relacionada com a investigação sobre o espaço fiscal e orçamental para a protecção social, desembocou inesperadamente numa problemática desorçamentação (Francisco, 2019a; Francisco & Semedo, 2018). Um assunto que daria muito que falar, mas que, por razões de espaço e necessidade de restringir esta reflexão, não será incluído entre os temas fracturantes abordados mais adiante.

que geralmente reduz a ofensiva neoliberal ao que o liberalismo pode ou não oferecer, deveria abranger também as agências internacionais (*e.g.* FMI, Banco Mundial, OIT (Organização Internacional do Trabalho)). Tais agências internacionais representam uma legião técnica, aparentemente apolítica, com a qual o IESE não tem a pretensão de competir em termos de influência nas opções de protecção social. Além da assistência financeira que fornecem, podem também disponibilizar extensivo apoio técnico aos organismos governamentais e disponibilizar consultores para prepararem os documentos programáticos que depois serão aprovados pelo Conselho de Ministros, para serem divulgados em fóruns internacionais, com a paroquial altivez de auto-estima e empoderamento que o ex-Presidente Armando Guebuza e o seu sucessor promovem.

- 4) Pelo que se tem observado, a forma como os executores públicos moçambicanos trabalham e identificam as prioridades para as políticas públicas sociais, talvez dentro de algumas décadas mais se dignem discutir seriamente as questões cruciais sobre a real inviabilidade e insustentabilidade dos sistemas de protecção social que são presentemente implementados e defendidos pelos governantes. Questões que, em outras partes do mundo, sobretudo nas economias mais desenvolvidas, a classe política também procura desqualificar moral e politicamente sempre que pode. Afinal de contas, a classe política moçambicana que nos governa e controla com sua inteligência pragmática não é menos amiga da ilusão do que da realidade do que as classes políticas europeias (Bessa, 2019). Moçambique poderia ter a desculpa de ainda se encontrar num estágio pré-bismarkiano; mas como terá dito o famoso estadista alemão do século XIX Otto von Bismark: só os tolos aprendem com os seus próprios erros; eu prefiro aprender com os erros dos outros. É pena que Moçambique tenha ainda tão poucos bismarkianos candidatos a líderes políticos e estadistas.

PROTECÇÃO SOCIAL: PORQUE DIVERGIMOS?

Antes mesmo do início da série de livros *Desafios*, a definição das prioridades e objectivos da pesquisa no GdI-PPS começou por tomar em conta o carácter restrito da abordagem do Governo, centrada nos três componentes de protecção social identificados no Decreto n.º 53/2007 – Básica, Complementar e Obrigatória (AR, 2007; Francisco, 2010b, p. 45). Porém, como se pode perceber na figura 2, a abordagem alternativa ao quadro restrito, assistencialista e vulnerabilista do Governo (figura 1) assenta numa lógica substancialmente diferente. Diferenças na atenção prestada ao que se vê e ao que não se vê, ao ponto de não figurar no quadro legal do que é formalmente considerado como o foco da protecção social. Não poderia ser de outra maneira, se realmente queríamos «superar o reducionismo, melhorando o realismo e abrangência». O organograma alternativo, apresentado na figura 2, reflecte a definição operacional apresentada no início do já referido artigo de 2010, onde a protecção social é definida como:

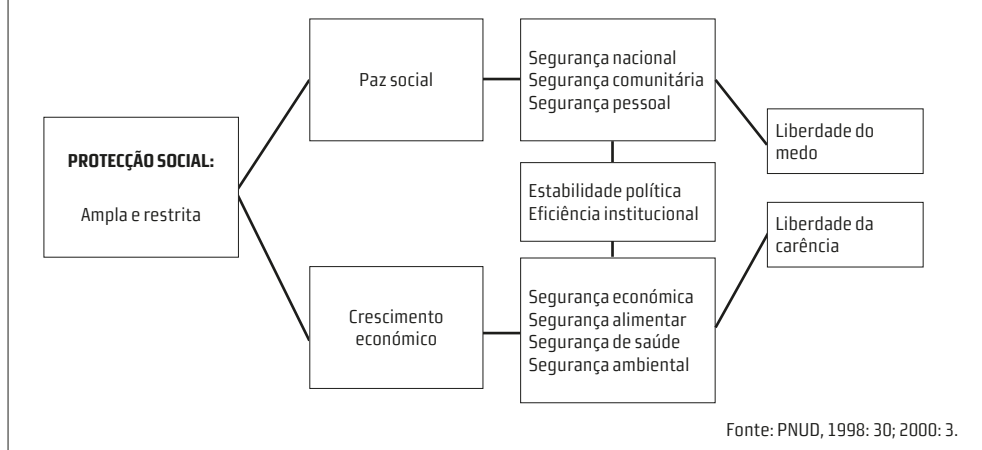
... o conjunto de mecanismos, iniciativas e programas com o objectivo de garantir uma segurança humana digna, libertando os cidadãos de dois medos cruciais no ciclo da vida humana: 1) Medo da carência, sobretudo alimentar e profissional, seja ela accidental, crónica ou estrutural; 2) Medo da agressão e desprotecção física e psicológica (Francisco, 2010b, p. 39).

Esta definição inspirou-se no trabalho realizado alguns anos antes da criação do IESE, nomeadamente no final do século passado, no âmbito da elaboração dos dois primeiros relatórios nacionais de desenvolvimento humano em Moçambique. Dois relatórios que tomaram como principal motivação a preocupação com a indispensável transição da insegurança nacional para a segurança humana, por via de dois eixos analíticos destacados na figura 2: a) Paz social, a vários níveis: segurança nacional, comunitária e individual; b) Crescimento económico, viável e sustentável, intimamente ligado ao desenvolvimento, por via da melhoria da segurança económica, alimentar, da saúde e do ambiente natural. Estes dois eixos são orientados para a dupla dimensão da liberdade do medo da carência e da agressão e desprotecção (Francisco, 2009b; PNUD, 2000, 1998). Ao longo da publicação dos *Desafios*, as diferenças em termos epistemológicos, e com implicações políticas e programáticas, relativamente ao quadro conceptual adoptado, oficial ou officiosamente, são detectáveis a partir dos próprios títulos dos artigos listados na secção 1 e noutros artigos resultantes da nossa investigação. Basta referir, alguns exemplos: «Protecção social financeira e demográfica em Moçambique» (Francisco *et al.*, 2011); «Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente» (Francisco, 2011a); «Acção social produtiva» em Moçambique: uma falsa solução para um problema real» (Francisco, 2013); «Idosos em Moçambique: romper a conspiração do silêncio» (Sugahara & Francisco, 2012); «Porque Moçambique ainda não possui pensão universal para idosos?» (Francisco & Sugahara, 2015); «Teste à vontade de consolidação fiscal e orçamental em Moçambique: o problema da desorçamentação» (Francisco & Semedo, 2018).

À medida que se conhecem as abordagens em que se sustentam organogramas como os das figuras 1 e 2, percebe-se que há muito mais para além daquilo que as representações gráficas mostram. Mas as divergências conceptuais e interpretativas emergem também nas abordagens dos investigadores do próprio IESE, quando começam a analisar e discutir questões fundamentais, como o conteúdo da cidadania, os direitos de propriedade privada, o papel do Estado e do capital no incentivo ou desincentivo à poupança, entre muitos outros.

O organograma na figura 2 permite perceber que a protecção social é muito mais ampla, complexa e diversificada do que a figura 1 mostra. Simultaneamente, a partir da figura 2 não existem motivos para desconsiderar ou desvalorizar a perspectiva restritiva, assistencialista e vulnerabilista. Quando muito, a figura 2 apenas mostra mais claramente que existem aspectos amplos e abrangentes dos mecanismos de protecção social que vão para além do domínio formal e legal, ou até do que convencionalmente se designa por informal.

FIGURA 2: QUADRO CONCEPTUAL DA PROTECÇÃO SOCIAL



Nos primeiros anos da nossa pesquisa, procurou-se estabelecer conteúdos substantivos para uma análise do «estado da arte» da protecção social, que não se circunscreve à economia. Para isso, foi muito útil a formação em demografia que adquiri no Mestrado (1989) e Doutoramento (1998), na Universidade Nacional da Austrália (ANU). Sem a incorporação da dimensão e dos conteúdos demográficos, qualquer ênfase circunscrita à economia política na investigação, fosse ela qual fosse, teria ficado demasiado pobre.¹¹

Infelizmente, até aqui a dimensão demográfica circunscreveu-se praticamente à investigação sobre protecção social, como pode ser testemunhado nos nove livros do *Desafios*. Além da definição operacional usada no GdI-PPS acima mencionada, nenhum outro grupo de investigação se deu ao trabalho de elaborar uma que se possa dizer consistente com a visão marxista de heterodoxia, ou outras. Quando muito, em alguns momentos, Castel-Branco deixou transparecer que a abordagem ampla e estruturante que eu defendia não se conformava com a sua visão holística do sistema capitalista internacional. Talvez por isso tenha percebido o convite do envolvimento de Marc Wuyts e Bridget O’Laughlin¹² na investigação sobre protecção social do IESE como uma oportunidade para adicionar uma tutela teórica que parecia faltar no GdI-PPS. A integração de Wuyts e O’Laughlin como investigadores convidados e associados foi inteiramente consensual e bem-vinda por todos os que alguma vez tiveram o privilégio de serem seus estudantes ou terem investigado sob a sua direcção. Contudo, se algum de nós alguma vez entreteve a esperança que Wuyts e O’Laughlin trariam um cinto de castidade para

¹¹ Como tenho dito em conversas informais, um dos méritos do surgimento do IESE foi ter-me permitido fazer uso da minha formação demográfica. Só tinha conseguido dedicar-me à demografia durante a realização do Doutoramento na Austrália. Após regressar a Moçambique, depressa percebi que não seria como demógrafo que iria ganhar a vida.

¹² Curiosamente, dois dos meus professores mais importantes em momentos decisivos na minha formação em economia. De Marc aprendi, na disciplina de estatística, a sensibilidade pela exploração dos dados estatísticos e a importância do método de análise quantitativa. A Bridget, supervisora da minha tese de Licenciatura, fiquei-lhe sempre muito grato por ter-me introduzido na pesquisa de campo que não tinha aprendido no curso de Economia.

proteger a suposta superioridade de uma abordagem marxista na protecção social, depressa teve de reconhecer que pouco poderia ser feito. Tanto Wuyts como O'Laughlin mostraram terem aprendido usar o marxismo como um método de análise crítica e não para catequizar ou reconverter hereges. Na verdade, devo reconhecer que apesar da contribuição de Wuyts (2016, 2006) e O'Laughlin (2012) ter sido pontual, foram estes associados do IESE que trouxeram para a investigação sobre protecção social o melhor complemento alternativo à abordagem ampla, estruturante e liberal que o GdI-PPS tem adoptado. Os seus artigos, por via do GdI Economia e Desenvolvimento, são o melhor que o IESE produziu em consonância com uma abordagem marxista ampla, estruturante e intervencionista.

A inclusão da dimensão demográfica, por via da linha de investigação sobre protecção social, contribuiu para o pluralismo analítico e metodológico do IESE de duas maneiras. Primeiro, graças à consideração dos conteúdos demográficos na pesquisa sobre protecção social, o IESE ampliou a diversidade interdisciplinar para além da economia e política, no sentido estrito dos termos «economia» (e.g. ligações dos megaprojectos à economia nacional, natureza dos padrões de crescimento económico, dívida pública, pobreza e acumulação de riqueza, financiamento do Estado e tributação) e «política» (e.g. sistemas políticos, participação política dos cidadãos e funcionamento do sistema eleitoral). No universo analítico e metodológico da investigação em protecção social, conjugou-se o conhecimento demográfico com os conteúdos económicos e políticos. Em vez de diluir os aspectos demográficos na convencional categoria genérica do «social», uma verdadeira «palavra-doninha», a análise demográfica foi usada como veículo de fomento do pluralismo, em dois sentidos: 1) a nível disciplinar (analítico, metodológico e técnico) e dos saberes demográficos relevantes sobre a dinâmica populacional; 2) na abertura da janela que se abriu à perspectiva liberal para criar o seu próprio espaço analítico, o que me valeu, na linguagem que Fernandes atribui a Paul Hollander, o epíteto de «herege» e «renegado» (?): «Estas pessoas, parafraseando Hollander, já não jogam fora a água suja da revolução moçambicana, para proteger a criança, descobrem que a criança é um monstro que deve ser estrangulado. O herege se torna um renegado» (Fernandes, 2018, p. 21).¹³

¹³ O artigo de Fernandes dá a impressão de que eu aproveitei a formação universitária na Austrália para me converter ao liberalismo. Se é verdade que aquela foi uma oportunidade de formação que acabou por proporcionar um «dois em um», parece-me que a conversa que tivemos não foi suficientemente esclarecedora sobre a forma como a aprendizagem da demografia abriu caminho para superar a minha formação deficiente sobre as alternativas possíveis e viáveis ao chamado «socialismo científico». Teria sido impossível consegui-lo, pelo menos da forma saudável e não manietada que o ambiente social iliberal moçambicano não proporciona. Embora na Demografia o pensamento liberal também seja deficitário, recorri às valiosas excepções na formação precedente em Economia e Filosofia, que se tornaram cruciais para resistir à possibilidade de me refugiar num formalismo matemático e estatístico de estudos da população aparentemente neutros. Valeu-me o privilégio que tive, antes de me envolver no estudo do marxismo-leninismo, de professores fantásticos, como Albano Moaz Gonçalves em Filosofia, nos últimos anos do secundário em Quelimane, verdadeira encarnação de um qualquer dos melhores filósofos da Grécia antiga. No primeiro ano do curso de Economia da UEM, tive dois professores notáveis e cruciais para o desenvolvimento do meu espírito analítico e crítico – Marc Wuyts, em Estatística, e Filipe Richardson, em Economia do Capitalismo. Sobre aquele período e as controvérsias que Wuyts (2009) enfrentou, vale a pena ler as suas respostas à pesquisa realizada por Fernandes (2018) sobre o CEA.

Lendo os trabalhos sobre protecção social publicados nos *Desafios*, é possível perceber a minha afirmação cada vez mais demarcada das anódinas abordagens da protecção social. Progressivamente procurei desenvolver uma abordagem cada vez mais desinibida e demarcada da perspectiva ampla e estruturante comprometida com o intervencionismo e considerada melhor herdeira dos superiores valores morais do passado revolucionário utópico. Como mostram Cahen (2017) e Fernandes (2018), lendo os *Desafios* percebe-se que poucos, mas alguns dos autores, não escondem nem dissimulam as suas afinidades filosóficas, claramente discordantes entre si. Isto é evidente, por exemplo, em relação ao papel e natureza do Estado e a outros assuntos que serão mencionados mais adiante.

Em vários artigos, publicados nos *Desafios* e noutros produtos do IESE, Castel-Branco considera o Estado do período pós-independência revolucionário, como um «Estado empreendedor, planificador e alocador de recursos no período da construção da economia socialista de Estado» (Castel-Branco, 2017a, 2015b, p. 139, 2015a). «Deste Estado centralizado [passou-se] para um liberal, com a missão de facilitar a vida do capital mas sem saber muito bem como, especialmente quando o capital privado nacional é tão fraco, se não apenas emergente» (Castel-Branco, 2015b, pp. 139-140).

Em contrapartida, em diferentes artigos publicados nos *Desafios* e noutras publicações (Francisco, 2012a, 2010b; Francisco *et al.*, 2016b), tenho descrito o Estado do período da República Popular como extremamente intervencionista, totalitário e regressivo. Posteriormente, considerei que o partido que controlava e continua a controlar o Estado evitou o Estado Falhado, ao aceitar mudanças e adaptar-se sem, no entanto, renunciar ao modelo de Estado centralizador, dirigista, intervencionista e aspirante a principal protagonista do mercado. «Para disfarçar o elevado intervencionismo económico do actual Estado», pode-se ler no *Desafios* 2016:

*... políticos e burocratas do regime, bem como vários analistas e investigadores autoproclamados heterodoxos e críticos de certas opções políticas, passaram a retratar o actual Estado moçambicano como liberal ou neoliberal; um liberalismo que dizem ter sido imposto pelos doadores e credores do Governo, desde que este ficou impossibilitado de resistir à adesão às instituições de Bretton Woods em 1984, e necessitou de recorrer à ajuda financeira e técnica do FMI, Banco Mundial e outros parceiros internacionais... (Francisco *et al.*, 2016b, p. 293).*

As considerações anteriores devem ser suficientes para mostrar que uma boa parte das divergências analíticas no IESE não se circunscreve à economia política, ou apenas ao tipo de economia política tomada como referência, como se mostrará mais detalhadamente nas próximas secções. Não menos importante, derivam de trajectórias formativas distintas, de reacções psicológicas e emocionais aos conteúdos e aos métodos de ensino, bem como de diferentes alinhamentos epistemológicos e filosóficos de cada um. Em algum momento, devo confessar,

servi-me da demografia como porto de abrigo, ou espécie de refúgio, na esperança de que colegas que não se deram ao trabalho de estudar a ciência demográfica com alguma seriedade tivessem o bom senso de se abster de comentar para não serem acusados de se servirem da sua ignorância demográfica para desvalorizarem a importância de uma perspectiva liberal na análise tanto da protecção social como de questões económicas e do desenvolvimento. Poucos perceberão a vantagem comparativa que isto me deu na busca de alternativas às análises e soluções enquadradas numa economia política questionável, entre outras razões, quando se passa a assumir ser desnecessário especificar a orientação marxista adoptada, por ser considerada a única economia política digna deste nome. Questiono-me quantos colegas do IESE que têm usado a economia política marxista como a «única» economia política leram *O Capital* do princípio ao fim, com suficiente sentido analítico (já não digo crítico ou técnico). Se o tivessem feito teriam percebido que, afinal, aquela obra magna de Marx foi escrita como mera crítica da economia política (burguesa).¹⁴ Curiosamente, em plena segunda década do século XXI, vários colegas do IESE têm frequentemente declarado que o método que usam na sua investigação é «a economia política». Como se a única economia política disponível, digna de tal nome, fosse a economia política marxista. As outras economias políticas, rotuladas de «burguesas» por Marx, principalmente as liberais, como a escola austríaca, acabaram por ter de usar véculos (protecção social e demografia) para criar e afirmar o seu espaço analítico.

CIDADANIA E PROTECÇÃO SOCIAL: PLURALISMO VERSUS ANTIPLURALISMO

Embora o conceito de pluralismo seja usado frequentemente de formas diversas em referência a uma vasta gama de situações relacionadas com o reconhecimento da diversidade, no âmbito deste debate é usado como reconhecimento da diversidade intelectual, analítica e metodológica, política, ideológica e ética, nomeadamente a apreciação da convivência de correntes de pensamento e ideias diferentes.

Esta terceira secção centra a atenção em categorias estruturantes fundamentais, tanto para a protecção social como para o desenvolvimento humano em geral, como é o caso do conceito de cidadania. A este nível, para melhor se perceber as diferenças ou mesmo divergências teóricas e ideológicas entre os investigadores do IESE, é importante tomar em consideração o

¹⁴ Fui exposto ao estudo sistemático de *O Capital* de Marx (1867) por um professor como Filipe Richardson, mais interessado nos aspectos técnicos do que no método filosófico (sobre este, recordo com saudade as conversas com o falecido antropólogo, Christian Geffray). Mesmo que os exercícios práticos que nos obrigou a aprender possam ter tido pouca ou nenhuma aplicação posterior, no final serviram para desenvolver a capacidade metodológica e técnica. Comparados com os modelos de equilíbrio da economia neoclássica, os exercícios formais inventados por Richardson não são menos didáticos. Mas o mais importante daquelas exposições intelectuais iniciais foi facilitarem a minha predisposição psicológica para a análise crítica da escola marxista em que me formei como economista, não apenas na modalidade catequizante dos panfletos vulgarizadores do Departamento Ideológico de Jorge Rebelo ou da agência de propaganda *Novosti* (soviética).

ambiente político e ideológico mais geral. A partir da questão da cidadania *versus* estadaania é possível mostrar, por um lado, as tensões, os equilíbrios e os desequilíbrios entre antipluralismo e pluralismo; ortodoxia e heterodoxia; iliberalismo, antiliberalismo e liberalismo. Por outro lado, podemos perceber como o partido antiliberal que tem controlado o Estado tradicionalmente antipluralista, existente em Moçambique, persiste em inventar novas formas de antipluralismo intelectual, mais ou menos dissimuladas, mas nem por isso menos cínicas, perigosas e violentas do que as que foram usadas no período do monopartidarismo marxista-leninista. Não menos importante é aferir em que medida outros partidos políticos moçambicanos, com ou sem assento parlamentar, apresentam evidências diferenciadoras do partido Frelimo, em termos de alternativas programáticas de carácter pluralista e liberal. Por razões de espaço, este não será um assunto explorado neste artigo.

PLURALISMO, SIM... MAS EFECTIVO OU CARICATURADO?

Na primeira década de existência do IESE, como notou Cahen, foram poucos os textos publicados pelo IESE que discutiam posições de várias correntes filosóficas e ideológicas. «Cada um defende as suas posições, sem, ao meu ver, debate suficiente com os outros» (Cahen, 2017, p. 7).¹⁵ Igual observação é feita por Fernandes, após uma pesquisa muito mais extensiva e sistemática do que a realizada por Cahen para a preparação da sua intervenção na Conferência do IESE de 2017.

Sem pretender contrariar, muito menos negar, a anterior constatação de Cahen sobre a falta de debate teórico interno no IESE, ela provocou em mim uma dúvida. Não será que Cahen, pelo facto de ter nascido e vivido em França, um país onde a liberdade de expressão e o pluralismo intelectual são dados adquiridos, tem dificuldade de captar a real dimensão e as implicações da opção que fizemos pela criação de um instituto de investigação pluralista, numa sociedade fortemente iliberal e ainda por cima dominada por um Estado geneticamente antiliberal? Suspeito que seja o caso, embora não descure a influência da sua veia esquerdista e o seu compromisso marxista, como fez questão de reafirmar na sua comunicação na Conferência do IESE de 2017.

As implicações da opção por um pluralismo intelectual efectivo vão muito além da concorrência política e ideológica entre militantes e simpatizantes de diferentes partidos. Não menos importante são as implicações emocionais e psicológicas no decurso da gestão das idiossincrasias e preconceitos pessoais herdados de um período totalitário, primeiro colonial-fascista e depois revolucionário e não menos totalitário (fascista?); as alianças políticas e ideológicas frequentemente dissimuladas e cínicas, as censuras disfarçadas e autocensuras veladas; as intimidações psicológicas e emocionais, exercidas por uma legião de caprichosos

¹⁵ «Há, no entanto, um artigo que tenta isso no volume *Desafios para Moçambique 2016*, o de António Francisco, Moisés Siúta & Ivan Semedo» (Cahen, 2017, p. 7).

zeladores policiais da opinião pública, entre muitos outros aspectos que marcaram a primeira década de actividade do IESE.

A melhor maneira de exemplificar como os *Desafios* reflectiram e partilharam diferentes abordagens sobre protecção social é centrar a atenção em categorias cruciais, na configuração do que «se vê» e do «que não se vê» e por isso nem sempre é percebido como imediatamente relevante para a segurança social. No resto desta secção, as considerações sobre pluralismo e antipluralismo focar-se-ão na importante questão da cidadania, por ser dos conceitos mais estruturantes da protecção social, ao estabelecer oportunidades e constrangimentos, incentivos e desincentivos no exercício dos direitos individuais, políticos, culturais, psicológicos e éticos dos cidadãos.

Ao longo da passada década, muitos foram os testemunhos de intolerância, desprezo e desconsideração pela investigação do IESE por parte de entidades públicas que deveriam ser as mais interessadas nela. Em alguns casos assistiu-se a um autêntico *bullying* psicológico, em debates públicos e acções intimidatórias de vários tipos, incluindo recursos criminais. Para que a anterior afirmação não seja vista como uma vitimização exagerada pelos leitores menos informados das dificuldades enfrentadas, recorro apenas alguns dos muitos exemplos concretos, qual deles o mais rocambolesco e por vezes ridículo e patético.

O primeiro, digno de ser partilhado, foi a retenção do processo de legalização do IESE, por parte do ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-profissional. Ao fim de vários meses sem qualquer explicação para tanta demora, o director do IESE, através de alguns dos seus ex-estudantes, soube que o expediente do IESE se encontrava numa prateleira que o então Ministro designava por «processos indesejados». Foi preciso Carlos Nuno Castel-Branco recorrer aos seus contactos pessoais, que felizmente na altura eram bastante bons, para desbloquear o assunto da legalização da actividade do IESE.

Um outro exemplo, ainda dos primeiros anos de actividade do IESE, diz respeito ao desencanto provocado por Castel-Branco com a reflexão sobre a «revolução verde» que apresentou em resposta a um convite da Presidência da República para contribuir para o debate daquele tema que na altura parecia entusiasmar o ex-Presidente Armando Guebuza. Como Castel-Branco foi igual a si próprio e não mostrou qualquer disponibilidade para se converter a uma espécie de «garota de programa» intelectual de uma agenda governamental, foi riscado da lista de futuros debates na Presidência.

Outras situações aconteceram, como o cancelamento à última hora e sem qualquer justificação por parte da Reitoria da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – «ordens superiores» – de um seminário preparado pelo IESE, com o apoio financeiro da Suécia, a ser realizado numa Faculdade da UEM, onde alguns dos Investigadores do IESE também são docentes. Outro caso, aconteceu na preparação de um outro seminário, promovido pelo Ministério da Mulher e Acção Social. Quando os organizadores preparavam a lista de possíveis oradores para o

referido seminário, ao perceberem que um dos nomes era o director de investigação do IESE que investiga questões sobre protecção social, retiraram-no imediatamente da lista.

Ao longo da década, a assertividade das intervenções públicas dos membros do IESE provocou uma crescente irritação entre os guardiães ideológicos do regime, nomeadamente no grupo que ficou conhecido por «G40» e não só. A título de exemplo, em Agosto de 2012, um dos guardiães ideológicos do regime reagiu com «indignação» à entrevista que concedi ao Canal de Moçambique acusando-me, no Correio da Manhã (Buque, 2012), jornal electrónico, de estar a tentar «deitar abaixo» tudo o que a Instituição IESE e em particular o seu director Nuno:

... têm estado a fazer em prol da verdadeira moçambicanidade. Penso que este trabalho e esforço não podem ser deitados abaixo por pessoas pouco comprometidas com a instituição IESE, como me parece ser o seu director de investigação, por sinal, a área-chave da instituição! (Buque, 2012).¹⁶

Em vários outros momentos, alguns dos investigadores do IESE receberam ameaças telefónicas ou por SMS, bem como advertências para não aparecerem em programas televisivos, doutra forma iriam pôr a sua segurança pessoal e vida em risco. Neste contexto, o episódio mais rocambolesco e mediático foi o que um controverso *post* de Castel-Branco (2013), na sua página pessoal do Facebook e não do IESE, provocou. Em 2015, já não foi o acima referido guardião ideológico do regime a mostrar a sua indignação. Foi o próprio Ministério Público a instaurar um processo crime contra Castel-Branco, acusando-o de crime contra a segurança do Estado. Porquê? Por causa do seu *post* de 2013 no Facebook, em forma de carta aberta ao então Presidente da República Armando Guebuza, acusando-o de servir o «grande capital» em detrimento da população moçambicana e comparando-o a ditadores como Hitler, Salazar e Mobutu (Caldeira, 2015; Castel-Branco, 2013; Fernandes, 2018, p. 18).¹⁷

Enfim, os exemplos de antipluralismo em Moçambique no presente milénio dariam um volumoso livro, o que vai muito além do âmbito deste artigo. Acrescento apenas que, por variadas razões, o pessoal do IESE acabaria por merecer dos guardiães ideólogos do regime, o

¹⁶ Esta declaração indignada ecoou na imprensa, como é exemplo o excerto seguinte reproduzido pelo *site* Macua: «Adelino Buque ataca director de Investigação do IESE: A entrevista concedida ao Canal de Moçambique pelo director de Investigação do Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE), o Professor António Francisco, deixou desassossegados muitos “camaradas” defensores do Governo do dia... Adelino Buque, administrador do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e analista fiel ao regime, preferiu apelar toda a entrevista de “aberração”, chegando mesmo a afirmar que o Professor António Francisco é uma pessoa “pouco comprometida com o IESE”. Na entrevista concedida ao Canal de Moçambique/Canalmoz o director de Investigação do IESE teceu duras críticas às políticas do Governo do dia, tendo, entre outras coisas, dito que o actual regime a que apelidou de “dirigista e absolutista”, a prazo convida a golpes e insubordinação. Disse também que são os doadores que têm travado a arrogância do regime...» (Macua, 2012).

¹⁷ Comparem-se as acusações de Castel-Branco com as recentes acusações também a Armando Guebuza, que um dos protagonistas do G40, em «Carta pública ao meu pai e ídolo político», faz na sua página pessoal do Facebook (27 de Maio de 2019). Castel-Branco foi acusado de crime contra a segurança do Estado, por comparar Guebuza a Hitler, Salazar e Mobutu. Imagine-se se proferisse acusações como as do autoproclamado «filho» político de Guebuza, em que chega a escrever afirmações como a seguinte: «Será que tu, Armando Emílio Guebuza, não sabes que aquele “rapaz” ora detido e armado em “esperto” usou parte significativa do dinheiro “desaparecido” das “dívidas ocultas” para contratar os mercenários que recrutam, aliciam, treinam e introduzem em Moçambique os bandidos armados que estão a semear luto e destruição em Cabo Delgado? Não sabes mesmo?» (<https://www.facebook.com/jj.cumbane/posts/2166223260162348>).

famigerado epíteto de «apóstolos da desgraça». Um rótulo que Cahen, na sua veia esquerdista, considera que «... o IESE deveria reivindicar... pertença», como «...método eficaz para lutar contra a desgraça ela própria, para ela não acontecer sem ter sido pelo menos prevista». Digo veia esquerdista, porque é simplesmente lamentável, neste estágio do Moçambique independente, a luta contra a desgraça intelectual, causada pela cultura de intolerância e arrogância de um Estado que se dizia apostado em garantir independência e liberdade aos moçambicanos, continue a provocar tanta violência física e consternação psicológica e emocional aos cidadãos que ousam desafiar a perpetuação da servidão, ou «nenhumação», parafraseando o escritor Ba Ka Khosa (2017, p. 71).

A HERANÇA DO ANTIPLURALISMO VEM DE LONGE

O iliberalismo da sociedade moçambicana manifesta-se em múltiplos aspectos, nomeadamente na falta de cultura de tolerância e de instituições democráticas com peso, contrapeso e regras de justiça e protecção das liberdades individuais. A cultura de linchamentos populares é apenas uma das muitas manifestações da prevalência de valores morais permeáveis à intolerância e carentes dos fundamentos básicos de instituições modernas defensoras dos direitos humanos fundamentais.¹⁸ Neste contexto, a existência de um Estado que nasceu e se impôs, desde Independência Nacional em 1975, alicerçado num quadro ideológico e político profundamente antipluralista e totalitário, apenas agrava mais as dificuldades de estabelecimento de um ambiente de liberdade positiva e saudável.

O antiliberalismo do Estado moçambicano inspira-se na negação das diferenças humanas, contra a qual se impõe um intervencionismo estatal, alegadamente para abolir as desigualdades sociais e tornar as pessoas iguais. Na prática, todavia, a igualdade alcançada não passa de uma caricatura utópica, alicerçada num quadro institucional que conduz a desigualdades perversas, falsa unidade política, convivência cínica e promotora de tensões desestabilizadoras da paz social e da harmonia psicológica e ética.

Neste contexto, persiste um erro crasso, aparentemente de menor importância, mas revelador da forma como os preconceitos políticos e ideológicos primários têm sido reproduzidos nas investigações e retrospectivas históricas sobre os avanços, retrocessos e desafios da edificação de um Moçambique moderno, pluralista e tolerante. Um erro que muito se deve ao facto de a edificação do Estado, soberano ou independente, ser confundida com o nascimento da

¹⁸ Quem pense ser exagerado falar-se de cultura de linchamentos populares deverá pensar melhor, não só depois de tomar em consideração a frequência com que os casos acontecem, mas também devido à forma como este fenómeno entrou no imaginário popular e literário, como ilustra a seguinte passagem da história «Uma visita ao prostíbulo» de Aldino Muianga (2011, p. 37): «Munidos de paus, pedras e, até, de paus de pilar, todos caíram sobre ele. A violência dos golpes que infligiam, dir-se-ia, era a catarse de frustrações antigas e acumuladas, a sublimação de dores que já nem isso eram. Eram sim, a agonia experimentada em cada segundo, em cada hora, em cada dia, corporizada pelos clientes: uma revolta impotente contra a vida. Naquela manhã de sol claro gritos de impropérios, de maldições, em todos os tons, encheram os caminhos da Mafalala.»

nação e do Estado moderno, como se este não tivesse acontecido na última década do século XIX, mas apenas com a criação do novo Estado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Sabendo que a delimitação fronteiriça e geográfica do território moçambicano foi estabelecida e internacionalmente reconhecida em 1891 (Francisco, 2010b, pp. 58, 83; Newitt, 1997), à negação desse facto histórico adicionou-se um outro facto muito mais grave: a captura da independência nacional por uma ala radicalizada dentro de uma vasta Frente que foi a FRELIMO até 1969 viria a dar origem ao partido político, também designado Frelimo, cujo Comité Central se proclamou na Constituição da República Popular como «força dirigente do Estado e da Sociedade» (FRELIMO, 1975, p. 3, Art. 3.º; Khosa, 2017, pp. 105-112).

A recorrente desvalorização da vasta produção científica e académica do período anterior à independência manifesta-se em variadíssimas situações e de múltiplas formas, como se o simples facto de ter sido produzida no período colonial fosse motivo suficiente para pôr em dúvida a relevância científica e utilidade prática. Trata-se de uma produção fundamental em vários domínios das ciências sociais, incluindo a investigação económica, com particular destaque para os planos de fomento que seriam posteriormente copiados (plagiados), porque ficava mal reconhecer o valor dos resultados da investigação do período colonial (Capela, 1974a; CT-PIEPM, 1966; DSPIE, 1973; Fortuna, 1965; Neto, 1965; Presidência do Conselho, 1973; Silva, 1965); da investigação histórica e político-administrativa (Guedes, 1965; Lobato, 1989, 1960; Matos, 1965; Mondlane, 1977; Newitt, 1997, 1970, 1969; Newitt & Garlake, 1967), etnográfica e antropológica (Almeida, 1965; Capela, 1974b; Carvalho, 1965; Junod, 1974; Rita-Ferreira, 1968), geográfica e demográfica (Brito, 1965; DPSE, 1973; INE, 1966; Rita-Ferreira, 1972, 1969, 1968),¹⁹ cultural e ideológica (Almeida, 1965; Cota, 1944; Dias *et al.*, 1964; Rocha, 1962). Felizmente, a nível literário, com destaque para a poesia, crónica, romance e crítica literária, as pretensões antipluralistas a favor da «poesia de combate» depressa tropeçaram no seu próprio ridículo militante. Isto permitiu que os alegados artistas «comprometidos» com o regime colonial fossem resgatados e poupados da exclusão das colectâneas de poesia moçambicana. Não menos importante, a literatura moçambicana tem mostrado uma capacidade de reconhecimento da individualidade, liberdade de pensamento e expressão e reflexão sobre as contradições, adversidades e desafios da vida quotidiana (Alba, 1981; Almeida, 1965; Craveirinha, 1982; Dias, 1972; Ferrão, 1975; Ferreira, 1960; Gonçalves, 1975; Honwana, 1980; Khosa, 2017; Laban, 1998; Lisboa, 1973; Mallinda, 2001; Mendonça, 2011; Muianga, 2011; Noa, 2008, 2002). O mesmo não se pode dizer da produção científica e académica, se bem que, com o decorrer do tempo, se começaram a registar alguns sinais de reconciliação com as origens da

¹⁹ Veja-se a notável produção investigativa e de divulgação em meio século de vivência em Moçambique de António Rita-Ferreira, com quem ainda tive breve comunicação antes do seu falecimento, motivada pelo IDEIAS n.º 45 (Francisco, 2012b), que recordou o artigo de Rita-Ferreira «Moçambique e a explosão demográfica» (<https://www.antoniorita-ferreira.com/pt/pagina-inicial>).

actual UEM. Por exemplo, em 1992 e em 2012 a UEM comemorou, respectivamente o 30.º e 50.º aniversário do ensino universitário superior em Moçambique. Valha-nos esta sensatez de não se assumir que somente com a conversão da Universidade de Lourenço Marques em Universidade Eduardo Mondlane é que Moçambique passou a ter ensino superior. Em 2012, por ocasião do 50.º aniversário, um dos convidados a intervir nas referidas comemorações foi José Veiga Simão, primeiro Reitor nomeado em 1962, o qual manifestou o seu agrado pelo reconhecimento do espírito de abertura à modernidade da Universidade criada em 1962.²⁰

Mais recentemente, alguns dos protagonistas do notável movimento estudantil e associativo desenvolvido na última década do período colonial publicaram um interessante registo da Associação Académica de Moçambique (AAM), certamente o movimento estudantil mais vigoroso entre 1964 e 1975 (Pereira & Gonzalez, 2016). Apesar de este não ser o espaço adequado para reflectir sobre as múltiplas e insidiosas formas de desvalorização dos resultados de investigações realizadas antes da independência, algumas das quais incentivando o plágio e usos abusivos de dados sem o devido reconhecimento das fontes, vale a pena mencionar dois exemplos ilustrativos do tipo de mentalidade paroquial e mesquinha que, de alguma forma, tem moldado a formação da nova geração estudantil universitária e de novos investigadores, burocratas e gestores de dados estatísticos do domínio público.

Um exemplo diz respeito à teimosia dos responsáveis pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em passar a mensagem de que somente depois da independência é que Moçambique começou a dispor de recenseamentos da população com suficiente cobertura territorial e abrangência estatística para merecerem figurar na lista dos Censos da População Moçambicana. O INE acaba de divulgar os resultados definitivos do Censo de 2017, anunciados como IV Recenseamento da População. Ou seja, a designação de quarto deriva do pressuposto de que o primeiro aconteceu em 1980, o segundo em 1997 e o terceiro em 2007. E o que dizer dos recenseamentos realizados pela Administração Portuguesa, desde 1930, e sobretudo os que foram realizados de 10 em 10 anos em 1940, 1950, 1960 e 1970 (Arnaldo, 2013, p. 47; DPSE, 1973; Heisel, 1968)? Porquê descartá-los da lista de recenseamentos se, depois, as trajectórias da evolução da população a partir de 1950 tomam como base precisamente os dados estatísticos e demográficos deles extraídos? Ao questionar alguns dos responsáveis do INE sobre esta insensatez, lembro-me das duas respostas que recebi. Uma resposta, à «boca pequena», sob a condição de que não revelaria o nome do meu interlocutor, foi: «Tu não sabes que aqui se faz política por tudo e por nada?» A resposta oficiosa, visto que nunca encontrei uma justificação fundamentada em texto escrito, é que os recenseamentos do período colonial não tiveram o

²⁰ Na sua intervenção, Veiga Simão manifestou o seu agrado por já no 30.º aniversário o então Reitor da UEM, Narciso de Matos, ter salientado «... que a Universidade de Lourenço Marques soube utilizar “graus de liberdade, correndo riscos em adoptar métodos modernos de ensino, montar excelentes laboratórios, alterar planos curriculares e promover investigação de vanguarda”. Na realidade, disse ele, “foi possível realizar trabalhos de valor indiscutível na biologia, química, física, matemática, medicina, veterinária, engenharias e também na história, geografia e arqueologia”. Era pois conhecida a abertura da Universidade à modernidade» (Simão, 2012, p. 4)

mesmo nível de cobertura nacional dos do período pós-independência. Mas se esse fosse o caso, ao ponto de os seus resultados não merecerem o mínimo de credibilidade, então porque são os seus dados usados nas retroprojeções da evolução da população até 1950? Se os dados do Censo de 1970 não eram credíveis, porque a guerra colonial impediu o recenseamento das áreas controladas pela Frelimo, quem nos garante que o mesmo não aconteceu no Censo de 1980, quando a guerra civil já afectava várias zonas? Não foi por causa da guerra civil que o chamado 3.º Recenseamento, que deveria ter ocorrido em 1990, só teve lugar em 1997? Na verdade, desde 1940, a única vez que um recenseamento populacional não teve lugar de 10 em 10 anos foi aquando do recenseamento de 1990, razão pela qual, depois disso, os censos decenais têm ocorrido no sétimo ano de cada década (1997, 2007, 2017).

O segundo exemplo é sobre o notável contributo do movimento estudantil que emergiu no início da década de 1960, associado ao estabelecimento do ensino superior em Moçambique, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique em meados de 1962. Em 1968, foram convertidos em Universidade de Lourenço Marques. Na última década do período colonial, a luta pela independência nacional não contou apenas com a luta armada da Frelimo, mas com movimentos associativos estudantis de reivindicação da liberdade de expressão e pluralismo intelectual. Ignorar e escamotear a forma lamentável como aquele importante legado juvenil e estudantil foi abandonado, antes de ser brutalmente sufocado pela imposição da cultura da zonas libertadas trazida pelos libertadores da Pátria, apenas contribui para perpetuar o amorfismo, a passividade e a falta de iniciativa nos movimentos estudantis criados no período pós-monopartidarista até aos dias de hoje.

A publicação do livro sobre a AAM, fundada em 1963/64 (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 31), muito bem detalhado e documentado com registos da época e testemunhos de alguns dos principais protagonistas, tem o mérito de expor algo que lamentavelmente os autores e seus colegas optaram por não comentar.²¹ Poucos dos milhares de estudantes daquele tempo permaneceram até hoje em Moçambique. Segundo algumas fontes, em 1973 a Universidade de Lourenço Marques tinha 3800 estudantes, dos quais apenas 40 eram negros, os até então considerados «assimilados» de famílias com capacidade financeira para pagar seus estudos superiores (Mazula, 1995). Mas a maioria dos brancos abandonou o País nos primeiros dois anos de independência, principalmente quando ficou claro que as nacionalizações radicais da terra, saúde, educação, dos prédios e das profissões liberais visavam criar condições para que o futuro profissional das pessoas ficasse subordinado ao modelo marxista-leninista. Obviamente, se é verdade, como gostavam de repetir os dirigentes da Frelimo, que o problema não era a cor da pele, não é menos verdade que, ao longo dos anos, a maioria dos poucos brancos e

²¹ Recordo com nostalgia que foi um dos membros da AAM, Carlos Felner, que apareceu em Quelimane ainda antes do 25 de Abril de 1974 e me emprestou o primeiro livro político que li na minha vida, na altura ainda proibido. Tratava-se da famosa obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels (Engels & Morgan, 1978).

dos muitos pretos que optaram por não renunciar à nacionalidade moçambicana e procurar refúgio noutros países, aprendeu a concordar com o que Ba Ka Khosa (2017, p. 112) escreveu a respeito da necessidade de uma melhor alternativa para o País Proveta da primeira república e o País Bordel da segunda república que vigora até ao presente.

Presentemente, a reflexão sobre o que continua a ser feito contra o pluralismo intelectual e o pouco que se faz em prol de um ambiente universitário tolerante, diversificado e dinâmico, tornou-se fundamental. E, nesse sentido, não ajuda escamotear-se o dano causado pela ruptura radical imposta entre um legado estudantil fantástico e o que a nova governação quis fazer das futuras gerações estudantis e intelectuais.²² Como testemunha o livro de Pereira & Gonzalez, em finais de 1974, os próprios protagonistas da experiência universitária mais extraordinária que Moçambique alguma vez viveu, decidiram pura e simplesmente encerrar a AAM. Porquê? No livro podemos ler: «Fechamos a AAM em 1976 porque já não era necessária» (Pereira & Gonzalez, 2016, pp. 272, 281). Após a nomeação de Fernando Ganhão como Reitor da ainda Universidade de Lourenço Marques

... e, sobretudo... depois da independência, a 25 de Junho de 1975, as actividades estudantis na Universidade passam a ser orientadas cada vez mais pela Frelimo – pelas suas directivas, pelos seus quadros, pela sua organização – e o papel da Associação Académica de Moçambique vai gradualmente diminuindo de importância.

Os próprios associativos expressam abertamente a concordância com esta ideia de transferir para a Frelimo a direcção do movimento estudantil (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 278).

Longe de mim querer com esta nota escamotear e ser injusto para com os activistas da AAM, nomeadamente em relação ao «... sentimento de terem cumprido o dever histórico como estudantes universitários e cidadãos patriotas» (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 285). Porém, como disse o filósofo dinamarquês Kierkegaard, a ironia da vida consiste no facto de ser vivida para a frente mas compreendida para trás (Pagels, 1990, p. 21). Olhando para trás, não é difícil entender que, no contexto da euforia atabalhoada em que a descolonização surgiu, de elevado enamoramento e entusiasmo revolucionário dos activistas e militantes estudantis, deslumbrados e engajados na Frelimo, não teria sido possível convencer a liderança da Frelimo da importância de se preservar movimentos estudantis com iniciativa criadora, espírito independente, inovador e crítico.²³

²² Aderi e fiz parte do efectivo de estudantes que ficou conhecido por Geração 8 de Março. Mas, como certamente os meus colegas recordam, em 2004, perante a tentativa de se instrumentalizar politicamente a referida Geração, nos debates visando criar a Associação 8 de Março demarquei-me do projecto, declarando numa das sessões: «Como tudo na vida, aquela experiência teve aspectos muito interessantes, mas não contem comigo para tentar convencer a nova geração que merece ser repetida. Dela aprendi que nunca mais aceitarei que um Presidente, como fez Samora Machel, decida sobre a minha carreira académica ou escolhas profissionais e pessoais.»

²³ Até o livro de Eduardo Mondlane, *Lutar por Moçambique*, foi guardado no mais fundo da prateleira, para que ninguém reparasse nele, por causa da «ambiguidade militante de Mondlane» (Ngoenha, 2009, p. 31).

Contudo, quando se olha para a frente, e, neste caso, refiro-me às décadas que se seguiram de monopartidarismo e, depois, multipartidarismo, já tivemos tempo para serenar os nossos entusiasmos e afagar eventuais desilusões, frustrações e ressentimentos pelo rumo atribulado que Moçambique tomou. Foi com um misto de surpresa e sobretudo tristeza que, ao terminar a leitura do livro de Pereira & Gonzalez, constatei que nenhum dos protagonistas da AAM teve o mínimo de sentido crítico retrospectivo sobre o destino trágico dado à sua fantástica experiência estudantil e intelectual. Conhecendo o que conheço de alguns dos membros da AAM, não esperava um *mea-culpa*, mas pelo menos algum sentido de autocrítica pela miopia intelectual, emocional e cívica. Ficava-lhes bem. Sobretudo teria adicionado ao livro alguma utilidade prospectiva. Como é que os autores podem esperar que os jovens universitários de hoje encontrem no livro «apoio e estímulo» (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 9) se a mensagem que emerge da notável experiência estudantil precedente é a de que os seus protagonistas acharam que as futuras gerações deviam enveredar pelo «caminho da servidão» (Hayek, 2010)? Alguns dos *slogans* da AAM testemunham o que à nova geração universitária nunca mais foi permitido: «Autonomia é a polícia não entrar na Universidade» (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 149); «Por uma Universidade livre e democrática num Moçambique Novo» (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 291).²⁴

Enfim, o Presidente Machel trouxe das «zonas libertadas» o antídoto ideal para nos curar de todas aquelas reivindicações estudantis de liberdade de imprensa, de expressão e pensamento. Declarou-as vícios pequenos burgueses e coloniais que não mais teriam lugar no Moçambique independente (Frelimo, 1977).²⁵ E os líderes da AAM aceitaram tais declarações com tanto entusiasmo que, pelos vistos, ainda precisam de mais algumas décadas para acabarem por reconhecer os danos que os «milandos de um sonho» iriam causar nas novas gerações universitárias.²⁶

No final, as únicas lições que as novas gerações estudantis que começam a tomar consciência da importância do pluralismo podem extrair da experiência da AAM resumem-se a duas. Primeiro, a contar pelos testemunhos como o de Romeu Rodrigues (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 281), nem ao fim de quatro décadas, os dirigentes da AAM são capazes de reconhecer que, em 1975, estavam demasiado cegos para preverem que o encerramento da sua Associação significaria privarem as novas gerações de uma importantíssima e vasta gama de experiências

²⁴ Ver neste *site* um conjunto de fotografias ilustrativas do ambiente entusiástico e massivo dos estudantes universitários: <https://bigslam.pt/noticias/apresentacao-do-livro-historia-da-aam-associacao-academica-de-mocambique-1964-1975/>.

²⁵ «A FRELIMO era também um movimento em armas contra os vícios herdados do colonialismo, contra o individualismo e liberalismo, contra a indisciplina e a desorganização. É esta experiência da FRELIMO, este capital de disciplina, de organização, de rigor no trabalho que devemos implantar e enriquecer cada vez mais no seio do Partido... É este o sentido do combate permanente entre o novo e o velho... O homem socialista é esse homem novo...» (Frelimo, 1977, pp. 93-94)

²⁶ «Muitos dos políticos de então ainda não conseguiram levar a mão à consciência e dizer que tivemos tudo para que este país fosse País. Não viram ou não quiseram ver. De oitenta para frente só foi teatro. Construímos um país de bacocos. Mas o que é um baco?!... Bacoco é bacoco, seus bacocos» (Khosa, 2017, p. 80). Ou seja, para bom entendedor, quem não sabe o que significa bacoco, é uma oportunidade para consultar o dicionário.

formativas, incluindo rotinas, actividades informativas, recreativas e cívicas que mereciam ser preservadas e transmitidas para os novos estudantes. Como era previsível, a composição racial e demográfica estudantil iria inevitavelmente mudar, tornando-se maioritariamente de raça negra. O que não era previsível, e aconteceu de facto, porque desejado pelo partido no poder, era que a nova geração universitária resgatasse e preservasse o elevado sentido de iniciativa criativa individual, diversidade de ideias e espírito pluralista e liberal, considerados uma herança que devia ser rejeitada. Por isso, as novas gerações universitárias têm muito a lamentar que, até hoje, e sobretudo depois da experiência trágica de destruição do legado de democratização e pluralismo da comunidade universitária na década anterior à independência, tenham contribuído para a castração das liberdades básicas de pluralismo intelectual.

O livro contém algumas justificações para o declínio das actividades associativas, como por exemplo as de Álvaro Carmo Vaz, «Mané» Gonzalez, Romeu Rodrigues, entre outros (Pereira & Gonzalez, 2016, pp. 280-285). Um dos protagonistas da AAM, Nuno Egídio, mostra algum discernimento, ao mencionar detalhes minimamente esclarecedores sobre o desconforto e a antipatia da Frelimo em relação a organizações estudantis independentes: «... por muito que o sentimento patriótico dos associativos e a sua aceitação plena das orientações da Frelimo fossem evidentes. Havia alguma tensão entre os grupos dinamizadores recém-criados pela Frelimo e os núcleos da AAM nas faculdades» (Pereira & Gonzalez, 2016, p. 283). Uma avaliação, sem dúvida realista e adequada, para a ocasião, mas, como é possível constatar presentemente, com consequências trágicas e lamentáveis para as novas gerações universitárias. O facto trágico de uma geração estudantil universitária activa e inovadora renunciar à sua missão futura e não ter a capacidade de visualizar uma melhor alternativa para passar o seu legado histórico para as novas gerações, a fim de evitar que se convertesse na geração amorfa, medíocre, acéfala e arregimentada em que a OJM (Organização da Juventude Moçambicana) se converteu. É o mínimo que se poderia fazer: reconhecermos que a ideia de transferir a direcção do movimento estudantil para um partido político guerrilheiro, sem cultura democrática, nem capacidade e intenções de tolerância, acabaria por se converter na maior traição às gerações universitárias vindouras. A segunda lição a reter é a de que a falta de solidariedade geracional e de visão de futuro de uma geração tem consequências trágicas para as gerações futuras, quer seja ao nível estudantil quer ao nível de outros estratos sociais. Ao contribuir para que a nova geração fosse empurrada para uma cultura de servidão, não admira que a geração do 8 de Março de Ba Ka Khosa (2017), e também minha, porque fomos colegas em Quelimane e no antigo 8 de Março, se tenha remetido ao silêncio (pelo menos aparentemente). «A Geração 8 de Março, vivenciando o cair do plano socialista», escreve Ba Ka Khosa, «... [a]ceitou acriticamente o modelo de construção socialista propugnado pela geração de libertação e, consequentemente, não foi capaz de pôr em causa a viragem selvagem, à direita, da sociedade moçambicana» (Khosa, 2017, p. 40). Infelizmente, ainda não tive oportunidade de procurar perceber em conversa pessoal com

o meu ex-colega o sentido da última parte desta sua declaração. Será que a alegada «viragem selvagem, à direita» foi mais selvagem do que a viragem à esquerda da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em partido (Frelimo) marxista-leninista?²⁷ Enfim, não consegui perceber como é que, neste caso, o meu ex-colega Francisco Cossa tem procurado rejeitar o modelo socialista propugnado pela geração da libertação e ao mesmo tempo demarcar-se da «geração seguidista» que somos e simultaneamente preservar os preconceitos sobre a direita que aprendemos a diabolizar acriticamente no 8 de Março.

Muito mais debate despreconceituado, indagador e crítico precisamos de realizar, a fim de podermos contribuir, no tempo que nos resta de vida, para que a nova geração se liberte da cultura de servidão e nenhumação propagada pelo que mais adiante se designa por estadania, em oposição a uma cidadania saudável e moderna. Certamente que ainda podemos fazer algo de positivo e substantivo para ajudar a comunidade estudantil universitária a superar o tipo de «escolinha do silêncio» em que está mergulhada e a transformar o espaço universitário num ambiente de reflexão crítica e pensamento independente.

Ao longo das décadas passadas, o radicalismo antipluralista perdeu espaço para se impor da forma brutal e sanguinária como foi praticado na primeira década de independência. Isto permitiu, a nível académico e intelectual, resgatar os conhecimentos acumulados do último quarto de século, antes da independência nacional. Mas persistem preconceitos quando se trata de considerar como moçambicana a generalidade da produção socioeconómica, etnográfica, demográfica, jurídico-administrativa e cultural, do período pré-independência. Só assim se pode entender que, volvidas várias décadas, Cahen não tenha sido mais autocrítico em relação ao ambiente monolítico, excludente e antipluralista que permitiu que o Centro de Estudos Africanos (CEA) emergisse no pós-independência como o único centro de pesquisa social. Ao referir-se à produção do «CEA marxista», beneficiária da sua íntima ligação com as «estruturas» do regime, Cahen não admite que, em vez de progressista, representou um lamentável retrocesso para o desenvolvimento de uma intelectualidade criativa, independente e saudável. A este respeito, a investigação de Fernandes sobre o CEA faz justiça ao legado investigativo deixado pelo Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), fundado em 1955, sete anos antes da criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique (Fernandes, 2018, p. 4, 2011). Um instituto que deixou uma extensiva investigação empírica na área da Antropologia, História e Linguística moçambicana. Segundo Fernandes, o facto de o IICM ter nascido num contexto internacional de crescente aumento dos movimentos anticoloniais

²⁷ Para benefício dos jovens que têm uma ideia muito vaga do que poderá ter representado a «viragem selvagem à esquerda» nos anos seguintes à independência, vale a pena visitar testemunhos jornalísticos no Mozambique History Net sobre os famigerados processos como: «The Comprometidos, 1978-1982» (<http://www.mozambiquehistory.net/comprometidos.php>); «Tribunal Militar Revolucionário, 1979-1989», incluindo o famoso fuzilamento de Goolam Nabi (<http://www.mozambiquehistory.net/tmr.php>); «Candonga», 1976-1991: Black-marketeering or speculative trading» (<http://www.mozambiquehistory.net/candonga.php>); «Punishment in the Judicial System, 1979-1991» (<http://www.mozambiquehistory.net/punishment.php>).

no mundo, contribuiu para que começasse também a emergir uma nova geração de cientistas sociais (fundamentalmente não portugueses) que redefiniram as áreas vitais de pesquisa na historiografia de Moçambique (Fernandes, 2011, p. 56).

«“PROMOVER ABORDAGENS HETERODOXAS” QUER DIZER O QUÊ?»

Cahen (2017, p. 2) afirma: «... não há dúvida alguma [de] que o “CEA marxista” foi uma matriz fundamental de produção da nova intelectualidade progressista de Moçambique.» Contudo, como historiador que acompanhou de perto a brutal instrumentalização do marxismo, Cahen teve tempo suficiente para perceber que a promoção de uma nova intelectualidade, num contexto de radicalismo revolucionário, pouco mais poderia ter gerado do que uma intelectualidade paroquial, preconceituosa e esdrúxula. Em algum momento devemos parar e conceder uma oportunidade, breve que seja, à honestidade e franqueza, em vez de continuarmos fechados na nossa concha de cínicos caprichosos e patéticos. Temos de ser minimamente honestos e reconhecer que o partido Frelimo converteu a independência em refém de um processo degenerativo, destrutivo e ridículo, ao ponto de ter esgotado todos os motivos para se ter saudade da ideologia política extremista e antipluralista que impôs à sociedade moçambicana. E este reconhecimento não deve limitar-se às vítimas mais directas da referida ideologia extremista, como por exemplo Luís de Brito, em 1983, ao ser deportado para a «reeducação» no Niassa, acusado de ser antimarxista (Fernandes, 2018, p. 20).²⁸

O mérito do meu abandono da ligação ideológica à Frelimo foi ter aberto uma janela de oportunidade para iniciar um processo que poderei designar, na falta de melhor expressão, por desintoxicação mental, ideológica, filosófica, moral e ética. Fernandes chamou a este processo «espécie de limbo existencial», baseando-se no que lhe confidenciei na conversa que tivemos: «quando uma pessoa se desilude, sente-se perdida» (Fernandes, 2018, p. 21). A minha desintoxicação foi, por sinal, muito longa e mais difícil do que poderia ter imaginado. Só foi possível, porque conjuguei vários processos intelectuais e psicológicos. Além de tirar o melhor proveito das minhas raízes familiares simples, talvez mesmo simplórias, mas muito saudáveis, fui capaz de tirar o melhor proveito do ambiente intelectual, saudável e livre de que desfrutei na Universidade Nacional da Austrália (ANU), em Canberra, e no modo de vida australiano.

²⁸ Existe uma ironia curiosa neste episódio lamentável que, em retrospectiva, considero bastante proveitoso para mim. Por mero instinto pessoal, a deportação de Luís de Brito espoletou em mim o positivo efeito de perceber não existir qualquer sentido em me manter filiado à Frelimo. Aquela inesperada deportação de Brito para Niassa foi para mim tão chocante que não hesitei em declarar abertamente, em Setembro de 1983, na célula do partido da Faculdade de Letras a que ambos pertencíamos, a minha indignação e o abandono da Frelimo. Isto, convém que se diga, apesar de na altura não nutrir qualquer simpatia pelo marxismo revisionista de Luís de Brito. Tinha também dúvidas sobre o chamado «marxismo aberto», defendido por John Saul, professor canadiano; tal como discordava da forma como os ideólogos da Frelimo instrumentalizavam o que na altura eu próprio considerava ser o «verdadeiro» marxismo-leninismo. Foi um período muito controverso, no qual os estudantes participaram de forma demolidora ao apelidar as aulas de «materialismo dialéctico e histórico», leccionadas pelos professores soviéticos e da RDA, de «materialismo diabólico e histórico». De qualquer forma, a decisão da liderança do partido na UEM de convencer os seus superiores a punirem Luís de Brito da maneira como foi punido ilustra bem o tipo de regime marxista-leninista em que vivíamos.

Ocupei a minha mente com o estudo de demografia, pondo de lado a verborreia venenosa da economia política marxista e abrindo espaço ao que outras economias políticas tinham a dizer, o que me possibilitou familiarizar-me com os clássicos do liberalismo, sem ressentimentos nem rancor pelo passado.

Aprendi que pior do que mudar de ideias é não ter ideia para onde mudar, uma aprendizagem que se tornou crucial e fundamental nas opções de investigação que fiz no IESE. Por ocasião da passagem para o corrente milénio, tinha superado a espécie de cirrose cérebro-intelectual que sofrera no período em que me envolvera activamente na vida política. Digo «superado», porque, admitindo que Duhigg (2012) esteja certo no que escreveu sobre o poder do hábito, não me admiraria que certos preconceitos que absorvi na juventude, tais como os hábitos, nunca desapareçam de facto. Se ficaram codificados nas estruturas do meu cérebro e este não sabe, como explica Duhigg, distinguir a diferença entre os hábitos ruins e bons, não me admiro que os valores colectivistas e intervencionistas possam, de vez em quando, espreitar, como fazem os hábitos, à procura da oportunidade de um clique e respectiva recompensa. De qualquer forma, acredito ter conseguido livrar-me da crença de que um intervencionismo estatal menos extremista do que agora é promovido possa ter efeitos secundários menos malignos.

A desintoxicação mental por que passei permitiu-me aprender a revalorizar a produção científica acumulada desde que Moçambique nasceu em 1891 (Francisco, 2010b, pp. 58, 83), como parte de um complexo processo de metamorfoses da própria cidadania. Um processo de aprendizagem que todos os investigadores e académicos que viveram no período monopartidário e socializante, em algum momento, têm de enfrentar. Penso que a opção de alguns colegas, ao recorrerem a adjectivos como ortodoxo e heterodoxo, é outra forma de aceitar uma auto-reavaliação e reposicionamento, no contexto das mudanças políticas, sociais e intelectuais. Segundo Cahen (2017, p. 4), na actual paisagem científica e política de Moçambique, o IESE é altamente heterodoxo, «e é isso que lhe dá força»:

... toda gente sabe que, nas ciências económicas actuais, os ditos «ortodoxos» são os neoclássicos, muitas vezes os neoliberais de hoje, muitas vezes partidários da microeconomia, quando os ditos «heterodoxos» são os pró-keynesianos, os marxistas, os eco-marxistas e os da economia feminista, trabalhando mais ao nível da macro-economia. E, entre os dois, ainda há a dita escola austríaca com Friedrich Hayek, etc. Pois, «promover abordagens heterodoxas» quer dizer o quê?

(Cahen, 2017, p. 4).

Cahen acabou por deixar a questão anterior sem resposta, mas tendo lido parte substancial dos artigos dos *Desafios*, certamente reparou, em alguns deles, na relutância em aceitar a dicotomia ortodoxo-heterodoxo como eufemismo para disfarçar a opção analítica e ideológica do autor. Moçambique viveu uma experiência radical de ortodoxia socializante, centrada precisamente

numa abordagem que agora é apresentada como heterodoxa, por parte dos que naquele tempo e ainda hoje defendem que a ortodoxia devia ser dominante. Deste modo, a dicotomia entre ortodoxia e heterodoxia vira uma perversão. O uso do termo heterodoxo (outra «palavra-doninha») para mostrar distanciamento de políticas públicas contrárias à filosofia marxista serve também para ocultar um aspecto histórico digno de não ser ocultado. O facto de que, há três décadas, os ortodoxos não eram os neoclássicos, mas sim os marxistas-leninistas, não é irrelevante. Os que hoje teimam em que a ortodoxia de então continua válida,²⁹ para questionar a ortodoxia de hoje, passaram a apresentar-se como heterodoxos, por ser um termo mais anódino e atractivo do que as famigeradas expressões, «marxismo-leninismo» e «marxismo». Assim, como se pode ler no *Desafios* 2016, «o uso de tais termos sem a devida conceptualização, obscurece mais do que esclarece a caracterização das correntes em disputa» (Francisco *et al.*, 2016a, p. 290).

CIDADANIA VS. ESTADANIA E LIBERALISMO VS. INTERVENCIONISMO

Os esforços para contrariar e superar o antipluralismo do período autocrático e radical socialista, que supostamente iria substituir a anterior ditadura colonial por uma «sociedade nova», alcançaram avanços consideráveis, por via da substituição da Constituição da República Popular de Moçambique (FRELIMO, 1975), pela Constituição da República de 1990 (AR, 1990). Esta nova Constituição estabeleceu um quadro jurídico mínimo, se bem que ambíguo e movediço, mas genericamente favorável à revisão do conceito de cidadania, potencialmente reconhecedor de importantes direitos, como sejam os direitos à vida e à integridade pessoal, a capacidade civil, a não retroactividade da lei penal, a liberdade de religião e associação política, os direitos sociais e económicos, como o direito à educação, saúde, habitação, assistência na velhice e incapacidade e o direito ao trabalho. Contudo, como sublinha Elísio Macamo (2014, p. 48), num artigo sobre cultura política e cidadania moçambicana, publicado no *Desafios* de 2014:

A Frelimo aceitou o fim da guerra com a Renamo e todas as suas implicações em relação à introdução da democracia, mas nunca abandonou a sua concepção de liberdade e que... é extremamente hostil a uma ideia moderna de cidadania. A Renamo, por sua vez, não é diferente da Frelimo neste capítulo, pois ela também insiste na sua luta anticomunista e pela democracia como elemento que legitima o seu direito de falar em nome do povo, mesmo que a definição do povo implique a exclusão do povo (Macamo, 2014, p. 48).

Difícilmente Moçambique poderá assegurar estabilidade política e paz social duradora se a redefinição da cidadania não envolver a renúncia às pretensões antipluralistas de «gente que foi socializada, como muitos foram, a pensar que a cidadania é um privilégio conferido pela

²⁹ Excepto nos aspectos que se tornaram demasiado embaraçadores, como as variantes norte-coreana do marxismo, ou a versão mugarista do marxismo.

magnanimidade de quem detém o poder...» (Macamo, 2014, p. 59). A crise na perspectiva de cidadania e, em particular, as recorrentes ameaças à paz em Moçambique têm a ver, como refere ainda Macamo, com uma cultura política extremamente problemática do ponto de vista do poder do Estado sobre os indivíduos. Esta situação problemática é crucial na demarcação das diferentes percepções, aspirações e expectativas sobre a protecção social moçambicana. Os *Desafios* permitem identificar a divergência entre pelo menos três alternativas de cidadania: 1) os que defendem a subordinação e servidão do indivíduo à tutela do Estado (Cambaza, 2009; Castel-Branco, 2017a; Monteiro, 2011; Muianga, 2018); 2) os que defendem que o papel do Estado deve circunscrever-se à garantia e defesa das liberdades individuais e da sua propriedade e bens adquiridos por trocas voluntárias em vez do recurso à coacção (Francisco, 2010b; Francisco *et al.*, 2016a; Macamo, 2014; Macuane, 2012); 3) os que não conseguem perceber o que pensam e têm a dizer, se tiverem de decidir entre as duas posições anteriores, ou outras (Brito, 2016; Forquilha, 2016).

Considerando o controverso início do Moçambique independente, seria imprudente sobrestimar a dimensão das mudanças quanto à clarificação da cidadania moçambicana que a Constituições da República de 1990 e de 2004 permitiram alcançar até aqui. Muitos dos problemas enfrentados actualmente são resultado das soluções implementadas na primeira década da independência. Ao longo das três décadas passadas, o partido Frelimo, supostamente, empenhou-se em substituir o quadro colonial fragmentado entre colonos (com direito ao gozo pleno de cidadania), assimilados (com alguns direitos) e indígenas (sem direitos nenhuns de cidadania).

Na prática, todavia, o que conseguiu a Frelimo edificar? Um «homem novo» convertido numa feia caricatura do «cidadão de uma Nação que ainda não existe», antecipado no *Poema do Futuro Cidadão* de José Craveirinha (1980, p. 18). Uma caricatura de tal forma feia que, pouco tempo antes de morrer, o poeta-mor da cidadania moçambicana ainda esboçou o retrato do «Neo-moçambicano» (Craveirinha, 2008).³⁰

Nos *Desafios*, observa-se uma progressiva explicitação de uma perspectiva cada vez mais liberal, ao apontar uma alternativa à estadania que tem dificultado o desenvolvimento de uma cidadania livre e saudável. Uma alternativa que adiciona à perspectiva ampla e estruturante um ingrediente anti-intervencionista, porque o intervencionismo, por opção de consciência ou mera inércia e confusão analítica, conduz-nos à estadania, parafrazeando Faite (2003), subordinada e submissa ao Estado. A este respeito, vale a pena recordar uma passagem no *Desafios* de 2013:

³⁰ «Hoje um neo-moçambicano / Não passa de um ignaro subterfúgio // Da nossa moçambicana incivilidade // Hesitação / Entre ser pior ou péssimo / Da nossa extemporânea / Filosofia de quem sabe pouco / E julga escamotear no descarro / A urbanidade que lhe / escasseia; // Daí que eu e o meu amigo Sitói de píxotas em punho / Desarborizemos a mijo as artérias da cidade (Craveirinha, 2008, p. 25).

Grande parte dos progressos materiais e humanos, ocorridos em Moçambique no último século (e.g. melhoria da esperança de vida à nascença, aumento do número de idosos, conquista da cidadania e algumas liberdades individuais, emergência do sector privado nacional), aconteceram não por causa (ou graças à) intervenção estatal na economia e sociedade, mas apesar das (ou mau grado as) imensas restrições e dos obstáculos que o Estado tem imposto aos cidadãos, tanto no período colonial como depois da independência nacional (Francisco, 2013, p. 388).

A afirmação de uma perspectiva explicitamente liberal tem sido percebida como uma heresia, que veio perturbar a harmonia da zona de conforto de uma certa heterodoxia. Não menos curiosa foi a surpresa causada fora do IESE, inclusive em jovens investigadores como Fernandes. Numa das conversas que tivemos, lembro a perplexidade de Fernandes quando me perguntou algo como isto: «Mas... liberalismo? Porquê? Porque não se ficou por algo mais intermédio como o institucionalismo ou algo da esquerda moderada?»³¹ Esta perplexidade é reveladora da forma insidiosa como o iliberalismo e antipluralismo não tem poupado jovens investigadores como Fernandes e outros jovens no próprio IESE. A diferença é que os jovens mais curiosos, indagadores, que não se contentam com respostas evasivas, como Fernandes, acabarão por perceber que estão a ser afectados pela cultura intolerante e instrumentalizadora das ideias. Mas muitos outros existem que se sentirão mais confortáveis em recorrer a «palavras-doninhas» como «neoliberalismo», permanecendo convencidos de que as mesmas reflectem mais o liberalismo que rejeitam, do que o intervencionismo que apoiam.

O CUSTO DA FALTA DE VOCAÇÃO PARA «GAROTA DE PROGRAMA»

Contrariamente ao que certos observadores por vezes temeram, apesar das dificuldades enfrentadas devido à resiliência do antipluralismo endémico do Governo, responsável por parte significativa das políticas públicas que analisámos, a verdade é que, a nível interno, aprendemos a gerir as nossas divergências. Uma aprendizagem para a qual todos contribuímos, cada um à sua maneira e como soube, de modo que, uma década após o nascimento do IESE, tínhamos motivos suficientes para afirmarmos que conseguimos estabelecer um dos institutos de investigação (senão mesmo o) mais independente e pluralista alguma vez criado em Moçambique. Infelizmente, esta realização, em vez de ser apreciada e encorajada pelos governantes e outras personalidades públicas,³² motivou as reacções de hostilidade, desconforto, embaraço e

³¹ Fernandes, no já referido artigo sobre as divergentes abordagens na investigação do IESE, refere-se à minha ida para a Austrália, em 1987, onde realizei o Mestrado e de seguida o Doutoramento em Demografia, na ANU. «Lá, ele foi influenciado pelo liberalismo clássico e inimigos do socialismo, como Ludwig von Mises ou Friedrich Hayek. Sobre Mises, Francisco disse: “Não me perdoou por tê-lo descoberto tão tarde”» (Fernandes, 2018, p. 22). Embora esta descrição reflecta correctamente a conversa que tivemos, o que ela não clarifica é como e porque me deixei influenciar pelo liberalismo clássico e inimigo do socialismo. Não basta que uma pessoa fique desiludida com um certo projecto de sociedade, neste caso o projecto socialista moçambicano, para se deixar influenciar por uma perspectiva oposta, ao ponto de se tornar seu inimigo. Isto é exemplificado pelo próprio artigo de Fernandes, ao referir-se a alguns colegas do autor deste artigo, entre outros investigadores.

³² Houve algumas excepções, se bem que tímidas e geralmente disfarçadas para que não provocassem represálias.

irritação descritas anteriormente. Embora seja consistente com o ADN do partido antiliberal, persistentemente empenhado em garantir que o Estado que controla não relaxe o seu antipluralismo, dois detalhes adicionais merecem ser salientados.

Além do enorme esforço e da vasta publicação que o IESE tem feito nos 12 anos da sua existência, outra contribuição importante que deu ao Estado foi cumprir escrupulosamente as suas obrigações legais, pagando a tempo e horas os impostos, taxas e contribuições para a segurança social, previstos pela legislação em vigor. Desde a fundação do IESE o Estado deverá ter arrecadado do Instituto mais de seis milhões de dólares em impostos, taxas e deduções para o INSS.

O que é que o Estado tem dado e retribuído ao IESE, pela forma irrepreensível como cumpre a sua função de utilidade pública? Além das acções mesquinhas acima referidas, movidas por governantes, burocratas e executores públicos (há outras que não vale a pena detalhar, como os obstáculos na legalização de um terreno para a construção das instalações próprias para o IESE), o Governo reservou uma vingança que vale mais do que todo o dinheiro que lhe entregámos. Ao perceber que não conseguia fazer do IESE uma espécie de «garota de programa» intelectual dos fazedores e executores das políticas públicas, fez questão de banir e ignorar qualquer trabalho de investigação do IESE nas avaliações programáticas e nos estudos governamentais. Seja qual for o departamento governamental, ele precisa de formular ou actualizar as suas políticas e estratégias e várias foram as tentativas de aliciar os investigadores do IESE para consultorias a título individual e na condição de que não envolvessem o Instituto.

Em qualquer parte do mundo minimamente decente em termos intelectuais, profissionais e técnicos, seria normal que o Governo apreciasse a participação de entidades independentes como o IESE em fóruns internacionais. Nem que fosse por cinismo, para aparentar tolerância e apoio à convivência com a diversidade. Porém, em Abril de 2015, tendo sido convidado como investigador do IESE para intervir na XIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Timor-Leste, na véspera da minha intervenção, os organizadores informaram-me que a delegação moçambicana exigiu intervir numa sessão onde eu não estivesse. Pelo que soube, a animosidade da delegação governamental acabou por serenar após tomar conhecimento de que, na véspera, o Vice-Ministro do Trabalho me tinha convidado para uma conversa informal e tinha-se mostrado relaxado quanto à minha presença. Todo este ambiente patético é transmitido aos parceiros internacionais de diferentes formas, incluindo com o recurso a certos protocolos de cooperação para recrutamento de consultoria e assessorias fora de Moçambique a preços exorbitantes. Obviamente que os termos de referência das consultorias não estabelecem que certos documentos supostamente inconvenientes sejam banidos, mas, como diz o ditado popular, «para bom entendedor, meia palavra basta». Quem se envolve na indústria do desenvolvimento, depressa aprende quais os documentos que é conveniente não incluir na lista das suas referências bibliográficas, por fazerem parte daqueles que os seus contratantes preferem que sejam ignorados.

ALGUNS TEMAS FRACTURANTES NA INVESTIGAÇÃO DO IESE

Esta secção aborda alguns dos principais assuntos fracturantes na investigação do IESE, ou seja, assuntos que provocaram rupturas ou fracturas substantivas entre investigadores, se bem que, por questão de decoro, geralmente evitamos explicitá-las e discuti-las abertamente entre nós. A questão da cidadania, abordada anteriormente, também poderia aqui ser incluída, como um subtema fracturante, mas por causa do seu papel estruturante na configuração dos diferentes modelos de protecção social, preferi abordá-la na secção anterior.

Do conjunto dos 12 subtemas listados na primeira secção, poderiam ser escolhidos vários assuntos sobre uma vasta gama de aspectos relativos aos mecanismos de protecção social que podem ser considerados fracturantes. Por falta de espaço e tempo, serão considerados apenas três subtemas nesta secção: 1) direitos de propriedade privados capturados pelo Estado; 2) capital, poupança e antipoupança na investigação do IESE; 3) Estado Socialista, Estado Social ou República Social? Cada um destes subtemas reflecte bem as diferenças e divergências analíticas internas que aprendemos a gerir da melhor maneira para que, em vez de provocarem a desagregação do IESE, contribuíssem para as diferenças intelectuais numa experiência de afirmação de pluralismo independente positiva.

DIREITOS DE PROPRIEDADE PRIVADOS *VERSUS* MONOPÓLIO FUNDIÁRIO DO ESTADO

À semelhança da cidadania, o direito de propriedade privada é outro conceito estruturante do tipo de configuração da protecção social, principalmente se a alocação dos recursos for monopolizada por um Estado, alegadamente para serem defendidos de eventuais usurpações indevidas, mas, na prática, conduzir ao desempoderamento dos cidadãos e à expropriação dos recursos e bens que lhes pertencem.

Bastiat, há dois séculos, não precisou de assistir a escândalos fraudulentos como o recente caso das «dívidas ocultas», contraídas por algumas das mais altas individualidades do Governo e dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE) moçambicano, para se convencer de que o Estado é uma «grande ficção através da qual TODO MUNDO se esforça para viver às custas de TODO MUNDO» (Bastiat, 1989). Ao conseguir uma elevada conjugação de protecccionismo, intervencionismo e socialismo, o Estado logra uma elevada perversão da lei, como tem acontecido desde a independência, em que o partido Frelimo se tornou senhor absoluto do destino dos cidadãos, recursos e bens materiais disponíveis no País.

Após o abandono formal da ideologia marxista-leninista, boa parte dos militantes e simpatizantes da Frelimo e muitos dos seus críticos convenceram-se de que o projecto socialista tinha sido abandonado. O facto de os actuais Estatutos da Frelimo insistirem que este partido continua a assentar «... o seu projecto nacional de sociedade na unidade nacional, na defesa dos

direitos do Homem e do cidadão, nos princípios do socialismo democrático, da auto-estima, da cultura de paz e da cultura de trabalho» (Frelimo, 2012 Art. 3) é motivo de múltiplas reacções, dependendo das expectativas que cada um tem do «socialismo».

Neste contexto, o partido Frelimo agarra-se de forma ridícula ao mito de que libertou o povo e a terra e, por isso, esta deve continuar a ser propriedade apenas do Estado. A forma como a questão do monopólio estatal da terra é gerida pelo partido no poder é de um cinismo inqualificável. Cinismo não apenas político, já que a este nível é difícil imaginar que pudesse ser de outra maneira. O mais preocupante são as suas implicações éticas para a moralidade em que cada moçambicano se vê forçado a refugiar para, no final, continuar a fingir que estamos a defender uma preciosa conquista.

O princípio é simples: vamos assumir que a terra não pode ser comprada nem vendida, ou por qualquer outro meio alienada, mas depois cada um compra-a e vende-a como melhor puder. O cidadão comum, o de segunda ou talvez terceira categoria, quanto menos souber e conseguir defender o que é seu, por o ter adquirido por ocupação livre ou espontânea ou mesmo por troca, que se desvençilhe na terra que permanecer vaga, pois ainda há muita por ocupar. Os cidadãos de segunda categoria que sejam espertos e tirem o melhor proveito que puderem dos privilégios que as suas habilidades, profissionais e políticas lhes proporcionarem. Os cidadãos de primeira categoria, por direito adquirido como libertadores da pátria ou por militância e simpatia pelo partido da continuidade da luta contínua, que façam tudo o que puderem para especularem e extorquirem o máximo de dinheiro de quem o tiver, já que, como diz o famoso ditado popular, «ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão». Neste contexto, podemos perceber o quadro ético, lamentavelmente envenenado, em que a moralidade moçambicana se tem configurado.³³

Os que acreditam que o socialismo não fracassou em Moçambique, como Castel-Branco afirmou em entrevista a Fernandes (2018, p. 21), devem ser os mais felizes nesta Pátria do Índico. A forma como interpretam o socialismo como modo de produção não corre o risco de alguma vez se mostrar estar errada, porque, enquanto permanecer apenas na sua imaginação, têm todos os motivos para acreditarem que a sua vez ainda virá. Adicionalmente, enquanto a esquerda desfrutar da reputação de superioridade moral acima de qualquer suspeita, motivos não lhes faltarão para encontrarem suficientes «pobres» e defenderem e agirem como os críticos dos críticos da ortodoxia dominante.³⁴

Para os que acreditam que o socialismo não passa de uma utopia inviável, pelas razões demonstradas por Mises (2010, 2001, 1990), há um século, e respeitantes ao irrealismo do cálculo

³³ «Moçambique está num caminho certo, não se preocupem com a subida do Dólar, não há nenhum alarme por causa da crise... é verdade que se fala de roubo ou desvio de dinheiro, mas isso não pode ser motivo de alarme... os roubos vão continuar porque somos humanos e, como se não bastasse, não somos santos» (Chipande, 2016).

³⁴ Deixo para o filósofo Severino Ngoenha a referência aos «... nostálgicos ou saudosistas, que com a morte do Marechal presidente perderam os lugares de honra e de poder que ocupavam! Então, eles não teriam de facto saudades de Machel, nem sequer estavam ligados aos ideais que ele defendia – a prova disso é a maneira com vivem hoje...» (Ngoenha, 2009, p. 11).

económico, a insistência da Frelimo num socialismo democrático não tem nada de ingénuo ou mesmo paradoxal. Sabem que o socialismo já não poderá ser usado como Samora Machel, primeiro Presidente de Moçambique independente, o usou: para pôr e dispor, a seu bel-prazer, da vida e da propriedade dos cidadãos.

Longe vão as declarações efusivas de Machel sobre o papel fundamental das nacionalizações dos principais recursos um mês após a independência (24 de Julho de 1975), incluindo a terra, a educação, a saúde e as profissões liberais, como a advocacia e a agrimensura; e depois, em Fevereiro de 1976 foram também nacionalizados os prédios, sem direito a qualquer indemnização, pelo Decreto-Lei n.º 5/76, de 5 de Fevereiro, seguindo-se outros activos e empresas estratégicas. Tudo isto, como afirmava Machel, visava «matar o jacaré enquanto é pequeno» – «O jacaré no ovo era a “burguesia nacional” ou os “aspirantes à burguesia”» (Adam, 2006, p. 119). O actuais líderes da Frelimo não precisam de se dar ao trabalho de desmentir a Frelimo de Machel, renunciando a declarações como a seguinte: «A liquidação da propriedade privada da terra foi o primeiro passo fundamental na transformação das relações sociais de produção no País» (Frelimo, 1977, p. 66). Pelo que se tem visto do envolvimento dos militantes frelimistas na especulação fundiária e imobiliária e outras «boladas» ao longo das décadas passadas, já não faz parte dos planos do actual «socialismo democrático» renacionalizar os prédios de rendimento, como fez Machel em 1976. Até porque, com o despudor com que o novo-riquismo inescrupuloso se manifesta, se já não é preciso renacionalizar os prédios é porque a Frelimo defende, como declarou Chipande, «...capital socialista e não capitalista. A nossa política continua a mesma de há 40 anos» (Chipande, 2009). Um outro general e ex-Ministro de Segurança do Governo de Machel optou por uma declaração mais lacónica e aparentemente ingénua: «Não lutamos para ser pobres» (Velo, 2015).

Os políticos de hoje, alguns dos quais ainda são os mesmos do tempo em que declaravam serem os primeiros nos sacrifícios e os últimos nos benefícios, defendem o enriquecimento rápido sem qualquer sentimento de culpa, pela destruição da riqueza dos que se tornaram ricos por mérito próprio e à sua custa. Não fazem qualquer esforço para fingirem que se libertaram dos velhos preconceitos que assumiram e divulgaram no período de radicalismo revolucionário contra o capitalismo, a propriedade privada, o mercado livre e o estado de direito. Pelo contrário, segundo as declarações de alguns deles, se bem que por motivos diferentes, defendem acerrimamente o intervencionismo estatal e em particular o monopólio estatal da terra (Castel-Branco, 2015; Chipande, 2016; Guebuza, 2014; Vieira, 2011).

No *Desafios* de 2017, Castel-Branco (2017b, pp. 14-15) lamentou de igual maneira tanto o crescente endurecimento da intolerância política e os ataques à liberdade de expressão, como o que alega ser a privatização e apropriação da terra pelos cidadãos. Considera existir um processo de institucionalização da apropriação «dos recursos estratégicos públicos (como a terra e os recursos minerais-energéticos e florestais, e infra-estruturas económicas vitais) ... associado

às várias formas de protecção do Governo aos interesses do grande capital nacional e multinacional». Embora concorde com a sua crítica às formas arbitrárias e abusivas como políticos e governantes se apropriam de recursos naturais, discordo da alegação de que os cidadãos ficam mais protegidos se confiarem no Estado como fiel depositário da propriedade que adquire, por simples ocupação ou voluntária compra e venda.

Existem outros *Desafios* com artigos que abordam a questão da terra (Cambaza, 2009; Francisco, 2009c; Muianga, 2018). No primeiro livro da série dos *Desafios*, considere que «...após quase quatro décadas de independência da administração colonial, são ainda muitas as evidências de que Moçambique continua refém de relações de escravidão e servidão doméstica, bem como condições de trabalho e de vida indigentes e desumanas» (Francisco, 2009c, p. 69). Além disso, adiantei que certas organizações da sociedade civil (OSC) continuam a acreditar que o actual modelo de Lei da Terra é adequado para defender os cidadãos e as comunidades rurais, mas na prática, acumulam-se:

... evidências de um acelerado processo de acumulação de terra para fins especulativos, num processo de profunda desvalorização dos activos imobiliários e fundiários, no mercado formal, a favor da especulação, informatização e acumulação improdutiva de valores. Este é um dos temas que, em devido tempo, necessitaria de reflexão mais crítica e séria das OSC, se é que realmente irão conseguir pautar-se mais em conformidade com os interesses comuns públicos, em vez dos interesses privados estabelecidos... [no próprio sector público] (Francisco, 2009c, p. 93).

Ainda no *Desafios 2010*, Cambaza abordou a questão da terra no contexto do desenvolvimento da indústria mineira com base na crença de que os conflitos fundiários são mais bem resolvidos por uma lei que impõe aos cidadãos um direito estatal que não reconhece os seus direitos legítimos de propriedade. Alerta para a possibilidade de «conflitos de natureza geracional e intergeracional», devido à crescente pressão de investimentos mineiros sobre a terra. Contudo, não foi capaz de reconhecer que o próprio quadro legal, desde 1975, desapropriou em termos jurídicos e legais os legítimos donos das terras de que o Estado se apropriou.

No *Desafios 2018*, último na série de nove livros, Muianga (2018) defende a necessidade do debate sobre alguns problemas e questões fundamentais do passado respeitantes à questão da terra e às suas implicações analíticas:

O entendimento destas questões pode fornecer bases sólidas para um quadro de debate mais rigoroso e informado sobre a questão da terra, que vai para além da questão dos «direitos de propriedade e legitimidade de pertença» e da transferência dos títulos de posse entre titulares privados, aspectos que têm dominado os debates nos últimos tempos (Muianga, 2018, p. 290).

Apesar da insistência num debate mais rigoroso e informado sobre a questão da terra, Muianga circunscreve a sua centralidade aos debates sobre as opções de políticas agrárias no velho debate marxista relativo a três aspectos: a natureza dos regimes de trabalho migratório; a política agrária da Frelimo logo após a independência, nomeadamente a rejeição da distribuição da terra para o campesinato e a abolição do sistema de administração local baseado nos régulos; a combinação da guerra, do ajustamento estrutural e da reduzida legitimidade e autoridade do Estado que aumentou a competição por terra numa dimensão que já não podia ser vista como temporária ou conjuntural (Muianga, 2018, p. 291).

A alegação de que «... a reduzida legitimidade e autoridade do Estado» contribuiu para o aumento da competição da terra é, no mínimo, intrigante. Se as reformas políticas, jurídicas e económicas, na sequência da mudança para a Constituição de 1990, não puseram em causa o monopólio estatal sobre a terra, instituído pela Constituição de 1975, de que mais legitimidade precisa o Estado além do poder monopolista que lhe foi conferido pela Constituição de 1975? Visto que Muianga não aprecia que os cidadãos questionem a legitimidade da expropriação estatal do que lhes pertence, considera que o contexto ditado pelo neoliberalismo limita a intervenção do Estado, especialmente na agricultura, porque a atracção do investimento directo estrangeiro (IDE) tornou-se o principal objectivo estratégico do País (Muianga, 2018, p. 295). Com tanta terra subaproveitada, qual é o sentido de criticar o Estado por procurar atrair investimento, nacional e estrangeiro, para agricultura? A resposta a esta questão surge, em parte, quando o autor afirma o seguinte: «Para aqueles que apoiam uma abordagem mais interventiva do Estado (incluindo alguns quadros seniores do Governo), o argumento tem sido o de que os agricultores podem gerar mais do seu investimento, e investimento complementar do Estado é necessário para reduzir os custos e riscos...» (Muianga, 2018, p. 296).

De seguida Muianga vira a atenção para outros assuntos: 1) as vantagens da agricultura de pequena escala relativamente à de grande escala; 2) a opção do Banco Mundial e do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), de, através do programa Terra Segura, «emitir pouco mais de cinco milhões de DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) em todo o País» (Muianga, 2018, p. 297). Sobre isto, Muianga escreve: «Entretanto, para alguns interesses específicos de classe, a segurança de posse abre, ao mesmo tempo, a possibilidade de, pelo mecanismo de mercado, a terra poder ser negociada ou alocada (eficientemente) para fins produtivos» (Muianga, 2018, p. 297).

Interesses específicos de «classe». Qual classe? Que classe é essa que, pelo que parece, aceita uma lei que nega os direitos dos legítimos proprietários expropriados? Não se percebe esta lógica, tal como não se percebe o questionamento da opção de agências internacionais, como Banco Mundial, assumirem, ou fingirem que assumem, que o registo das parcelas de terra na posse de indivíduos possa garantir a segurança da posse da terra. A menos que me tenha escapado alguma declaração que desconheço, em momento algum o Banco Mundial parece

ter declarado que o simples registo seja suficiente para garantir a segurança da posse da terra. O mais provável, se bem que não o declare abertamente, por ser politicamente incorrecto, é que, perante a teimosia de um Estado em autoproclamar-se como o único e absoluto «latifundiário», o Banco Mundial tenha optado por responder com um cinismo similar e à altura do cinismo estatal; ou seja, é como quem diz: «para cínico, cínico e meio.»

Não disputo a afirmação de Muianga segundo a qual a postura do Banco Mundial reflecte uma «interpretação neoliberal da questão da terra», porque Muianga usa a típica interpretação marxista da instrumentação do liberalismo pelo próprio intervencionismo estatal. O que me parece questionável, todavia, é que tal interpretação se centre «num quadro político e de mercado liberal dos direitos sobre a terra» (Muianga, 2018, p. 297). Num contexto institucional (constitucional, legal e político) de monopólio absoluto do Estado sobre a terra, que mercado liberal de direitos sobre a terra poderá ser estabelecido? Só se for o tipo de caricatura de mercado liberal que um tal quadro institucional permite edificar.

Ficarei extremamente surpreendido se Muianga, após reflectir mais cuidadosamente sobre o paradoxo da sua associação entre neoliberalismo e liberalismo, não for capaz de reconhecer o anacronismo lógico nos argumentos acima mencionados. Ao longo do seu texto, de vez em quando e de forma circular, Muianga repete a afirmação (atribuída a Bridget O’Laughlin) segundo a qual «a questão dos “direitos de propriedade sobre a terra em Moçambique e de legitimidade de pertença” tem dominado os debates actuais sobre a terra em Moçambique e África Austral em geral» (Muianga, 2018, pp. 289, 290, 298, 301). Considera curioso que «no meio destes debates não se discuta abertamente a essência da questão da terra como parte central de um sistema social de acumulação de capital». Porém, em vez de identificar e explicar a alegada «essência da questão da terra», limita-se a repetir a «...necessidade de se retomar algumas das questões do passado», concluindo que «a resolução da questão da terra não é apenas uma questão de clarificação dos direitos de propriedade, ou de permitir a sua transmissão entre indivíduos através do mercado, como alguns defendem» (Muianga, 2018, p. 301).

Com argumentos tão categóricos como os deste jovem investigador sobre a irrelevância da clarificação dos direitos de propriedade privada e da transmissibilidade entre indivíduos no mercado; com jovens que não se interrogam porque é que é tão difícil encontrar um liberal que se considere neoliberal, mas é tão comum que o termo neoliberalismo somente apareça na retórica dos detractores do liberalismo; com jovens que não se dão ao trabalho de fornecer referências específicas sobre os erros dos que insistem em trazer o problema dos direitos de propriedade privada no domínio fundiário, em claro contraste com o acontece no mercado imobiliário; enfim, com jovens assim convencidos, está visto que a perspectiva ampla, estruturante e liberal não vai ter a sua vida facilitada. Além dos intervencionistas instalados no Governo e em entidades públicas que rejeitam o liberalismo, precisamente porque este questiona a intervenção estatal fora do domínio que justifica a sua existência, Moçambique possui uma

nova geração intelectual que deixa muito a desejar. Salvo poucas excepções, pelo que parece os jovens que se dão ao trabalho ou prazer de ler sobre política e filosofia ainda lêem mais Marx, Engels e Lenine, do que Mises, Hayek e Schumpeter, entre outros clássicos do liberalismo. É claro, se assim for, se existe alguém que deve ficar agradecido e contente, é o partido Frelimo e o vasto exército de militantes, simpatizantes e sobretudo beneficiários do intervencionismo estatal. Quanto mais o prefixo «neo» for pronunciado com um esgar de asco (Moreira, 2009, p. 103), melhor para perpetuação do iliberalismo social e antiliberalismo do Estado.³⁵

Perante o perverso quadro *de jure* e *de facto* em que os direitos de propriedade privada estão mergulhados, não temos de nos admirar com o tipo de respostas como a de Alberto Chipande, que vale a pena repetir: «Nós queremos capital socialista e não capitalista.» É uma declaração deveras brilhante e consistente como a famosa máxima de Joaquim Chissano: «O cabrito come onde está amarrado.» Ou o apelo de Armando Guebuza para que os moçambicanos deixem de ter medo de serem ricos. O mérito destas declarações é não deixarem margem para dúvidas quanto ao papel predador do Estado ao serviço dos que o controlam politicamente, graças aos direitos adquiridos que conquistaram com o fuzil e a ideologia que melhor justificava a instauração da sua «ditadura» designada por «ditadura do proletariado».

Enquanto assim for, só os ignorantes e *naïves* poderão surpreender-se quando entidades públicas, como o INSS, tão bem supervisionadas por «guardiães do regime», como o referido na nota de rodapé 12, vierem a público confessar percalços nas suas contas, porque aparentemente não sabem como parte dos fundos de pensões, das doações internacionais e dos financiamentos externos sumiram. Mesmo assim, os zeladores dos recursos públicos, acham que os cidadãos devem aguardar com serenidade e paciência pelo apuramento da situação, que geralmente acaba por nunca ser revelada. Os mais inescrupulosos, perante as suspeitas de fraude com os fundos públicos desaparecidos, para proveito pessoal ou para fins eleitorais e outros a favor do partido que promete tudo fazer em defesa das conquistas da revolução, não se inibem em reafirmar as suas motivações «unicamente» patrióticas.³⁶

POUPANÇA VS. ANTIPOUPANÇA: «CAPITAL SOCIALISTA, EM VEZ DE CAPITALISTA»?

Em trabalhos publicados em alguns *Desafios*, a configuração da protecção social moçambicana, segundo a pesquisa do GdI-PPS, difere substancialmente da configuração observada em sociedades em estágios avançados da transição demográfica, económica e sociopolítica, em

³⁵ «O curioso é que os socialistas se fartaram de mudar de ideologia e de programas políticos, às vezes em menos de uma década, e mesmo assim são socialistas e nunca “neo-socialistas”» (Moreira, 2009, p. 103).

³⁶ «António Rosário... não poupa críticas à consultora Kroll, ao escrever que “sabemos quem realmente são e o que eles querem”. “Estou feliz em ver a forma muito negativa que eles me atacam porque isso prova que não cedemos a pressões e não temos medo” continua Rosário, para quem, escreve, “a nossa independência económica está em jogo”. “A luta continua! Independência económica ou morte, vamos ganhar”, remata o presidente da Ematum, MAM e Proindicus, na carta revelada pela Bloomberg, na qual reitera ter expulso os auditores do seu escritório» (MozNews, 2017). Presentemente, Rosário está detido aguardando julgamento em Maputo, ao mesmo tempo que é alvo de um mandado internacional de captura das autoridades norte-americanas.

resultado das das mudanças profundas da sua estrutura etária, com baixas taxas de mortalidade e fecundidade e crescentemente envelhecida, entre outras características. A protecção social moçambicana é, grosso modo, moldada e determinada pela sua estrutura etária jovem, taxas de mortalidade e fecundidade elevadas, incipiente transição demográfica e economia fortemente subdesenvolvida (Francisco, 2011a; Francisco & Muhorro, 2011; Francisco, 2013).

Na sociedade moçambicana, as relações de interdependência entre a dinâmica demográfica e a configuração das formas de protecção social prevaletentes, carecem de regras institucionais facilitadoras e alicerces económico-financeiros incentivadores da poupança interna e do investimento nacional. Que tipo de protecção social é possível num país onde os residentes consomem virtualmente tudo, ou, muitas vezes, mais do que produzem, não poupam e o que investem é maioritariamente financiado pela poupança externa? Esta pergunta será objecto de um outro artigo neste livro.

Foi a partir da anterior investigação que, na segunda metade da corrente década, o GdI-PPS estabeleceu uma linha específica de investigação sobre a poupança interna em Moçambique. Uma área de investigação ignorada nas nossas anteriores pesquisas e em grande parte da literatura contemporânea sobre protecção social nos países subdesenvolvidos de África e outras partes do mundo.

Para ser mais exacto, o anterior termo, «ignorada», não é o mais apropriado, por dois motivos. Primeiro, tanto nas pesquisas anteriores do GdI-PPS como na literatura mais geral, nacional e internacional, o que se pode constatar é que a poupança é assumida de forma acrítica como dada e como se as fontes do financiamento da segurança social e assistência caritativa não fossem importantes para a definição da protecção social. Os doadores internacionais assumem que o prioritário, já que Moçambique não tem poupança própria, é disponibilizar as poupanças que possuem em excesso. Os beneficiários da ajuda internacional, sobretudo os políticos e governantes no poder, agradecem pelo alívio prestado e por permitirem que a sua ajuda seja usada para criar um sentimento de gratidão nos cidadãos por supostamente os poupar de mais tributações coercivas.

Em segundo lugar, seria também incorrecto presumir que as abordagens tendencialmente desvalorizadoras da poupança, sejam elas keynesianas ou marxistas, ignoram de todo a poupança interna. A forma como as autoproclamadas teorias «heterodoxas» (e.g. keynesianas, institucionalistas, feministas, marxistas, entre outras) lidam com a poupança interna ou nacional, principalmente quando assumem que o capital depende de uma mais-valia gerada através da exploração do homem pelo homem, merecem um reflexão mais detalhada que não é possível fazer a este nível. Contudo, vale a pena referir uma das partes mais interessantes da já referida comunicação de Cahen (2017, p. 10), na sua perspectiva de historiador, sobre a «... famosa questão da “acumulação primitiva do capital”, como meio de produzir uma “burguesia nacional”», abordada por Castel-Branco, nos últimos trabalhos que publicou nos *Desafios*, (Castel-Branco, 2017a). Na impossibilidade de me alongar neste comentário sobre uma

matéria que justificaria um tratamento mais elaborado e sistemático, adiantando apenas dois pontos. Primeiro, a principal pergunta do historiador Cahen é da maior importância e deveria merecer a atenção não só da parte de marxistas, mas também de investigadores que abordam o capital segundo perspectivas não marxistas: *Será possível haver, no século XXI, revoluções nacionais-burguesas na periferia em países que não tinham já uma burguesia nacional?* (Cahen, 2017, p. 12). Cahen mostrou ter reparado, por exemplo no *Desafios 2016*, que a investigação no GdI-PPS se distancia das ideias veiculadas no GdI de Economia e Desenvolvimento, inspiradas na teoria socialista da exploração do homem pelo homem. Ideias que, nas décadas passadas, a despeito da alegada ofensiva neoliberal, muita influência continuaram a exercer, na formulação de certas políticas e estratégias predadoras ou de *rent-seeking*, que Castel-Branco prefere designar por «extractivas», num sentido relativamente diferente do das abordagens institucionalistas (Acemoglu & Robinson, 2012).

Em segundo lugar, a abordagem marxista-leninista da exploração dos trabalhadores e outras variantes ditas de esquerda mais bem reputadas na opinião pública fortaleceram sobremaneira uma cultura explicitamente hostil à poupança interna. Ao considerar que o resultado da acumulação de capital, decorrente de juros e lucros, nada mais é do que um eufemismo para a mais-valia imerecida das classes, famílias e indivíduos que acumulam a riqueza produzida, dificilmente se pode esperar contributos positivos para o reconhecimento de que a produção de novos bens e serviços é impossível sem poupança, consumo diferido e assunção de riscos intertemporais.

Feliz ou infelizmente, a sociedade moçambicana já teve a oportunidade histórica de experimentar, na prática, as consequências dramáticas da implementação do modo de produção assente na teoria da exploração. No período 1975-1985, a economia marxista-leninista converteu-se na ortodoxia dominante na formulação de estratégias económicas. Apesar de ter sido por pouco tempo e, contrariamente ao que Samora Machel acreditou ter acontecido em 1977, ter conseguido liquidar a propriedade privada da terra, como primeiro passo fundamental na transformação das relações sociais da produção moçambicana, a verdade é que o seu partido teima em empurrar a propriedade privada da terra para a extralegalidade ou informalidade. Esta e muitas outras soluções consideradas cruciais para o sucesso da chamada «década da vitória sobre o subdesenvolvimento» (Machel, 1979) continuam a figurar entre os principais obstáculos para a identificação de estratégias que realmente ajudem a esboçarmos esquemas de protecção social progressivos, inclusivos e potencialmente capazes de responderem aos novos desafios de um regime demográfico moderno (Francisco, 2012a, 2010; Francisco *et al.*, 2016a). À semelhança do «não sei» de Cahen, existem muitos outros «não seis» que justificam ser analisados e debatidos, em espaços e momentos apropriados, no contexto da lógica e ilógicas associadas ao conceito de acumulação «primitiva», bem como outros conceitos, como, por exemplo, «extractivo» *vis-à-vis* «rendeiro». Mas deixemos isso para futuras oportunidades, a fim de comentar sobre o terceiro assunto fracturante.

ESTADO SOCIALISTA, ESTADO SOCIAL... OU REPÚBLICA SOCIAL?

Segundo Cahen, nos livros do *Desafios* existem duas abordagens bem diferentes quanto à edificação de um Estado social em Moçambique. Para alguns autores, «... é preciso acabar com o capitalismo – talvez não instaurando o socialismo, que de qualquer maneira deveria ser bem diferente do anterior, mas praticando “vias não capitalistas de desenvolvimento”; ... para outros, pode-se erguer um Estado social reformando o Estado sem romper com o capitalismo» (Cahen, 2017, p. 7). A este respeito, Cahen considera que «Moçambique está... numa situação catastrófica». Reconhece a natureza incipiente da transição demográfica, um dos subtemas de eleição nos artigos sobre protecção social em Moçambique:

*Com efeito, a sua revolução demográfica, embora em curso, é muito parcial: a taxa de natalidade está baixando nas categorias altas e médias da sociedade urbana, menos nas classes pobres urbanas e muito pouco no mundo rural. É que, tradicionalmente, a protecção social é constituída pelas crianças. É o sentido etimológico, e não marxista, de proletário para definir quem não tem outra riqueza a não ser a sua descendência, a sua prol. É o que estudou Christian Geffray na sua tese de doutoramento e depois no seu livro *Nem Pai, nem Mãe. Crítica do Parentesco, o Caso Macua, com identificação da famosa estruturação social em forma de «feijão», os avós vivendo com os netos deixados pelos pais para ajudá-los no trabalho do campo, e eles próprios sabendo que terão o apoio dos netos da geração a seguir* (Cahen, 2017, pp. 17-18).*

Cahen não revela se a anterior referência à ligação entre a transição demográfica moçambicana e as relações familiares identificadas na pesquisa antropológica de Geffray se inspirou na leitura do artigo no *Desafios 2011*: «Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente» (Francisco, 2011a). Cahen possui elevada cultura histórica, antropológica e demográfica para reconhecer as desafiantes implicações enfrentadas pelos jovens e idosos associadas às mudanças nas relações de cooperação intergeracional. «A situação da velhice em geral e da velhice rural em particular é pois, um dos maiores problemas de Moçambique. É um problema político», reconhece Cahen, algo que seria improvável se ele fosse um dos convencionais economistas ortodoxos e heterodoxos que olham para a demografia com a altivez dos que acreditam que a economia é o centro do universo do desenvolvimento. Cahen destaca ainda a reivindicação de uma protecção social universal para idosos em Moçambique, defendida em várias publicações do *Desafios*, nomeadamente no de 2016:

... a sociedade moçambicana precisa urgentemente de um tipo de Estado que assume a função protectora dos desafios nefastos e insidiosos à segurança individual e nacional, através de um sistema de instituições judiciais, políticas, de segurança pública e protecção cívil, entre outras (Francisco *et al.*, 2016a, p. 315).

«Isto se chama Estado social, ou República social», conclui Cahen (2017, p. 18). «Toda a gente aqui vai, acho eu, concordar que é isso que é preciso. Mas será que o Estado capitalista da periferia pode se tornar nisso...?» E, sobre isto, Cahen tinha em mente o tipo de Estado que: 1.º) faz parte das intenções do Estado capitalista periférico prevalecente em Moçambique? 2.º) faz parte das suas possibilidades?

Sejam quais forem as intenções ou possibilidades do Estado e da sociedade moçambicana, Cahen percebe que a criação de um sistema de protecção social universal para idosos precisa de uma forte capacidade de poupança, não só das classes altas, mas da população inteira, bem como de «uma muito melhor partilha da riqueza». Não é por acaso, como testemunham os trabalhos publicados desde 2014, nos *Boletins IDELAS* e nos *Desafios*, que o GdI-PPS virou as atenções da pesquisa para a poupança interna: «Uma pesquisa focalizada na relação entre a configuração das modalidades de protecção social e o papel do consumo, da poupança e do investimento em Moçambique» (Francisco & Siúta, 2014, p. 313).

Infelizmente, nas suas observações relativas às diferentes correntes de investigação do IESE, em vez de comentar sobre as implicações duma investigação centrada na questão da poupança interna, Cahen (2017, p. 19) virou a sua atenção para experiência brasileira, com os seus famosos programas Fome Zero e Bolsa Família, concluindo: «... a instauração do Estado social desejado pelos autores do artigo criticado significaria, sem dúvida alguma, uma profunda revolução popular.» Mais uma vez, aqui está a veia esquerdista de Cahen, a falar mais alto («o povo é quem mais ordena»).³⁷ Por isso, não me surpreende que advogue a necessidade de uma profunda revolução popular, ao mesmo tempo que adianta ser

... precisamente o que eles parecem recusar, advogando mais para um capitalismo de poupança e investimento, que eles pensam possível na periferia do mundo. Afinal, voltamos à questão da possibilidade ou impossibilidade de uma revolução burguesa na periferia do capitalismo no século XXI! (Cahen, 2017, p. 19).

CONSIDERAÇÕES GERAIS, CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Este artigo oferece uma reflexão crítica sobre a relevância do tema de protecção social como um dos principais desafios de Moçambique que vai muito além dos contributos específicos dos artigos da série intitulada *Desafios para Moçambique* que, completa, neste ano de 2019, dez anos de publicações anuais de parte substancial da investigação do IESE. De um total de 151 artigos nos nove livros do *Desafios*, pelo menos 48 artigos (cerca de um terço) abordaram subtemas e

³⁷ A declaração mais esquerdista que conheço de Cahen, e que aguarda por um contraditório, foi título de uma entrevista que concedeu em 2013: «Em Moçambique só há partidos de direita.» Quem dera a Moçambique ter um único partido genuinamente de direita. Um, apenas!

assuntos explicitamente relevantes para o entendimento da protecção social em Moçambique. Este tema tem atraído crescente atenção pública e privada, a nível internacional, mas, como mostra esta reflexão, inspira substanciais ambiguidades, contradições e incertezas. A que se deve este crescente interesse internacional pela protecção social? Na prática, o mais provável é não existir uma causa única ou principal, mas sim, um conjunto de motivações e razões: desde a convicção de que sistemas de protecção social adequados são essenciais para um bom crescimento económico, passando pela ideia alternativa segundo a qual quanto melhor for o crescimento económico mais adequados serão os sistemas de protecção social, até razões menos substantivas, associadas a interesses paroquiais e mais ou menos demagógicas.

Este contexto, por si só, é uma fonte específica das ambiguidades que as análises e os debates públicos sobre protecção social inspiram e motivam. Uma fonte que os investigadores que assumem uma posição positivista ou se refugiam numa postura meramente técnica acreditam, consciente ou inconscientemente, não influenciar nem perturbar a objectividade das suas pesquisas. Mas como mostra a literatura, diferentes teorias que aplicam os métodos da economia na teoria e prática dos políticos, governantes e outros intervenientes nas políticas públicas questionam a alegada neutralidade e objectividade dos investigadores positivistas e tecnicistas (Buchanan & Musgrave, 1999; Butler, 2012).

FALTA DE DISCUSSÃO INTERNA: FOI MAU OU BOM?

Lendo os artigos do *Desafios*, Cahen (2017, p. 7) lamentou a ausência de diálogo interno ou discussão entre as diferentes correntes expressas nos artigos publicados pelo IESE. «Cada um defende as suas posições, sem, ao meu ver, debate suficiente com os outros. Há, no entanto, um artigo que tenta isso no volume *Desafios para Moçambique 2016*, o de António Francisco, Moisés Siúta & Ivan Semedo...» (Cahen, 2017, p. 7).

Após ponderar cuidadosamente sobre o ponto de Cahen referente à falta de diálogo interno, concluí o seguinte. Atendendo às circunstâncias em que o IESE emergiu e se afirmou, acho que o mais sensato foi mesmo evitarmos o debate interno. Cahen considerou o abandono da veleidade de se tentar fazer convergir *toda a gente* num megapensamento paradigmático a razão do sucesso da investigação do IESE, e o mesmo se pode dizer da falta de debate interno. Foi o mais sensato. Houve momentos de tensão irritantes, como o que me levou a questionar o ambiente orwelliano que comecei a sentir (Orwell, 2001). A certa altura, todos os investigadores pareciam iguais, mas havia uma tendência para alguns investigadores serem mais iguais do que outros. Felizmente, encontramos uma forma de superar esta tensão. Decidimos que Luís de Brito passaria a dar o último aval sobre a publicação de um *IDeLAS*. Luís granjeava suficiente consenso entre os investigadores, que sabiam que ele não iria atrasar ou bloquear a aprovação de um *IDeLAS* só porque não concordava com a abordagem defendida no texto.

Não foi por acaso, como nota Fernandes (2018, p. 15), que somente após Luís de Brito ter-se tornado director do IESE (2012-2015) é que foram introduzidos, pela primeira vez, seminários metodológicos internos para os quais todos os investigadores dos três grupos são convidados a fazer apresentações e debates, como fazia o «velho» CEA. Antes disto, estou inteiramente convencido de que a melhor opção foi termos optado por aproveitar o tempo para aprendermos a contermo-nos e a não interferirmos no que cada GdI pensava ou deixava de pensar. Desta forma, evitámos desperdiçar tempo em discussões que não iriam a lado nenhum, ou, pior do que isso, muito provavelmente poderiam provocar rupturas que nenhum de nós gostaria que acontecessem. Conseguimos, assim, usar o tempo para estabelecermos os nossos próprios espaços analíticos.

Em 2017, surgiu e debateu-se no Conselho Científico a ideia da necessidade de estruturação dos investigadores a fim de facilitar uma pesquisa mais interactiva, em vez de grupista. Também consideramos ter chegado o momento de passar a atribuir a coordenação do *Desafios* a apenas a um investigador, aproveitando ainda para procurar superar a tendência de criação de «feudos temáticos» no *Desafios*. Por estas razões e várias outras relacionadas com a reestruturação organizativa em que o IESE se viu obrigado a embarcar, em finais de 2017, o *Desafios para Moçambique 2018*, foi coordenado, pela primeira vez, por apenas um investigador: Salvador Forquilha. Entretanto, desde 2018 o IESE deixou infelizmente de poder contar com a colaboração directa de Carlos Nuno Castel-Branco que, ao longo da década anterior, se tornou o autor mais prolífico e influente na série *Desafios para Moçambique*.

PRINCIPAIS AMBIGUIDADES ALÉM DAS TEÓRICAS E IDEOLÓGICAS

Seria incorrecto deixar a impressão de que as principais ambiguidades na investigação se circunscrevem às diferenças e indefinições ao nível teórico e ideológico. Acredito que uma das principais ambiguidades diz respeito à forma como as debilidades da informação e dos dados estatísticos relevantes, neste caso sobre os mecanismos e processos de protecção social, condicionam as percepções, interpretações e expectativas dos fazedores de políticas e dos investigadores relativamente ao papel da protecção social nos modelos de desenvolvimento e bem-estar da sociedade. Esta fonte de ambiguidades vai muito além de motivos meramente semânticos e da sua frequente falta de coincidência com os objectivos perseguidos e resultados obtidos (Pereira, 2013, p. 22). Tanto a diversidade de significados semânticos, como as diferenças de abordagem, interpretações e objectivos são geralmente influenciadas pelos quadros analíticos utilizados. Especialmente em situações críticas e de agravamento das condições de vida das pessoas, a protecção social tornou-se apelativa quer para quem realmente se preocupa em mitigar as adversidades enfrentadas, quer para os que usam as acções e programas de assistência social, por motivos demagógicos, para encobrir agendas inconfessáveis, desviando a culpa para as calamidades naturais, as crises internacionais e a alegada «mão externa».

Da reflexão efectuada ao longo deste texto, pode inferir-se da experiência de investigação sobre protecção social em Moçambique um conjunto de méritos e deméritos importantes, bem como eventuais pistas para melhorar, e, por arrasto, aperfeiçoar o que em futuros artigos for publicado na série *Desafios para Moçambique*.

PRINCIPAIS MÉRITOS DA EXPERIÊNCIA: PELO MENOS DOIS, NOTÁVEIS!

Sobre os méritos, pelo menos dois merecem ser sublinhados. O primeiro mérito é a criação de um instituto de investigação independente e pluralista num ambiente tão iliberal e, como se não bastasse, dominado por um Estado profundamente antipluralista e antiliberal. Foi uma realização notável. O pluralismo até aqui conseguido só foi possível graças à capacidade colaborativa dos fundadores e membros activos na investigação do IESE, num complexo processo intelectual de aprendizagem mútua, que os tornou genuinamente mais tolerantes e capazes de respeitar as idiossincrasias, opções e diferenças individuais.

O segundo mérito refere-se ao papel fundamental que a protecção social acabou por assumir na diversificação do leque de disciplinas e conteúdos analíticos e metodológicos. Não menos importante, o facto de a investigação do GdI-PPS ter ousado uma abordagem fracturante para além da perspectiva da protecção ampla e estruturante, num sentido generalista e anódino, trouxe um contributo específico para o conteúdo e substância do pluralismo de ideias no IESE. Não tenho ilusões de que a perspectiva restrita, intervencionista e assistencialista prevalecte nas políticas públicas continuará, por muito tempo, mais comprometida com o intervencionismo ou neoliberalismo, como preferem os marxistas ao considerarem o último como o melhor herdeiro do liberalismo clássico. Não me surpreenderei que boa parte dos investigadores autoproclamados heterodoxos continue a defender uma cidadania submissa à tutela do Estado-cêntrico ou estadania. Se a abordagem liberal for aprofundada no IESE, acredito que os novos investigadores, nomeadamente novos finalistas da Licenciatura e Mestrado em Economia, vão contribuir para os subtemas de investigações sobre poupança, como fizeram Moisés Siúta e um conjunto de três jovens que realizaram as suas teses de licenciatura com apoio do GdI-PPS (Mondlane, 2017; Namburete, 2017; Nhanala, 2017; 2014b). Outras áreas por enquanto ainda pouco exploradas, mas com futuro, são, por exemplo, a questão da banca islâmica (Rosário, 2014) e o seu potencial para a ampliação e diversificação do sistema financeiro moçambicano.

PRINCIPAIS DEMÉRITOS DA EXPERIÊNCIA: PELO MENOS UM, LAMENTÁVEL

O principal demérito da experiência de pesquisa do IESE em torno da protecção social diz respeito à dificuldade de lidar com as tensões e a busca de equilíbrio entre o que é prioritário para a sobrevivência imediata das pessoas e o que é indispensável para antecipar e gerir, a longo prazo, a qualidade de vida durante o ciclo da vida.

Atendendo às circunstâncias iliberais e antipluralistas já referidas, não me admiro que os burocratas dos Ministérios de tutela (Trabalho, ou Acção Social) tenham feito o seu melhor e pior, na medida do possível, para evitarem convidar investigadores do IESE para os seus seminários e debates públicos. Houve algumas excepções, por descuido ou distração do funcionário em perceber o que não convinha que fosse dito e admitido abertamente.

Em certo momento, quem não estivesse informado dos motivos da marginalização dos investigadores do IESE de certos círculos oficiais bem poderia ter pensado que estávamos em dois Moçambiques de galáxias muito diferentes. Isto é simplesmente lamentável e frustrante. Além do contributo que o IESE procura dar como entidade de utilidade pública, o mínimo que se espera daqueles que beneficiam dos impostos cobrados a este mesmo Instituto é não retribuírem com indiferença e hostilidade para com o seu trabalho de investigação, por sinal, sobre as mesmas matérias abrangidas pelas políticas públicas.

Como entender que vários consultores internacionais, alguns dos quais bem familiarizados com a investigação produzida pelo IESE, sintam que o melhor é não incluir as suas publicações na lista de referências dos trabalhos que preparam para o Governo? Inicialmente, alguns funcionários de organizações internacionais (*e.g.* Nuno Cunha da OIT), na sua boa vontade colaborativa, ainda se atreveram a organizar alguns eventos com o IESE, como foi o seminário sobre Acção Social Produtiva em Moçambique: *Que Possibilidades e Opções* (Cunha & Orton, 2011). Mas à medida que o IESE se impunha na opinião pública e rejeitava comportar-se como «garota de programa» intelectual do regime, os próprios consultores internacionais, preocupados em continuar nas boas graças dos governantes e burocratas, colocaram-se em terreno firme. Será por mero acaso que nenhum dos autores dos documentos Falange & Pellegrano, 2016; Hodges *et al.*, 2010; Lledó, 2012; MGCAS, 2016; OIT *et al.*, 2015, 2015; UNICEF & MMAS, 2006; Vicente *et al.*, 2015 encontrou nenhum motivo para identificar entre as várias dezenas de publicações do IESE pelo menos um – apenas um! – artigo que mereça ser incluído nas suas referências bibliográficas?

O anterior desabafo não visa escamotear eventuais erros e inconvenientes profissionais que a nossa pesquisa, porventura, tenha causado. O que visa, isso sim, é reconhecer que considero o fraco diálogo, articulação e sintonia com entidades governamentais muito pior do que a falta de debate interno. Este assunto deve merecer a nossa maior atenção, com vista a procurarmos alternativas funcionais e concretas para melhor sabermos lidar com os políticos e burocratas, que, felizmente, não exercem as suas funções por nossa indicação ou nomeação.

Acho improvável que uma abordagem liberal de protecção social logre resultados imediatos e visíveis no domínio das políticas públicas enquanto a actual Administração Pública for dirigida por pessoas que obtêm mais dividendos políticos (e não só!) promovendo o intervencionismo estatal, em vez de facilitarem a iniciativa criadora, o espírito crítico e a auto-estima individual. Enquanto não surgir uma nova geração que não olhe para o liberalismo recorrendo às lentes do esquerdismo que o confunde

com o neoliberalismo, continuaremos sem suficiente massa crítica para uma abordagem saudável, crítica e indagadora sobre o potencial renovador das ideias liberais. Felizmente, estão a emergir, a nível internacional, abordagens inovadoras e promissoras, apontando mercados genuinamente radicais, em prol de um capitalismo e democracia para uma sociedade justa (Posner & Weyl, 2018).

MANTER A PUBLICAÇÃO DO DESAFIOS ANUAL E SEM «REVISÃO DE PARES»?

A publicação da série *Desafios para Moçambique*, com início em 2010 e publicação nos anos seguintes, só foi possível graças ao empenho dos investigadores, como também a algumas opções pragmáticas, sacrificando, por exemplo, o recurso ao sistema de revisão de pares ou *peer review*. A partir da edição de 2018, como já referi anteriormente, foram introduzidas algumas mudanças na organização da produção dos *Desafios*. Futuramente outras mudanças poderão ou deveriam surgir, como, por exemplo, introduzir-se um sistema profissional e académico de «revisão de pares». Mas, para isso, teríamos de repensar aspectos como a periodicidade da publicação dos livros, visto que fazê-lo em menos de um ano será praticamente impossível.

INCERTEZAS E PERSPECTIVAS FUTURAS? SÃO MUITAS!

Em vez de pensar no futuro a longo prazo, porque a longo prazo, como escreveu Keynes (2012, p. 65), todos estaremos mortos, o mais importante é reflectirmos sobre possíveis incertezas a curto prazo. A principal incerteza tem a ver com a imprevisibilidade do futuro, implicando que as sociedades precisam de adquirir capacidade e garantir reservas básicas para lidarem com adversidades aparentemente improváveis e eventos inesperados.

No caso específico de Moçambique, a incerteza imediata que enfrentamos está relacionada não tanto com a dificuldade e impossibilidade de prevermos quando e onde irão surgir ciclones iguais ou piores do que o Iдай e Kenneth. A dúvida e incerteza mais preocupante é se Moçambique irá conseguir reverter a tendência para o abastardamento social e económico (Francisco, 2019b), o que aumenta o risco observado em vários Estados africanos de se converterem em Estados Falhados. Não está livre que aconteça. Já estive na iminência de tal situação, mas em boa hora consegui evitá-la. Conseguirá a mesma proeza em futuras crises? Basta que a famosa unidade nacional de que tanto se fala, cosmética e alicerçada num totalitarismo de resiliência manhosa e cínica, se desmorone perante o progressivo distanciamento e inconformismo emocional das novas gerações.

O IESE sempre teve a preocupação de identificar assuntos de relevância e pertinência pública imediata, sem nunca perder de vista a necessidade de não ficar refém de «termos de referência» de encomendas pronto-a-vestir. Sabemos que existem agências internacionais que elegem a protecção social como uma área prioritária do seu apoio a Moçambique. Sejam quais forem as suas motivações e interesses específicos ou instrumentais, vamos ver se conseguiremos adaptar a nossa agenda de investigação aos novos desafios, sem que o IESE se converta numa espécie

de agência de eventos, disfarçada de instituto de investigação, ou mera ONG, como um dos nossos ex-colegas vaticinou há alguns meses. Neste âmbito, acredito que o tema da protecção social é e continuará a ser uma área fundamental na pesquisa do IESE, pela forma como reflecte e é influenciado pelas opções estratégicas e modelos de desenvolvimento implementados a nível nacional e internacional. Se esta convicção não trair as minhas expectativas, certamente irá revelar-se em novos artigos nas futuras edições da principal publicação do IESE: o livro *Desafios para Moçambique*.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., Robinson, J.A. (2012). *Why Nations Fail*. Profile Books.
- Adam, Y. (2006). *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo: Trajectória de Moçambique Pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: Promédia.
- Adamodjy, B. (2001). *Milandos de um Sonho*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Alba, S. (1981). *O Ritmo do Presságio (Poesia)*, 2.^a ed. Lourenço Marques: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Ali, R. (2018). «Geração de emprego e bem-estar». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, pp. 251-288.
- Ali, R. (2013). «Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução de pobreza e desenvolvimento em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S., & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 211-237.
- Ali, R.; Ibraimo, Y.; Massarongo, F. & Massingue, N. (2014). «Grupos de poupança e crédito rurais como opção para a inclusão financeira: uma análise crítica». In : Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava & S., Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, pp. 137-162.
- Ali, R., Muianga, C. (2017). «Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava & S., Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 185-201.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). «Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contribuições e desafios». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. E Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 255-267.
- Almeida, A. de (1965). «Os Estados antigos dos nativos de Moçambique (Sul do Rio Save) quanto à liberdade». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 97-119.
- Amarcy, S., Massingue, N. (2011). «Desafios da expansão de serviços financeiros em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 185-205.
- AR (2007). Lei n.º 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social).
- AR (1990). Constituição da República, assin. em 02 de Novembro de 1990. BR n.º 044, I Série, Supl. de 02 de Novembro de 1990, pág. 268(1) a 268(16), 7439.
- Arnaldo, C. (2013). «Fecundidade em Moçambique nos últimos 50 anos: alguma mudança?». In: Arnaldo, C. & Cau, B. M. (Eds.), *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: CEPISA (Centro de Pesquisa em População e Saúde), pp. 37-60.

- Arnaldo, C. & Hansine, R. (2015). «Dividendo demográfico em Moçambique: oportunidade e desafios». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 399-416.
- Arndt, C.; Castigo, F.; Ibraimo, M.; Jones, S., Mahrt, K.; Salvucci, V.; Santos, R. & Tarp, F. (2018). «Evolução da pobreza e do bem-estar em Moçambique: 1996/97-2014/15». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo, IESE, pp. 309-321.
- Barrientos, A. & Hulme, D. (2008). *Social Protection for the Poor and Poorest: Risk, Needs and Rights*, First Edition. Palgrave Studies in Development. Palgrave Macmillan.
- Barrientos, A.; Niño-Zarazúa, M. A. & Maitrot, M. (2010). *Social Assistance in Developing Countries Database* (Versão n.º 5.0 Julho de 2010). Brooks World Poverty Institute. Manchester: The University of Manchester.
- Bastiat, F. (1989). *Ensaio: O Que Se Vê e o Que Não Se Vê*, 2.ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, Odem Livre.
- Bessa, D. (2019). «Trabalhar aos 69 anos?». Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2019-04-26-Trabalhar-aos-69-anos-1#gs.94ttai> (consultado a 5 de Abril de 2019).
- Beúla, E. (2019). «Processo que envolve Helena Taipo tem 8 arguidos». Disponível em: <http://opais.sapo.mz/processo-que-envolve-helena-taipo-tem-8-arguidos> (consultado a 26 de Abril de 2019).
- Brito, L. de (2016). «Instituições políticas e unidade nacional». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 25-31.
- Brito, R. S. de (1965). «Aspectos geográficos de Moçambique». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 11-34.
- Buchanan, J. M. & Musgrave, R. A. (1999). *Public Finance and Public Choice: Two Contrasting Visions of the State*. CESifo Book Series. The MIT Press.
- Buque, A. (2012). «IESE: A Aberação do Director de Investigação!» *Correio da Manhã*, n.º 3882.
- Butler, E. (2012). *Escolha Pública: Um Guia*. Londres: IEA, Institute of Economic Affairs.
- Buur, L. & Salimo, P. (2018). *The Political Economy of Social Protection in Mozambique*. SSRN Electron. J. Disponível em <https://doi.org/10.2139/ssrn.3256333>
- Cahen, M. (2017). «Uma cidadania científica no Índico». In: *Palestra de Abertura, Conferência Do IESE*, 19-21 de Setembro. Maputo: IESE.
- Caldeira, A. (2015). «“Queremos que o tribunal diga aos moçambicanos e ao mundo em que país é que nós vivemos”, numa Democracia ou numa Ditadura». *Verdade Online*. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/54737> (consultado a 4.23.19).

- Cambaza, V. (2009). «A Terra no contexto do desenvolvimento da indústria mineira: pressões e conflitos em torno dos DUATs». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE.
- Capela, J. (1974a). *Escravidura: a Empresa de Saque, o Abolicionismo (1810-1875)*. Porto: Afrontamento.
- Capela, J., 1974b. Moçambique Pelo seu Povo, Core Readings. Afrontamento, Porto.
- Carvalho, A.L. de, 1965. Reflexão para Análise Dimensional da Estrutura de Moçambique. In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, Lisboa, pp. 121-151.
- Castel-Branco, C. N. (2017a). «Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 257-302.
- Castel-Branco, C. N. (2017b). «Introdução». In: Brito, L. de, Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S.; Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 13-19.
- Castel-Branco, C. N. (2016). «A Grécia e Moçambique: dilemas, lições e opções de luta». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 385-405.
- Castel-Branco, C. N. (2015a). «Desafios da sustentabilidade do crescimento económico: uma “bolha económica” em Moçambique?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 157-199.
- Castel-Branco, C. N. (2015b). «Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: contributo crítico em debate de postulados básicos». In: Castel-Branco, C. N.; Massingue, N. & Carlos Muianga (Eds.), *Questões sobre o Desenvolvimento Produtivo em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 115-150.
- Castel-Branco, C. N. (2013). *Carta de Carlos Nuno Castelo Branco*. Facebook em Moçambique.
- Castel-Branco, R. & Isaacs, G. (2013). «A formação do trabalho doméstico na cidade de Maputo: desafios para o Estado e organizações laborais». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 307-330.
- Castel-Branco, R. & Isaacs, G. (2017). «“Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 355-378.
- Chipande, A. (2016). «“Os roubos vão continuar em Moçambique porque somos humanos” diz Chipande». *Portal Moz News*. Disponível em: <https://portalmoznews.com/2016/10/os-roubos-vaio-continuar-em-mocambique-porque-somos-humanos-diz-chipande.html> (consultado a 8 de Outubro de 2018).

- Chipande, A. (2009). «Chipande e a riqueza». Disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2009/08/chipande-e-riqueza.html> (consultado a 15 de Abril de 2016).
- CM (2009). Decreto n.º 85/2009, «Regulamento da Segurança Social Básica», Conselho de Ministros (CM).
- Cota, J. G. (1944). *Mitologia e Direito Consuetudinário dos Indígenas de Moçambique: Estudo de Etnologia*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Craveirinha, J. (2008). «Boletim da República» – Neo-Moçambicano». In: Naguib (Ed.), *Não Matem a Cultura. Não Matem o Craveirinha*. Maputo: Spectrum Graphics Limitada, p. 63.
- Craveirinha, J. (1982). *Karingana Ua Karingana*, 2.ª ed. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Craveirinha, J. (1980). *Xigubo*, 2.ª ed. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- CTPIEPM (1966). *Relatórios sectoriais do III plano de fomento*. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique.
- Cunha, N. & Orton, I. (2011). «Estender a cobertura da protecção social num contexto de alta informalidade da economia: necessário, desejável e possível?» *Cad. IESE* 5, 43.
- Dias, J.; Dias, M. & Guerreiro, M. V. (1964). *Os Macondes de Moçambique: Cultura Material*. Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural.
- Dias, J. P. G. (1972). *Quybyrycas*. Lourenço Marques: Livraria Texto.
- DPSE (1973). *IV Recenseamento Geral da População, 1970: Estado de Moçambique*. Lourenço Marques: Direcção Provincial dos Serviços de Estatística (CPSE),
- Drolet (aut.), J. L. (2014). *Social Protection and Social Development: International Initiatives*, 1.ª ed., SpringerBriefs in Population Studies. Springer Netherlands.
- DSPIE (1973). *IV Plano de Fomento: Parte III, Relatórios Sectoriais, Vol. 1, Fomento Agrário, Tomo 1, Desenvolvimento Agrário*. Lourenço Marques: Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica (DSPIE).
- Duhigg, C. (2012). *O Poder do Hábito: Por Que Fazemos o Que Fazemos na Vida e nos Negócios*. Rio de Janeiro: Objectiva.
- Ellis, F.; Devereux, S. & White, P. (2009). *Social Protection in Africa*. Edward Elgar Publishing.
- Engels, F. & Morgan, L. H. (1978). *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, 4.ª ed. Editora Civilização Brasileira S.A.
- Faite, O. M., 2003. Moçambique: As Metamorfoses da Cidadania ou em Busca de uma Cidadania?. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezoito/olivia_faite_18.htm (consultado a 15 de Abril de 2019).
- Falange, S., Pellerano, L. (2016). «A reforma da protecção social em Moçambique e a nova estratégia de protecção social básica (n.º 339)», One Pager Portuguese. International Policy Centre for Inclusive Growth.
- FDC, UNICEF (2011). *Budget Brief 2012: Social Welfare Sector*. Moçambique – UNICEF.

- Feijó, J. & Agy, A. R. (2015). «Processos migratórios, trabalho agrícola e integração nos mercados: efeitos da implementação de grandes projectos sobre comunidades camponesas». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 273-310.
- Feijó, J. & Ibraimo, M. (2016). «Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas: uma análise a partir de populações na cidade de Maputo». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 329-353.
- Fernandes, C. (2018). *Socialism, Post-socialism and Intellectual Legacies in Mozambique: The Case of CEA (1976-1986) and IESE (2007-2017)*. Centro de Estudos Africanos (CEA). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Fernandes, C. M. D. (2011). *Dinâmicas de Pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique Pós-independente: o Caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Ferrão, V. C. (1975). *Norte*. Lourenço Marques: Edição Académica.
- Ferreira, R., 1960. *Poemas*. Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques.
- Forquilha, S. (2016). «Democracia e municipalização em Moçambique: gradualismo, participação local e serviços básicos». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 73-91.
- Fortuna, V. (1965). «Estruturas Económicas de Moçambique». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 199-229.
- Francisco, A. (2019a). «Desorçamentação em Moçambique: porque é perigosa para a estabilidade das contas públicas?» (*Call for Papers* do CEEG (Centro de Economia e Gestão da Faculdade de Economia) 2018, n.º CP034), artigo aprovado em Maio 2019, após revisão de pares. Maputo: Faculdade de Economia (FE), Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Francisco, A. (2019b). «Quatro anos de governação Nyusi: entre crescimento e abastardamento». *Boletim Ideias*, n.º 109, 18 de Janeiro.
- Francisco, A. (2016). «Transição demográfica em Moçambique: mito ou realidade?» In: Feijó, J. (Ed.), *Movimento Migratório e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Educando, pp. 17-54.
- Francisco, A. (2013). «“Acção social produtiva” em Moçambique: uma falsa solução para um problema real». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 357-393.
- Francisco, A. (2012a). «Política pública e intervencionismo: porque existe o PARP em Moçambique?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 259-294.

- Francisco, A. (2012b). «Moçambique e a explosão demográfica»: somos muitos? Somos poucos?» *Boletim Ideias*, n.º 45.
- Francisco, A. (2011a). «Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 231-282.
- Francisco, A. (2011b). «A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique». In: *Revista de Estudos Demográficos RED Port.* 49, 5-35.
- Francisco, A. (2010). «Moçambique: protecção social no contexto de um Estado falido mas não falhado». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37-95.
- Francisco, A. (2009a). «Sociedade civil em Moçambique: expectativas e desafios». In: Brito, L. de; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 51-105.
- Francisco, A. (2009b). «Protecção social no contexto da bazarconomia de Moçambique». *Boletim Ideias*, n.º 15, Junho 9.
- Francisco, A. (2009c). «Sociedade civil em Moçambique e no Mundo». *Boletim Ideias* n.º 24. Maputo: IESE.
- Francisco, A.; Ali, R. & Ibraimo, Y. (2011). «Protecção social financeira e demográfica». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 283-331.
- Francisco, A. & Semedo, I. (2018). «Teste à vontade de consolidação fiscal e orçamental em Moçambique: o problema da sesorçamentação». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo, pp. 165-203.
- Francisco, A. & Semedo, I. (2017). «A face oculta do Orçamento do Estado Moçambicano: saldos de caixa são fictícios?» *Boletim Ideias*, n.º 93, 13 de Março.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2015a). «Poupança externa num contexto de crescimento económico sem poupança interna». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 311-346.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2015b). «Mozambican aggregate consumption and domestic saving: Evolution and strategic relevance». In: *Afr. J. Gov. Dev. AJGD* 4, 6-26.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2014). «O nascimento da poupança doméstica moçambicana: evidências e significado». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, pp. 313-363.
- Francisco, A., Siúta, M., Semedo, I., 2016a. Estratégia de Crescimento Económico em Moçambique: Desta vez é diferente? In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 271-328.

- Francisco, A.; Siúta, M. & Semedo, I. (2016b). «Estratégia de crescimento e Orçamento do Estado: desta vez é diferente?» In: Centro de Integridade Pública (CIP), o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e o Observatório Do Meio Rural (OMR). Apresentado na 2.^a Conferência de Economia e Governação: Desafios e Propostas, Centro de Conferências da TDM, 23 de Março, CIP, IESE, OMR, Maputo.
- Francisco, A. & Sugahara, G. (2015). «Porque Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 347-380.
- Francisco, A., Sugahara, G. (2014). «Porque Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos?» *Boletim Ideias*, n.º 65.
- Frelimo (2012). *FRELIMO – Estatutos Aprovados pelo 10.º Congresso*. Pemba: Frelimo.
- Frelimo (1977). *Relatório do Comité Central ao 3.º Congresso, Documentos do 3.º Congresso da Frelimo*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico.
- FRELIMO (1975). *Constituição de 25 de Junho de 1975*. BR n.º 001, I Série, de 25 de Junho de 1975, pp. 1-6, 1.
- Gonçalves, A. C. (1975). *Contos e Lenda*, 1.^a ed. Lourenço Marques: Livraria Académica.
- Guedes, A. M. M. (1965). «Organização administrativa de Moçambique». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 339-365.
- Handa, S.; Devereux, S. & Webb, D. (2010). *Social Protection for Africa's Children*. Routledge Studies in Development Economics. Routledge.
- Hayek, F. A. von (2010). *O Caminho da Servidão*, 6.^a ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Head, J. & Darch, C. (2010). *Medium Term Strategic Plan For 2008-2011: Mid-Term Evaluation*. Maputo e Cidade do Cabo: IESE.
- Heisel, D. F. (1968). «The demography of the Portuguese territories: Angola, Mozambique and Portuguese Guinea». In: Brass, W.; Coale, A.J.; Demeny, P.; Heisel, D.F.; Lorimer, F.; Romaniuk, A. & Walle, E. van de (Eds.), *The Demography of Tropical Africa*. Princeton University Press, Princeton, pp. 440-465.
- Hodges, A.; Pellerano, L. & Mabota, A. (2010). *Development of Social Protection: Strategic Review for UNICEF Mozambique* (No. Oxford Policy Management). Maputo.
- Honwana, L. B. (1980). *Nós Matamos o Cão Tinhoso*, 2.^a ed. Instituto Nacional do Livro e do Disco, Maputo.
- Ibraimo, Y. (2012). «Reflexões sobre emprego e redução da pobreza no PARP: desafios para uma abordagem alternativa». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 373-383.
- IESE (2015). *Plano Estratégico do IESE 2016-2025*. Maputo: IESE.

- IESE (2011). *Linhas Estratégicas do IESE, 2012-2015*, 1.^a ed. Maputo: IESE.
- Ilal, A. & Weimer, B. (2018). «Urbanização, serviços públicos e recursos fiscais – os principais desafios para as autarquias moçambicanas: uma análise com enfoque às transparências fiscais intergovernamentais». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, pp. 65-107.
- INE (2019). *Censo 2017: IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 – Resultados Definitivos, Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (1966). *Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística, Delegação de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Izerrougene, B. (2009). «A macroeconomia da Previdência Social». In: *Revista de Economia Contemporânea* 13, pp. 31-45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100002>
- Junod, H. A. (1974). *Usos e Costumes dos Bantos : a Vida duma Tribo do Sul de África*, 2.^a edição. Lourenço Marques: Ed. Impr. Nacional de Moçambique.
- Keynes, J. M. (2012). *A Tract on Monetary Reform, The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume 4*. Cambridge University Press.
- Khosa, U. B. K. (2017). *Cartas de Inhamitanga*, 1.^a ed. Porto: Alcance Editores.
- Laban, M. (1998). *Moçambique: Encontro com Escritores, Vol. I*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Lisboa, E. (1973). *Crónica dos Anos da Peste-I: Ensaios*. Lourenço Marques: Livraria Académica.
- Lledó, V. (2012). «Criando espaço fiscal para um piso de protecção social em Moçambique. Uma cooperação-piloto entre FMI, Banco Mundial, OIT e UNICEF». CIPS - Cent. Informação em Protecção Social. Apresentação realizada no âmbito da Conferência Internacional sobre Protecção Social realizada em Maputo, Moçambique a 20 e 21 de Junho de 2012 sob o lema Investir na Protecção Social Básica é Investir no Capital Humano. Disponível em: http://www.extensao-protecsocial.com/index.php?option=com_eps&task=ver&id=522 (consultado a 29 de Outubro de 2012).
- Lobato, A. (1989). *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1752-1763)*. Publicações Alpha.
- Lobato, A. (1960). *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*. Centro de Estudos Historicos Ultramarinos.
- Macamo, E. (2014). «Cultura política e cidadania em Moçambique: uma reflexão conflituosa?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, pp. 41-60.
- Machel, S. (1979). «Façamos de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento». Coleção *Palavras de Ordem* (N.º 11). Maputo: Edição do Partido Frelimo.

- Macua (2012). «Adelino Buque ataca director de Investigação do IESE». *Moçamb. para Todos*. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/adelino-buque-ataca-director-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-do-iese.html (consultado a 23 de Abril de 2019).
- Macuane, J. J. (2012). «Aprendizado de políticas públicas no contexto do PARP: abordagem baseada nas redes». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Mallinda, D. A. (2001). *Cartografias da Nação Literária Moçambicana: «Contos e Lendas», de Carneiro Gonçalves*. Maputo: Central Impressora e Editora de Maputo (CIEDIMA).
- Mandamule, U. (2018). «Relações laborais e movimentos de protesto no sector do açúcar». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, pp. 341-367.
- Manuel, S. (2011). Políticas de HIV e SIDA e dinâmicas socioculturais em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 333-351.
- Marques, J. S., Salazar, M., Molini, V., Lukau, A., 2012. Mozambique Social Protection Assessment: Review of Social Assistance Programs and Social Protection Expenditures (Social Protection & Labor, Discussion Paper N.º 1408 No. 88998). The World Bank.
- Marx, K. (2012). *Crítica do Programa de Gotha*. Boitempo.
- Marx, K. (1867). *Karl Marx: O Capital (Volume 1)*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm> (consultado a 29 de Junho de 2011).
- Matos, L. de (1965). «As fronteiras de Moçambique». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 35-55.
- Mazula, B. (1995). *A Educação Colonial de 1930 a 1974*. Bibl. Macua. Disponível em: <http://www.macua.org/livros/Aeducacaocolonialde1930a1974.htm> (consultado a 5 de Março de 2019).
- Mendonça, F. (2011). *Literatura Moçambicana: As Dobras da Escrita*, 1.ª ed. Maputo: Ndjira.
- MGCAS (2016). *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024, ENSSB-II, República de Moçambique* – Aprovada na 5.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), Maputo.
- Mises, L. von (2010). *Intervencionismo, uma Análise Económica*, 2.ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Mises, L. von (2001). *O Cálculo Económico sob o Socialismo*. Inst. Ludwig Von Mises Bras. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1141> (consultado a 19 de Fevereiro 2012).
- Mises, L. von (1990). *Ação Humana: um Tratado de Economia*, 3.ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

- MMAS (2014). *Protecção Social em Moçambique: Enquadramento, Políticas e Programa em Moçambique*.
- Mondlane, E. (1977). *Lutar por Moçambique*, 3.^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Mondlane, R. (2017). *Taxa de Câmbio e Poupança em Moçambique* (Trabalho de Licenciatura em Economia). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Monteiro, J. Ó. (2011). «Estado, Descentralização e Cidadania: Equação Possível ou Imperativa?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 23-34.
- Moreira, A.; Azevedo, A. B.; Manso, L. P. & Nicola, R. (2019). *Sustentabilidade do Sistema de Pensões Português*, 1.^a ed. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS).
- Moreira, J. M. (2009). *Leais, Imparciais & Liberais: Crónicas a Três Andamentos*, 1.^a ed. Lisboa: Bnomics.
- MozNews (2017). «António Rosário Confirma Ter Expulso Auditores da Kroll do Seu Escritório em Maputo». *Moznewsco-Mz*.
- Muianga, A. (2011). *Mitos (Histórias de Espiritualidade)*, 1.^a ed. Maputo: Alcance Editores.
- Muianga, C. (2018). «A Questão da terra e os debates sobre opções de transformação agrícola e rural em Moçambique». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, pp. 289-305.
- Namburete, J. (2017). *Desequilíbrio Cambial e Crescimento Económico em Moçambique* (Monografia de Licenciatura, Junho). Maputo.
- Neto, J. P. (1965). «Comércio externo de Moçambique». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 265-308.
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Newitt, M. D. D. (1970). «The Massingire Rising of 1884». In: *J. Afr. Hist.* 11, pp. 87-105.
- Newitt, M. D. D. (1969). «The Portuguese on the Zambezi: An historical interpretation of the Prazo System». In: *J. Afr. Hist.* 10, pp. 67-85.
- Newitt, M. D. D. & Garlake, P. S. (1967). «The “Aringa” at Massangano». In: *J. Afr. Hist.* 8, pp. 133-156.
- Ngoenha, S. (2009). *Machel: Ícone da 1.^a República? MAAT*, 1.^a ed. Maputo: Ndjira.
- Nhanala, E. (2017). *Desvalorização do Metical em Relação ao Dólar Americano e a Balança Comercial em Moçambique (1960-2014)* (Trabalho de Licenciatura em Economia, 28 de Março). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Noa, F. (2008). *A Letra, a Sombra e a Água: Ensaios & Dispersões*, 1.^a ed. Maputo: Textos Editores, Lda.
- Noa, F. (2002). *Império, Mito e Miopia: Moçambique como Invenção Literária*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Noronha, J. & Brito, Lúcia (2009). «Desafios da gestão municipal: de uma lógica administrativa e institucional para uma lógica de desenvolvimento organizacional e sustentabilidade». In: Francisco, A.; Brito, Luís de; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 107-125.
- Noticias (2017). «Compra de aeronaves: Rogério Manuel e Francisco Mazoio acusados pela PGR» *Notícias Online*. Disponível em: <http://jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/74609-compra-de-aeronaves-rogerio-manuel-e-francisco-mazoio-acusados-pela-pgr.html> (consultado a 55 de Abril de 2019).
- OCDE (2017). *A Decade of Social Protection Development in Selected Asian Countries*. OCDE.
- OIT, UNICEF, PMA (2015). *O Desenvolvimento de um Piso de Protecção Social em Moçambique*. Maputo: Nações Unidas em Moçambique
- O’Laughlin, B. (2012). «O desafio da saúde rural». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 333-371
- Orwell, G. (2001). *O Triunfo dos Porcos*, 3.^a ed. Mira-Sintra, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Osman, A. M. (2009). «Financiar o desenvolvimento». In: Francisco, A.; Brito, Luís de; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 229-239.
- Pagels, H. R. (1990). *Os Sonhos da Razão: O Computador e a Ascensão das Ciências da Complexidade*, 1.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, C. L. & Gonzalez, L. (2016). *História da AAM – Associação Académica de Moçambique (1964-1975)*, 1.^a ed. Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
- Pereira, C. P. (2013). *Protecção Social e Capitalismo: Contribuições à Crítica de Matrizes Teóricas e Ideológicas Conflituantes* (Tese de Doutoramento). Brasília: Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Humanas ((ICH).
- Pereira, J. C. G. (2012). «A descentralização ajuda a reduzir a pobreza política em Moçambique?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- PNUD (2000). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1999. Moçambique, Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano: Progressos, Obstáculos e Desafios*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- PNUD (1998). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1998. Moçambique, Paz e Crescimento: Oportunidades para o Desenvolvimento Humano*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- Posner, E. & Weyl, E. (2018). *Radical Markets: Uprooting Capitalism and Democracy for a Just Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Presidência do Conselho (1973). *Projecto do IV Plano de Fomento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rita-Ferreira, A. (1972). *Moçambique e a Explosão Demográfica*. Notícias.
- Rita-Ferreira, A. (1969). «Demografia da População Africana de Lourenço Marques». In: *Ind. Moçamb* Vol. 2, n.º 5 (Maio), pp. 143-174.
- Rita-Ferreira, A. (1968). *Os Africanos de Lourenço Marques*. I.I.C.M.
- Rocha, I. (1962). *A Arte Maravilhosa do Povo Choje*. Instituto de Investigação Científica de Moçambique.
- Rodrigues, C. U. (2018). «Migração, movimento e urbanização em Angola e Moçambique». In: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, pp. 449-470.
- Rosário, C. C. V. do (2014). *Banca Islâmica em Moçambique: Oportunidades e Constrangimentos à Expansão e Diversificação do Sistema Financeiro Moçambicano* (Trabalho de Licenciatura em Economia). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Sambo, M. G. (2016). «O desafio da gentrificação na cidade de Maputo: reflexões sobre o sistema habitacional, a política social de habitação e a exclusão social». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 355-372.
- Sande, Z. (2011). «“7 milhões”: revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 207-228.
- Silva, J. J. C. (1965). «Aspectos do rendimento nacional de Moçambique». In: *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, pp. 231-264.
- Simão, V. (2012). *Comemorações dos 50 Anos de Ensino Superior em Moçambique* (Volume n.º 21). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Siúta, M. (2014a). *Papel da Poupança Externa num Contexto de Crescimento Económico Sem Poupança Interna: O Caso de Moçambique (1960-2010)* (Monografia não-publicada para obtenção da Licenciatura em Economia). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- Siúta, M. (2014b). *O Papel da Poupança Externa num Contexto de Crescimento Económico sem Poupança Interna: o Caso de Moçambique*. (Resultados preliminares da Tese de Licenciatura).
- Stevano, S. (2013). «Mulheres no processamento da castanha do caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e género na província de Cabo Delgado». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, pp. 239-264.

- Sugahara, G. T. L. & Francisco, A. (2012). «Idosos em Moçambique: romper a conspiração do silêncio». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 295-331.
- UNICEF, MMAS (2006). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. United Nations Children's Fund (UNICEF), Ministra da Mulher e da Acção Social (MMAS), Maputo.
- @Verdade (2012). «Demitida directora-geral do INSS na sequência da sua gestão danosa». *Verdade Online*. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/29198> (consultado a 12 de Dezembro de 2018).
- Vicente, R.; Pellerano, L.; Fidelis, H. & Hodges, T. (2015). *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB II)*, Documento Técnico – Análise de Custo e Impactos 71.
- Wuyts, M. (2016). «Inflação e pobreza: uma perspectiva macroeconómica». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, pp. 95-111.
- Wuyts, M. (2009). «Written responses to interview questions from Carlos Fernandes on the theme of: the social conditions of knowledge production in post-independent Mozambique, with special focus on the “transition to socialism” period: the case of the “Centro de Estudos Africanos” (CEA)» (No. Unpublished notes). Research on Poverty Alleviation (REPOA), Dar es Salaam.
- Wuyts, M. (2006). «Developing social protection in Tanzania within a context of generalised insecurity» (No. Research on Poverty Alleviation, Special Paper n.º 06.19). Research on Poverty Alleviation (REPOA), Dar es Salaam.
- Zielinski, T.; Sagan, I. & Surosz W. (eds.) (2018). *Interdisciplinary Approaches for Sustainable Development Goals: Economic Growth, Social Inclusion and Environmental Protection*, 1.^a ed., GeoPlanet: Earth and Planetary Sciences. Springer International Publishing.